



CLASSES DOMINANTES, POLÍTICA E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Danilo Enrico Martuscelli

CLASSES DOMINANTES, POLÍTICA E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Danilo Enrico Martuscelli



UFSC
Florianópolis
2018

Copyright © 2018 Danilo Enrico Martuscelli

Coordenação de edição

Carmen Garcez

Projeto gráfico

5050com

Editoração eletrônica

Flávia Torrezan

Capa

Carmen Garcez

Imagem: TAMSOJE.LT

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina**

M387c Martuscelli, Danilo Enrico
Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo
[recurso eletrônico] / Danilo Enrico Martuscelli. – Dados eletrônicos
– Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2018.
176 p.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-45535-23-2 (e-book)

1. Marxismo. 2. Classes sociais. 3. Política. 4. Capitalismo.
I. Título.

CDU: 316.26

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Dênira Remedi – CRB 14/1396

Todos os direitos reservados à

Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046
Florianópolis – SC
www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.

NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulga-

ção aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa sete anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 52 livros desde 2011.

Os editores

Coordenador

Jacques Mick

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia
Ary César Minella
Fernando Ponte de Sousa
Iraldo Alberto Alves Matias
Janice Tirelli Ponte de Sousa
José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira
Maria Soledad Etcheverry Orchard
Michel Goulart da Silva
Paulo Sergio Tumolo
Ricardo Gaspar Müller
Valcionir Corrêa

Para os amigos Caio Navarro de Toledo e Duarte Pereira,
pela coragem e obstinação demonstradas por ambos
na luta pela vida e por serem exemplos às
novas gerações de que o amadurecimento na vida
não implica a renúncia às convicções socialistas.

SUMÁRIO

Prefácio	
<i>Por Patrícia Vieira Trópia</i>	11
Apresentação	19

PARTE I

CLASSES DOMINANTES: CONCEITO E USOS NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE CLASSE CONTEMPORÂNEAS

1 Elite e classe dominante: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites	25
2 Existe uma burguesia mundial?	51
3 Alcance e limites do conceito poulantziano de "burguesia interna"	81

PARTE II

HEGEMONIA E CRISE POLÍTICA

4 Como identificar a classe ou fração hegemônica do bloco no poder? Apontamentos teórico-metodológicos	101
5 Cena política, fração reinante e hegemonia ideológica	127
6 Sobre o conceito marxista de crise política	149

PREFÁCIO

Em diálogo com a filosofia da ciência, o filósofo francês Gaston Bachelard argumenta, no texto “Conhecimento comum, conhecimento científico”, que não há continuidade entre conhecimento comum e conhecimento científico. Há entre eles uma linha de demarcação. Separando-os há um modo de pensar racional – metodicamente orientado – que opera uma ruptura epistemológica com o conhecimento comum sobre a vida social. Segundo Bachelard, “*o espírito científico continua e desenvolve as qualidades de clareza, de ordem, de método, de sinceridade tranquila, que são o apanágio do homem inteligente de todos os tempos, do homem feliz por aprender, do ‘honesto homem’ tão característico da cultura clássica*”.

Este modo de pensar racional, metódico, criterioso, que chama para si a árdua tarefa de distinguir termos vulgares de conceitos científicos, de buscar os pressupostos teóricos de cada conceito elaborado, explorando-os, e, finalmente, de testar a eficácia explicativa de diferentes teorias, não constitui apenas inspiração para Danilo Enrico Maruscilli. Trata-se de um *approach*, um enfoque teórico-metodológico que o autor persegue e desenvolve visando enfrentar e avançar a teoria marxista das classes dominantes no capitalismo contemporâneo, tema central em sua trajetória acadêmica e de cada um dos seis capítulos, elaborados desde 2008, que compõem o presente livro.

É forçoso reconhecer, juntamente com o autor, que, na última década, o tema das classes em geral tomara certo vulto, ainda que

enviesado com a publicação de trabalhos apoiados na designação, não sociológica e forjada nos meios publicitários, dos grupos sociais em escalas classificatórias empiristas designadas pelas letras do alfabeto romano A, B, C, D e E. Exemplar, neste sentido, foi a difusão do termo “nova classe média”, que rapidamente ganhou adeptos no meio jornalístico e nos discursos políticos no Brasil, suscitando, a bem da verdade, reações entre economistas e cientistas sociais. O dinamismo verificado na economia brasileira nos anos 2000 havia produzido um aumento do poder aquisitivo da população – acarretando mudanças no perfil distributivo de renda. As mudanças econômicas e na distribuição de renda fizeram emergir um debate em torno, sobretudo, das alterações na base da estrutura social. Para qual posição social teriam migrado os quase 30 milhões de brasileiros que, nos termos dos próprios polemistas, teriam ultrapassado a “linha da pobreza” nos anos 2000? Enquanto alguns autores denominaram esta camada de “nova classe média” (entre os quais Marcelo Neri; Amaury Souza e Bolívar Lamounier), outros reagiram a esta interpretação e buscaram localizar este grupo social fora da classe média (entre outros, André Salata, Jessé de Souza, Ludmila Abílio, Márcio Pochmann, Mathias Seibel Luce, Waldir Quadros), vulgarizando termos como “nova classe trabalhadora”, “batalhadores” ou simplesmente a “ralé”. O debate sobre a ‘nova classe média’ ganhou ainda maior notoriedade posto que um Grupo de Trabalho, vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, foi especialmente criado em 2011 para definir “as fronteiras desse grupo do meio”.

Muito menos comuns são, contudo, os estudos sobre classes dominantes, mormente identificadas com os termos *ricos*, *empresários*, *elites*, *patronato*. A literatura só tem sido farta – basta uma consulta rápida às prateleiras das livrarias – na publicação de manuais de auto ajuda na linha do “como se tornar um empresário de sucesso” e que visam difundir no senso comum concepções meramente ideológicas. Como alerta Martuscelli, há disputas teóricas em torno de determinadas terminologias que, ao rejeitarem expressões como burguesia, bloco

no poder, classes dominantes, classes capitalistas, optam por termos supostamente neutros “como se a própria construção e a análise dos chamados ‘dados reais’ ou ‘empíricos’ fossem apartadas de pressupostos e noções teóricas e filosóficas”.

Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo é o resultado de um esforço teórico-metodológico que prima pelo rigor no exame de teses e na exposição da crítica aos argumentos e pressupostos dos autores. Este livro recoloca no espectro editorial das Ciências Sociais brasileiras contemporâneas a complexa problemática teórica das classes dominantes na sua relação com o sistema econômico e social capitalista, evidenciando o potencial crítico e autocrítico da teoria política marxista e, por derivação, a vitalidade da análise marxista.

O livro é composto por duas partes – “Classes dominantes: conceito e usos na análise das relações de classe contemporâneas” e “Hegemonia e crise política” –, cada qual com três capítulos, cuja unidade teórico-metodológica se assenta nas contribuições fornecidas pelo marxismo estrutural de matriz althusseriana, especialmente de Nicos Poulantzas. Como sintetiza o autor, as contribuições de Poulantzas para a análise do Estado capitalista como uma estrutura jurídico-política não se limitam ao exame dos aspectos jurídicos e políticos “invariantes do modo de produção capitalista”. Ao examinar as contribuições da ciência política e da sociologia política e dos trabalhos de Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Mao, Poulantzas formula um conjunto de conceitos e noções operacionais à análise dos processos políticos nas formações sociais capitalistas: forma de Estado e forma de regime, bloco no poder e cena política, classe ou fração hegemônica, classe ou fração reinante, classe detentora do aparelho de Estado, classe aliada, classe apoio entre outros. Alguns destes conceitos são examinados teoricamente e testados ao longo deste livro pelo autor, ao lançar mão dos recursos analíticos e autocríticos do marxismo.

O marxismo estrutural é a matriz teórica de onde Danilo Martuscelli parte para desenvolver uma análise crítica das abordagens que se apro-

priam do conceito de elite ou que invocam a existência de uma “burguesia mundial”. Para enfrentar a questão dos fracionamentos das classes dominantes, discute a validade analítica do conceito de “burguesia interna”. Ao discorrer sobre alcances e limites do conceito de “burguesia interna”, expõe, com clareza, o método analítico que emprega neste e nos demais capítulos do livro. Para avançar na análise teórica das classes dominantes o pesquisador deveria articular aspectos estruturais e processuais: “é possível obter ganhos teórico-metodológicos, se se lograr observar a combinação de aspectos processuais e estruturais desse modo de produção e de seus efeitos sobre a constituição das classes sociais e a configuração das lutas de classes. Caso não se adote tal perspectiva teórico-metodológica, corre-se o risco de apresentar uma análise que redunde numa visão essencialista das classes, ignorando os elementos presentes na dinâmica da atual fase do capitalismo, ou numa espécie de fetiche da novidade, superestimando certos traços conjunturais sem lograr demonstrar sua correspondência com aspectos de ordem estrutural”.

Um conceito chave para as interpretações do poder político inspiradas na tradição marxista é o de hegemonia. Martuscelli retoma os conceitos de hegemonia política e hegemonia ideológica e discute a relação entre hegemonia em sentido restrito (de uma classe ou fração dominante sobre as demais classes e frações dominantes) e hegemonia em sentido amplo (de uma classe ou fração dominante sobre o conjunto das classes sociais), com um intuito teórico e também, vale ressaltar, didático, na medida em que propõe indicadores analíticos operacionalizáveis para a aferição da hegemonia política em diferentes conjunturas. Neste sentido, o autor oferece ao analista político (pesquisadores, estudantes, jornalistas) – retomando as contribuições de Décio Saes, Renato Perissinoto, entre outros especialistas –, uma sistematização dos recursos teórico-metodológicos disponíveis no conceitual marxista das classes para a (sempre) complexa e trabalhosa “análise concreta da situação concreta”, a “alma viva do marxismo” como propunha Lênin. A aferição da hegemonia política, ou seja a identificação de quais frações

de classe têm seus interesses priorizados num dado momento histórico, exigira um exame *“dos efeitos e da correspondência entre aspectos decisoriais e não decisoriais da política econômica”*. Neste sentido, a análise da política econômica (das decisões concretas tomadas em cada conjuntura) e *“as iniciativas e capacidades assimétricas de intervenção política das diferentes frações de classes – as não decisórias – combinam-se e articulam-se como indicadores fundamentais de análise da fração de classe que exerce a hegemonia no bloco no poder”*.

Entre os conceitos operacionais na análise dos processos políticos, mais precisamente da cena política, está o de classe ou fração de classe reinante, objeto de reflexão do autor, que finaliza o livro com o tema das crises políticas; ressalte-se que sobre esta problemática o autor se debruçou durante o trabalho de pesquisa no mestrado e doutorado em ciência política da Unicamp, tornando-se assim referência importante na matéria.

Retomo duas problemáticas enfrentadas pelo livro: as críticas à apropriação marxista do termo elite e às interpretações da *“burguesia mundial”*.

A apropriação da noção de elite pelas análises dos marxistas anglo-saxões Tom Bottomore e Ralph Miliband é um dos temas enfrentados pelo autor. Qual o sentido da apropriação marxista do termo elite se este fora cunhado justamente para substituir a noção marxista de classe dominante, considerada atada à esfera da economia e, neste sentido, estéril para tratar o poder político? O elitismo renovado de Wright Mills, recusando o pluralismo, identificara um processo histórico de concentração e centralização do poder entre ocupantes dos cargos de alto escalão nas esferas econômica, militar e política, que levaria à formação de uma elite unificada no poder. Segundo Martuscelli, três ordens de problemas enfrentados por Wright Mills teriam atraído os marxistas Bottomore e Miliband, levando-os a compatibilizar as noções de elite e classe dominante: a ruptura de Mills com o elitismo tradicional ao estabelecer que a relação entre elite e massa é um fator histórico, a

noção de elite do poder que permitiria a ampliação da análise do poder econômico das classes dominantes e, finalmente, a crítica à concentração dos poderes das elites do poder nos Estados Unidos. Para Bottomore, a noção de elite política superaria a noção de classe dominante e seria mais eficaz contemporaneamente para explicar o fenômeno do poder político pois a burguesia, dividida em elites econômicas, não seria uma classe dominante com elevado poder de coesão. Na medida em que se engaja na análise “dos grupos funcionais e da estrutura ocupacional da sociedade capitalista”, Tom Bottomore dissociaria poder político e poder econômico, deixando de lado o “*trabalho de construção de uma teoria marxista das classes sociais*”. Nas análises de Ralph Miliband haveria, por sua vez, uma articulação entre as noções de elites políticas e classes dominantes. Os membros da classe dominante estariam divididos em duas camadas: a elite do poder e a burguesia. Embora identifique uma pluralidade de elites econômicas, compostas por grupos e interesses distintos nas sociedades capitalistas avançadas, com poder de intervenção no processo político, tais elites integram a classe dominante que é caracterizada por um elevado grau de coesão e solidariedade, com interesses e objetivos comuns – a defesa da ordem capitalista – que transcendem suas diferenças e discordâncias. O esforço teórico metodológico de Martuscelli consiste em demonstrar que o marxismo não se confunde com a teoria das elites. Para tanto, retoma as críticas de Poulantzas, na clássica/histórica polêmica travada com Ralph Miliband. A problemática das elites dissolveria os conceitos de classes sociais, Estado, e da relação entre ambos, na ideia de relações interpessoais dos indivíduos, enquanto a análise de Poulantzas superaria a concepção economicista de classe social, binarismos bem como a tese da bipolarização social, ao incorporar também os efeitos políticos e ideológicos na definição das classes sociais. Ao cunhar o conceito de bloco no poder, Poulantzas indica a existência de uma unidade contraditória no interior das classes dominantes. Embora a burguesia possua um interesse geral político comum, as diferenças e interesses específicos das frações burguesas diante de determinada política econômica e social

do Estado não se dissipam. Neste sentido, “o que define uma classe como dominante é a sua capacidade de realizar seus interesses específicos, não a ocupação de altos cargos”.

O tema da “burguesia mundial” emerge no contexto recente de internacionalização do capital e de implantação do neoliberalismo. A ideologia da globalização, problematiza o autor, apregoa, entre outras suposições, a crise irreversível do Estado-Nação em função do poder das corporações internacionais. A tese do suprapoder das corporações, tão em voga nos anos recentes, teria, por sua vez, levado algumas análises críticas do capitalismo a assimilar “elementos centrais da ideologia da globalização”, entre as quais a que postula a existência de uma “burguesia mundial” (global ou transnacional). Martuscelli se impõe o trabalho rigoroso e sistemático de apresentar e debater três variantes da tese da “burguesia mundial”: a variante segundo a qual haveria ou uma “unidade atlântica” entre burguesias europeia e norte-americanas, ou uma unidade econômica e de *habitus* entre grandes acionistas e altos executivos, ou ainda uma unidade entre burguesia e altos quadros das grandes empresas internacionais que teriam assimilado uma cultura burguesa “cosmopolita dos grandes negócios”. A segunda variante toma como dado a formação de um sistema econômico mundial regulado estritamente pelos interesses das grandes corporações transnacionais; nesta vertente Martuscelli também identifica as análises de Hart e Negri, na conhecida obra *Império*, que postulam a existência de um poder global hierárquico em que as empresas transnacionais seriam mais fortes que determinados Estados-nação. A terceira variante ressalta a financeirização como elemento fundamental da dissolução “das clivagens e fracionamentos no interior das classes dominantes”, conformando uma “burguesia global” multifuncional. Segundo Martuscelli, as variantes da tese da “burguesia mundial” teriam em comum a ideia segundo a qual quanto mais aumenta o poder das grandes corporações, menos relevante se torna o poder dos Estados nacionais. Pouco plausível é a hipótese de que as burguesias não possuiriam uma base de acumulação nacional nem repatriariam seus lucros para as matrizes

localizadas geograficamente nas “metrópoles imperialistas”. Ademais, nem a financeirização poderia ser entendida como um fenômeno indistinto e de alcance universal, nem a multifuncionalidade do capital uma característica da fase atual do capitalismo. Ao examinar as três variantes, o autor polemiza com análises que, embora críticas do capitalismo, incorporam aspectos da “ideologia da globalização”, pois *“a existência de diferentes Estados nacionais e a impossibilidade de ocorrência de um processo de repartição igualitária da mais-valia global são obstáculos estruturais à formação de uma classe dominante mundial ou global nos marcos do modo de produção capitalista”*.

O presente livro é, como afirmamos, o resultado de um percurso teórico-metodológico e de pesquisa rigoroso, sistemático e crítico; revelador de um estilo de trabalho e de reflexão que deveria orientar todo trabalho acadêmico.

Os debates realizados em torno da problemática das elites, da burguesia mundial, da burguesia interna, da fração hegemônica no bloco no poder, da cena política e das crises políticas evidenciam, finalmente, que é profícuo, embora árduo, o caminho que se deve percorrer para enfrentar ideologias teóricas e práticas bem como fazer avançar a teoria marxista das classes sociais.

Patrícia Vieira Trópia

setembro de 2018

APRESENTAÇÃO

A proposta de publicar este livro nasceu da necessidade de contribuir para o desenvolvimento da teoria das classes sociais, em especial, para as reflexões acerca das classes dominantes.

Diferentemente da conjuntura anterior à década de 2000, quando as avalanches neoliberal e pós-moderna promoveram simultaneamente o expurgo, a interdição e a “caricaturização” das análises abarcando a problemática das classes sociais, hoje, é possível dizer que as discussões em torno deste tema geral adquiriram certa legitimidade e difusão públicas. Não se pode mais decretar com soberba que as classes sociais devem ser tratadas como peças de museu, como sendo algo anacrônico. Ainda que seja apropriada por diferentes vieses teórico-filosóficos, a questão das classes sociais voltou a ter relevância na produção acadêmica, nos discursos políticos e nas matérias midiáticas. Não são raros os textos que fazem alusão à noção de classe média, ou mesmo a expedientes estatísticos como classe A, B, C, ou a termos como ricos e pobres – afora as tentativas de inovação, fazendo uso de “preariado”, “batalhadores”, “ralé” e outros termos.

No que se refere às classes dominantes, os estudos sobre ricos, empresários, elites, associações patronais, entre outros, são muito pouco expressivos se comparados com a tradição de pesquisa sobre sindicalismo dos trabalhadores, movimentos sociais e populares, precarização, pobreza, etc. Ou seja, o conhecimento do topo da

hierarquia social não tem recebido a mesma atenção de estudiosos, militantes e formadores de opinião. Há também toda uma disputa teórica marcada por apropriações categoriais que rejeitam o emprego de palavras ou expressões como burguesia, bloco no poder, classes dominantes, classes capitalistas, preferindo adotar um léxico supostamente mais neutro ou mais conhecido pelo senso comum como: empresário ou empresariado, elite, rico, etc., todos eles tidos muitas vezes como “empiricamente orientados”, como se a própria construção e a análise dos chamados “dados reais” ou “empíricos” fossem apartadas de pressupostos e noções teóricas e filosóficas.

Com isso, queremos dizer que um trabalho de orientação científica precisa discutir mais sistematicamente as noções que emprega, de modo a ultrapassar o uso banal das palavras e expressões, assim como se afastar de falsos vereditos segundo os quais alguns conceitos ou noções devem ser banidos por não permitirem a concretização de pesquisas “empiricamente orientadas”, como sugerem as correntes dominantes das ciências sociais – que chegam até apelar para a ideia de que é preciso estudar os homens e mulheres de carne osso. Como já nos lembrou um conhecido filósofo, certa vez: o conceito de “cão” não ladra. Nesse sentido, o discurso científico não deveria ficar preso a essas chantagens retóricas que mais servem para interditar determinadas problemáticas teóricas do que para engendrar a crítica das ideologias e do pensamento científico existentes.

Buscamos, também, apresentar uma reflexão teórica alternativa às análises de caráter economicista e humanista que se reivindicam marxistas, dado que as concebemos como obstáculos epistemológicos para o exame das classes sociais em geral e das classes dominantes em particular. Por quê? Porque se o economicismo limita-se a valorizar demasiadamente a dimensão econômica das classes e ignorar ou considerar secundárias as suas outras dimensões constituidoras (referimo-nos às dimensões política e ideológica); o humanismo teórico inviabiliza o próprio conhecimento da realidade das classes e das lutas de classes, já que está mais preocupado em entender “o que é o

homem?” do que a história, daí advindo a centralidade que assume determinadas categorias a-históricas em seu discurso, como: alienação, natureza humana e emancipação humana.

Mais precisamente, procuramos oferecer uma contribuição teórico-metodológica para o debate das classes dominantes no capitalismo. Reunimos aqui uma série de textos que vimos elaborando desde 2008 e publicando de maneira esparsa.¹ A ideia de reuni-los numa só publicação está primeiramente relacionada à relativa coesão teórico-metodológica existente entre eles, que se assenta justamente nas contribuições para a teoria das classes sociais fornecidas pelo marxismo estrutural de matriz althusseriana, especialmente os importantes trabalhos desenvolvidos pelo marxista grego radicado na França, Nicos Poulantzas. Em segundo lugar, entendemos que essa coesão se desenvolve em meio a uma gama muito variada de subtemas que se enquadram na temática geral das classes dominantes, tais como: as disputas e problematizações concernentes às apropriações dos conceitos de elite e classe dominante; o debate sobre a existência ou não de uma classe capitalista unificada mundialmente; a validade analítica do conceito de “burguesia interna” para a análise do capitalismo contemporâneo; os critérios utilizados para aferir hegemonia política e hegemonia ideológica e, por fim, a contribuição do marxismo para a análise das crises políticas na

¹ Com exceção do penúltimo (quinto) capítulo, todos os demais foram publicados como artigos em revistas ou capítulo de livro. Nesta edição, procuramos realizar algumas mudanças de estilo da redação ou corrigir erros que nos passaram despercebidos em publicações passadas. O primeiro capítulo “Elite e classe dominantes: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites” foi publicado originalmente no número 18 da revista *Outubro* em 2009. O segundo capítulo “Existe uma burguesia mundial?” foi lançado com outro título “A burguesia mundial em questão” no número 30 da revista *Crítica Marxista*, no ano seguinte. O terceiro capítulo “Alcance e limites do conceito poulantziano de ‘burguesia interna’” foi publicado com o título “Poulantzas e o conceito de ‘burguesia interna’” no número 2 da revista chilena *Demarcaciones* em 2014. O quarto capítulo “Como identificar a classe ou fração hegemônica do bloco no poder? apontamentos teórico-metodológicos” apareceu na coletânea “Encruzilhadas da democracia”, organizada por Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli, e editada pela editora Zouk em 2017. Por fim, cabe esclarecer que o sexto capítulo “Sobre o conceito marxista de crise política” foi publicado no número 43 da revista *Crítica Marxista* em 2016.

reprodução do capitalismo, momentos nos quais tendem a sobressair os conflitos internos ao bloco no poder burguês. Esses são os eixos centrais das discussões que procuraremos travar nos próximos capítulos.

A leitura dos capítulos deste livro pode ser realizada de maneira aleatória, embora devamos observar que as análises seguem certo ritmo de aprofundamento e reelaboração conceituais, se tomarmos a sequência aqui proposta. Além disso, chamamos a atenção para o fato de que optamos por manter as repetições de certas passagens ou formulações conceituais. Retirá-las ou transformá-las poderia comprometer o entendimento mais global das teses expostas nesta publicação. Não poderia deixar de agradecer à minha mãe Sonia Mariza Martuscelli pela revisão final do texto, o que possibilitou a retirada de alguns andaimes que ainda figuravam e persistiam nas redações preliminares deste livro.

Sem a pretensão de esgotar o tema ou encerrar a discussão, esperamos que as reflexões presentes neste livro contribuam para a problematização e o aprofundamento teóricos acerca das classes dominantes, assim como possam servir de estímulo à elaboração de novas análises concretas das classes dominantes nas formações sociais capitalistas.

PARTE I

CLASSES DOMINANTES:

CONCEITO E USOS NA ANÁLISE DAS RELAÇÕES
DE CLASSE CONTEMPORÂNEAS

1

ELITE E CLASSE DOMINANTE: NOTAS SOBRE O MARXISMO INSPIRADO NA TEORIA DAS ELITES

O trabalho de exposição teórica via de regra enfrenta certas dificuldades: sejam as advindas da apropriação teórica das palavras e expressões presentes na linguagem cotidiana – o que importa na diferenciação entre o sentido corriqueiro e o significado conceitual das palavras; sejam as procedentes da natureza do discurso teórico – o que implica a distinção entre conceitos teóricos e conceitos concretos, respectivamente, entre conceitos atinentes a objetos abstrato-formais, sem existência na realidade, e conceitos alusivos à singularidade de objetos concretos, isto é, referentes às determinações de existência de tais objetos; sejam as derivadas do procedimento através do qual o objeto é tratado – o método; sejam, enfim, as oriundas da novidade revolucionária da teoria, que ocorre quando uma teoria rompe os moldes da ideologia teórica dominante (cf. Althusser, s/d, p. 49-82).

Essas dificuldades do discurso teórico podem ser evidenciadas se tomarmos como objeto os diversos sentidos atribuídos às noções de elite e de classe dominante na teoria política contemporânea. Para efeito de análise, propomo-nos aqui a realizar uma tarefa de menor extensão, mas não menos importante. Procuraremos discutir neste capítulo o significado e algumas das consequências teóricas da apropriação da noção de elite por certas análises vinculadas à tradição teórica marxista, em

especial, sua variante anglo-saxônica representada pelos trabalhos de Tom Bottomore e Ralph Miliband. Lembramos que a noção de elite foi elaborada pelos teóricos das elites justamente para substituir a noção marxista de classe dominante, considerada inoperante para tratar do poder político, devendo, por isso, restringir-se à economia. Com isso, destacamos, desde já, que o debate em torno das duas noções não é secundário, tendo sido alvo de uma acirrada luta entre duas importantes tradições teóricas: o marxismo e a teoria das elites.

O leitor apressado – mesmo em face dessa pugna teórica – poderia sustentar que as noções de “minoría politicamente ativa” ou “elite” e “minoría politicamente dominante” ou “classe dominante” possuem um forte grau de parentesco, podendo ser aplicadas indistintamente na análise dos processos políticos. No entanto, consideramos inoportuno tomá-las de maneira isolada, sem antes apreender o modo como tais noções articulam-se com os demais conceitos das problemáticas teóricas específicas das quais fazem parte.¹ Feita tal apreensão, chega-se à conclusão de que o parentesco entre as duas noções é remoto. Há quatro motivos principais para tal entendimento:²

Primeiramente, enquanto a teoria das elites define a existência da “minoría politicamente ativa” como um “fenômeno universal, permanente e eterno”, a teoria política marxista caracteriza a “minoría politicamente dominante” como um “fato histórico” cuja existência é permanente apenas nas sociedades de classe. Em segundo lugar, a teoria política marxista correlaciona a dominação econômica de classe e o exercício do poder político – para o marxismo, poder econômico e poder político encontram-se estreitamente vinculados –, tese que é negada pela teoria das elites. Em terceiro lugar, e em decorrência do motivo anterior, o marxismo define a classe dominante como aquela

¹ A noção de problemática aqui usada foi extraída das análises realizadas por Louis Althusser em *Pour Marx*, podendo designar, a nosso ver, tanto a ideia de um sistema articulado de conceitos (teoria) quanto a de objeto de análise. Neste texto, conferimos à noção de problemática apenas o primeiro sentido.

² Os dois primeiros motivos elencados foram extraídos das reflexões de Saes (1994a).

que simultaneamente exerce os poderes econômico e político, ao passo que o elitismo parte do pressuposto da existência, simultânea, de uma classe dirigente que detém o poder político, e de classes proprietárias que detém o poder econômico. Em quarto lugar, o marxismo define a luta de classe como o elemento propulsor das transformações sociais – nessa perspectiva, não há lugar para a ideia de que as formas de exercício do poder e submissão a ele sejam as mesmas em todos modos de produção –, já o elitismo parte da tese do ciclo permanente e eterno de existência das elites, para compreender a sua aparição, dominação, degeneração e queda, sustentando que os conflitos existentes nas sociedades humanas são exclusivamente intraelites, uma vez que a massa é sempre irracional, não se capacitando para tomar decisões em matéria de política.³

Embora, portanto, o parentesco entre a teoria das elites e a teoria política marxista seja longínquo, entendemos que a conjuntura teórica e política de meados do século XX semeou a possibilidade de “incorporação”, por parte da variante anglo-saxônica do marxismo, de certos elementos centrais oriundos da problemática teórica das elites. O cerne dessa “incorporação” pode ser evidenciado na tese segundo a qual o poder econômico e o poder político encontram-se separados. Com isso, queremos salientar que tal variante do marxismo não explora em toda a sua extensão a tese marxista da correlação de poderes.

A admissão dessa tese da separação de poderes por parte do que chamaríamos de marxismo inspirado na teoria das elites é reforçada pela relativização da noção marxista de classe dominante e pela aplicação da noção de elite, legada pela teoria das elites, na análise dos

³ Para Schumpeter (1984, p. 346), por exemplo, numa democracia, o papel do povo deve ser apenas o de eleger aqueles que formarão um governo: “A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão”. Nessa concepção, o povo (ou a massa) é encarado como incapaz de tomar decisões racionais, uma vez que o cidadão típico pode ceder aos impulsos irracionais ou extrarracionais na esfera política, comprometendo assim, a qualidade do processo político. Para uma crítica da tese dos conflitos intraelites e da ideia correspondente do caráter irracional das massas presentes na teoria das elites, ver: Boito Jr. (2002).

processos políticos contemporâneos. Tratemos, pois, de explorar como essa variante marxista anglo-saxônica incorporou certos elementos presentes na teoria das elites. Para tanto, faz-se necessário, primeiro, traçar breves considerações sobre os aspectos principais do processo de renovação do elitismo em meados do século XX – processo encabeçado pelos trabalhos de Wright Mills –, para, em seguida, apresentar as características gerais e os limites da análise marxista inspirada na teoria das elites, ou, mais particularmente, no elitismo renovado.

O elitismo renovado

Grosso modo é possível afirmar que a renovação da teoria das elites foi possibilitada pela publicação da obra *The Power Elite*, de Wright Mills. O que diferencia a análise de Mills da elaborada pelo elitismo tradicional ou clássico é a tese segundo a qual a existência de uma “minoria politicamente ativa” é um fato histórico e não propriamente um fenômeno trans-histórico. Segundo Mills, a partir dos anos de 1930, teria ocorrido um processo de transformação do público em massa, o que fez com que a opinião pública deixasse de ter poder ativo de decisão na sociedade, o qual passara a se concentrar nas mãos de uma minoria, de uma elite.

Analisando a sociedade estadunidense, Mills (1959) observa que houve um processo crescente de concentração e centralização de poder na cúpula de três domínios principais: o econômico (os chefes das grandes empresas), o militar (os senhores de guerra, ou melhor, o alto escalão militar) e o político (os ocupantes dos altos postos de comando do governo). Os ocupantes dos postos superiores desses três domínios seriam aqueles que tomariam as decisões mais importantes na sociedade, sendo, portanto, os responsáveis maiores pelos “destinos dos homens”.

Para Mills (1959), embora os três domínios configurem três esferas autônomas de poder, os ocupantes do alto escalão de tais domínios

teriam em comum a origem social, a carreira e os critérios de admissão, a promoção, o louvor e a honra. Isso possibilitaria a formação de uma unidade de interesses entre eles e, assim, a constituição de uma elite unificada ou elite do poder.⁴

Quando analisa a constituição de uma elite unificada e a existência de um poder nacional para explicar o modo como as decisões são tomadas na sociedade estadunidense, Mills opera uma *dupla crítica*: em primeiro lugar, à teoria pluralista, pois rejeita a ideia de equilíbrio de poderes, de poder difuso, fragmentado e local;⁵ em segundo lugar, à teoria marxista, visto que considera o uso da noção de classe dominante ineficaz para explicar o exercício do poder político. De acordo com ele, o uso da noção de classe dominante sugere a ideia de que a classe econômica domina politicamente e, desse modo, confere-se pouca autonomia à esfera política e ao domínio militar.

A obra de Mills enquadra-se numa abordagem de crítica e denúncia do processo de concentração de poder nas mãos de uma minoria e, além disso, trata a formação da elite do poder como um fenômeno

⁴ Apoiando-se na análise de Mills acerca da elite do poder, Domhoff salienta que é necessário fazer uma distinção entre elite do poder e classe governante. A segunda definir-se-ia pela posse de uma quantidade desproporcional de riqueza de um país, pelo recebimento de uma quantidade também desproporcional da renda anual de um país e pela emissão de uma quantidade enorme de membros aos cargos governamentais, enquanto que a primeira compreenderia “todos aqueles que ocupam cargos de mando em instituições controladas por membros da classe superior (governante)” (Domhoff, 1985, p. 17). Nesse sentido, a diferença marcante entre os dois autores está no fato de Domhoff sustentar que os membros da elite do poder podem ou não fazer parte da “classe superior”, enquanto que Mills sustenta uma correspondência necessária entre as duas.

⁵ Em linhas gerais, é possível afirmar que a teoria pluralista e a teoria das elites estão inseridas numa mesma problemática teórica no campo de análise dos processos políticos, uma vez que compartilham do mesmo enfoque subjetivista, o qual tem em mira as seguintes perguntas básicas: “quem detém o poder?” ou “quem governa?”, isto é, um enfoque que procura localizar o sujeito do poder (Therborn, 1982). O que deve ser ressaltado é que, embora partam da mesma pergunta, as respostas dadas pelos pluralistas e pelos elitistas para o problema do poder são distintas. Enquanto os primeiros afirmam que o poder está distribuído na sociedade entre diversas elites e grupos dirigentes, os últimos sustentam que o poder está unificado e concentrado nas mãos de uma minoria politicamente ativa – a elite do poder.

histórico. No entanto, o alcance de sua crítica é limitado. Ao partir da concepção de poder como soma-zero para analisar a sociedade estadunidense, ou seja, ao partir da concepção segundo a qual o poder de A em um sistema é necessariamente e por definição obtido à custa de B⁶, a crítica ao poder concentrado pela elite do poder só pode ocorrer num plano meramente quantitativo, através da exigência de redução da concentração de poder e consequente transferência de poder à opinião pública. Sua crítica não vem a sugerir, portanto, a ocorrência de uma revolução social como meio para superar essa concentração de poder.

Poulantzas (1971) apresenta quatro aspectos que são insustentáveis nessa concepção de poder como soma-zero: a) a perda de poder de uma classe não significa automaticamente o acréscimo de poder de outra; b) essa concepção de poder não leva em consideração a especificidade das diversas formas de poder nos diversos níveis (econômico, político e ideológico) e a defasagem existente entre eles, numa escala global de uma formação social – assim, por exemplo, a perda de poder econômico de uma classe não implica necessariamente a perda de poder nos outros níveis e vice-versa; c) essa concepção de poder tende a considerar a relação conflitual entre grupo dominante e grupo dominado como “uma dicotomia de dois grupos-sujeitos permutando poder-soma zero” – para Poulantzas, o equívoco de tal formulação está no fato de menosprezar-se a existência de numerosas classes e frações nos mais variados níveis, o que significa que a perda de poder de uma classe não pode implicar exatamente o aumento de poder de um “único” grupo existente; d) “esta concepção, aplicada mais particularmente ao nível do poder político, negligencia o problema da unidade deste poder nas suas relações com o Estado, fator de coesão da unidade de uma formação” (*Ibid.*, p. 138-140).

Outro limite da análise de Mills pode ser encontrado na própria definição de elite, uma vez que nela apenas se informam o modo

⁶ O artigo de Parsons (1957) foi um dos pioneiros na crítica à concepção de poder como soma-zero, presente na obra de Mills.

como são tomadas as decisões mais importantes e os responsáveis por estas, nada dizendo, pois, sobre o conteúdo de tais decisões. Saes (1994a) salienta que a ausência da discussão do conteúdo das principais decisões era o limite intransponível da teoria das elites, o mesmo se aplica à análise de Mills, que, apesar de renovar o elitismo, não superou esse limite. Sweezy (1965a) polemiza a mistificação embutida na noção de classe dominante governante, que é um símile da noção de elite do poder. Para ele, a classe dominante tem a necessidade de fazer concessões e acordos com a classe trabalhadora, o que a leva a acatar certas decisões distintas das propostas iniciais, mas tais acordos não colocam em xeque o sistema capitalista, ou melhor, desempenham a função de deixar o povo “num estado de ignorância e contentamento suficientes para aceitar o sistema como um todo” (*Id.*, 1965b, p. 156). Portanto, o autor sugere que a classe dominante não governa, visto que não contempla, em todas as circunstâncias, os seus interesses imediatos. Dessa maneira, podemos considerar que o elitismo, mesmo o renovado, parece não oferecer respostas aos conteúdos das principais decisões da elite do poder. Tal problema é uma decorrência do fato de o elitismo, no limite, negar a correlação entre poder político e poder econômico.

Para compreendermos a relação entre marxismo e teoria das elites, caberia indicar quais fatores presentes na análise de Mills atraem a atenção de certas análises marxistas e possibilitam o surgimento do que chamamos de marxismo inspirado na teoria das elites. Em linhas gerais, vislumbramos três fatores principais, que serão aqui resumidos e melhor detalhados no próximo tópico deste capítulo. São eles: a) a tese de ruptura com o elitismo tradicional, ou seja, a tese segundo a qual a relação elite e massa é um fato histórico; b) a elaboração da noção de elite do poder para referir-se a um poder que não se restringe ao âmbito econômico – quanto a esse ponto, é interessante retomar as observações de Sweezy (1965a), indicando a existência de duas definições de elite na obra de Mills: uma que supõe a ideia de classes sociais e que concebe as distintas esferas sociais de modo

integrado; outra que supõe a ideia de domínios de poder e que toma como concreta a existência de diferentes esferas sociais com estrutura institucional própria; c) a crítica à concentração de poderes da elite do poder estadunidense – o que pode significar, mesmo que de modo indireto, um posicionamento radicalmente contrário ao processo de expansão do capital monopolista.

O marxismo inspirado na teoria das elites

É possível dizer que um dos aspectos essenciais do que denominamos marxismo com inspiração na teoria das elites é a tese segundo a qual as noções de elite e classe dominante são complementares – não sendo, então, necessariamente excludentes. No entanto, o sentido atribuído a essa ideia de complementaridade não é o mesmo para todos os autores que se enquadram nessa perspectiva teórica. Enquanto Bottomore (1974) indica que as duas noções podem ser aplicadas, conjuntamente ou em separado, dependendo da sociedade concreta em questão, Miliband (1972, 1999) sustenta que a aplicação de ambos os conceitos é necessária, não sendo possível dissociá-los e adequá-los a situações históricas particulares.

Na análise de Bottomore (1974, p. 15), a noção geral de elite designa os grupos funcionais ocupacionais que “possuem um status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade”. Os grupos ocupacionais que o autor destaca são os seguintes: intelectuais, gerentes de indústria e altos funcionários do governo. Enquanto os intelectuais possuem uma posição influente na sociedade pela natureza da atividade que exercem e pelo meio de vida que possuem, a influência exercida pelos demais está mais diretamente ligada às suas origens de classe social. Em relação aos gerentes, ainda que estejam cada vez mais conscientes de sua posição como grupo funcional (o que é estimulado por estudos e treinamentos sistemáticos de gerência), nem por isso constituem uma força autônoma da alta classe dos proprietários.

Quanto aos altos funcionários do governo, Bottomore (1974) salienta que também não constituem uma força autônoma, pois as decisões políticas que tomam estão, em última instância, submetidas ao controle de alguma autoridade política. Em resumo, Bottomore (1974; 1978) considera que nenhuma dessas três elites pode atingir a condição de elite governante pelo fato de não deterem poder político. O que elas possuem é a condição de restringir de algum modo o poder dos grupos dirigentes da sociedade.

Na visão de Bottomore, a noção de elite política ou governante é que melhor explicaria o poder nos processos políticos contemporâneos – isso o leva a considerar a noção de classe dominante um tanto quanto problemática para esse intento. Aqui nos defrontamos com uma das teses caras à teoria das elites, segundo a qual as classes ou elites governantes são aquelas que detêm poder político, enquanto as classes dominantes detêm poder econômico. O que chama a atenção nesse tipo de análise é o fato de Bottomore considerar a existência de um grupo social que realmente governa, podendo tal segmento ter, no limite, seu poder restringido e não superado por outros grupos. Nessa abordagem, a utilização simultânea das noções de elite governante e de classes dominantes sugere que o poder político e o poder econômico encontram-se dissociados, ou ainda, que a noção de classe dominante não é operacional para tratar do poder político nas sociedades contemporâneas, devendo, portanto, ser substituída pela noção de elite governante.

Para o autor, o conceito de classe dominante apenas se adequaria plenamente a dois tipos de sociedade: ao feudalismo europeu – no qual havia uma classe guerreira detendo a posse da terra, a força militar e a autoridade pública de uma poderosa Igreja – e às sociedades dos primórdios do capitalismo – nas quais a ascensão da burguesia na esfera econômica se deu concomitante à aquisição de novas posições de poder e prestígio.

No desenvolvimento das sociedades capitalistas, o uso da noção

de classe dominante perderia força, pois a burguesia não seria tão coesa como teria sido num momento inicial ou como fora a nobreza feudal. Para Bottomore, haveria dois elementos centrais que explicariam essa falta de coesão ou desvio dessa noção: 1) a classe dominante nas sociedades capitalistas goza de poder econômico, mas não de um poder sem contestações e irrestrito que lhe permita manter seus direitos de propriedade ou transmiti-los intactos de geração a geração; 2) o modelo classe dominante/classes dominadas pode perder sentido quando um grupo que detém poder na sociedade não se constitui como classe. Em síntese, a noção de classe dominante só poderia ser aplicada nos casos em que houver um grupo social com elevado grau de coesão.

Bottomore sustenta, assim, que as noções de elite ou de classe dominante referem-se a aspectos distintos da vida social e a diferentes sociedades; e ele indica que, com a ajuda dessas noções, é possível:

distinguir entre sociedades nas quais exista uma classe dominante e ao mesmo tempo elites que representem aspectos particulares de seus interesses, sociedades em que não exista uma classe dominante, mas uma elite política que baseie seu poder no controle da administração ou da força militar, e não na posse ou herança em si; e sociedades nas quais exista uma multiplicidade de elites entre as quais não se consiga distinguir nenhum grupo coeso ou duradouro de indivíduos ou famílias poderosas (*Ibid.*, p. 43).

Nesta curta passagem, podemos encontrar a ideia de que a classe dominante define-se pela posse de riqueza pessoal e de herança a qual pode transmitir às outras gerações. Para esse autor, a origem social dos membros da classe dominante não lhes confere, num momento posterior, poder político, uma vez que, no capitalismo, teria ocorrido um processo de autonomização das esferas política e econômica. Isso significa que o poder político não está associado ao acúmulo de poder econômico, mas ao grau de coesão ou de divisão das elites nas sociedades contemporâneas.

À luz dessas observações, talvez seja possível indicar que

Bottomore, antes de engajar-se no trabalho de construção de uma teoria marxista das classes sociais, esteja muito mais empenhado em fazer uma análise dos grupos funcionais e da estrutura ocupacional da sociedade capitalista e, por consequência, em examinar o papel que as variadas elites cumprem nessa sociedade. A raiz desse problema encontra-se justamente na dissociação que Bottomore faz entre poder político e poder econômico na análise do capitalismo e, com isso, dos grupos que dirigem ou dominam cada uma dessas esferas sociais. Cabe-nos ressaltar, por fim, que a ideia de dissociação de poderes aparece de modo muito mais radical na obra de Bottomore do que nas reflexões de Miliband sobre esse tema – como veremos a seguir.

A obra *O Estado na sociedade capitalista*, de Ralph Miliband, é marcada por uma nítida polêmica com a teoria democrático-pluralista e pela tentativa de incorporação ao marxismo do que denominamos, acima, elitismo renovado. Para realizar a crítica às concepções democrático-pluralistas, o autor parte da constatação da escassez de estudos do Estado como instituição, para, em seguida, destacar o fato de que alguns “estudiosos da política” têm sustentado, de maneira equivocada, que “o poder nas sociedades ocidentais é competitivo, fragmentado e difuso” (Miliband, 1972, p. 12). A decorrência teórica dessa formulação, segundo ele, é a de que, no sistema político, todo mundo tem poder de decidir, mesmo aqueles que estão no “fim da fila”, ou ainda, de que o papel do Estado é acomodar e reconciliar todos os interesses presentes na sociedade. Assim, essa concepção de poder exclui “a noção de que o Estado poderia ser uma instituição de tipo especial, cujo principal objetivo é defender o predomínio na sociedade de uma determinada classe” (*Ibid.*, p. 14).

Ao tratar essa questão, Miliband procura discutir dois pontos principais: a concentração de poder econômico nas sociedades capitalistas e a transnacionalização crescente da propriedade e da administração das grandes companhias. Desse modo, o autor polemiza a tese segundo a qual os executivos ou administradores podem ser concebidos co-

mo uma nova classe, sustentando que, a despeito do crescimento da separação entre propriedade e controle nas grandes companhias, não houve a formação de uma força social distinta e autônoma. Como ele salienta: “O administrativismo significa que os elementos mais importantes da propriedade capitalista cresceram demasiado para ao mesmo tempo permanecerem e serem controlados pelos empresários proprietários” (*Ibid.*, p. 54). Em outros termos, esse fenômeno de fato marca uma fase de transição, mas esta não ultrapassa os marcos do capitalismo. Nesse sentido, os objetivos dos executivos ou administradores não vão além da preservação e fortalecimento da propriedade privada, do controle dos recursos disponíveis da sociedade e, conseqüentemente, da ampliação dos lucros daí resultantes.

No entanto, Miliband chama a atenção para o fato de existir uma pluralidade de elites econômicas as quais constituem grupos e interesses distintos nas sociedades capitalistas avançadas, podendo em grande medida interferir no processo político. Para ele, as elites econômicas, “graças à propriedade ou ao controle ou a ambos, comandam muitos dos setores mais importantes da vida econômica” (*Ibid.*, p. 27-28) e integram a classe dominante, que é “caracterizada por um elevado grau de coesão e solidariedade, com interesses e objetivos comuns que transcendem bastante suas diferenças específicas e suas discordâncias” (*Ibid.*, p. 66).

Importa-nos destacar aqui que a ideia de compatibilidade das noções de elite e classe dominante sugerida por Miliband não se confunde com a ideia de “conceitos complementares” adotada por Bottomore, uma vez que a complementaridade indica que os dois conceitos podem ser aplicados, conjuntamente ou em separado, dependendo da sociedade concreta em questão, enquanto que a compatibilidade entre os dois conceitos é aplicada necessariamente, não sendo possível, portanto, dissociá-los e adequá-los a situações históricas particulares. Para Miliband, nas sociedades capitalistas avançadas sempre haverá uma pluralidade de elites que comporá a classe dominante – o que indica

que a noção de elites, diferente da análise de Bottomore, está contida na noção de classe dominante.

No pequeno ensaio intitulado “Análise de classes”, Miliband faz uma apresentação um pouco mais detalhada do que entende por elites e classe dominante, e as relações que há entre essas duas noções. Miliband sustenta que a classe dominante não pode ser definida em termos de propriedade dos meios de produção, mas a partir do controle efetivo que possui sobre três fontes principais de dominação: “os meios de produção (incluindo-se a propriedade), os meios de administração e coerção do Estado, e os principais meios para estabelecer a comunicação e o consenso” – formando o que ele chama de estrutura de dominação na qual:

Uma classe que possua ou controle os meios de produção deve também ter uma adequada segurança, pelo menos, com relação à boa vontade e à proteção daqueles que controlam os meios de administração e coerção; e os que controlam o Estado devem ser capazes de confiar na cooperação daqueles que possuem ou controlam os meios de produção. É provável que os principais meios para estabelecer a comunicação e a aprovação decorram do controle dos outros dois meios (*Id.*, 1999, p. 476).

No entanto, essa tentativa de tornar a noção de classe dominante mais complexa esbarra em limites, quando Miliband simplifica o que vem a ser o objetivo comum dessa classe: a defesa e o fortalecimento da ordem social existente. Nesse ponto, salientaríamos que até mesmo a classe operária, ao lutar por melhores salários e por direitos sociais básicos, teria por escopo – ainda que inconscientemente – o aperfeiçoamento do capitalismo, tornando-o mais “suave”.

Miliband parece situar no mesmo nível de análise a teoria das classes sociais e a teoria da estratificação social ao se referir aos membros da classe dominante – que, segundo ele, encontram-se divididos em duas camadas: a elite do poder e a burguesia⁷. Para ele, *em decorrência*

⁷ Essa tese está presente também em outro livro deste autor: Miliband (2000, p. 35-37).

da separação institucional do poder econômico e do poder estatal nas sociedades capitalistas avançadas, a elite do poder passou a ser constituída por duas dimensões principais:

Por um lado, há as pessoas que controlam as poucas centenas de grandes empresas industriais financeiras e comerciais no setor privado da economia, às quais se pode acrescentar as que controlam as indústrias dos meios de comunicação do setor privado (e que podem, naturalmente, incluir algumas das pessoas que controlam outros setores capitalistas). Por outro lado, há as pessoas que controlam as posições de comando do sistema estatal [...] e esse elemento inclui também as pessoas que controlam as empresas públicas ou estatais e a mídia no setor público (*Ibid.*, p. 478).

Enquanto a outra “camada”, a burguesia, numericamente maior, apresentaria duas distintas subcamadas: a comercial e a profissional, respectivamente:

as pessoas que possuem e controlam um grande número de firmas de porte médio” [...] e] por uma ampla classe profissional de homens e mulheres (principalmente homens), composta de advogados, contadores, cientistas, arquitetos, médicos, funcionários civis e militares de média categoria, professores e administradores veteranos na educação superior, peritos em relações públicas e muitos outros (*Ibid.*, p. 478-479).

Na visão de Miliband, a distinção entre a “camada burguesia” e a “camada elite do poder” da classe dominante se dá em virtude de a burguesia “não ter nada que possa ser chamado de seu poder” (*Ibid.*, p. 479), apesar de exercer poder em diversas esferas sociais. Isso denota que a “camada elite do poder”, diferente da “camada burguesia”, traduz um significado análogo à noção de minoria politicamente ativa ou classe política, presente na teoria das elites – o que resulta na identificação de um sujeito de poder. Nessa definição, os poderes político e econômico são desconectados um do outro, o que faz Miliband aproximar-se da tese elitista da disjunção de poderes. Em passagem de escrito anterior,

essa questão fica explícita:

a mais importante de todas as questões suscitadas pela existência dessa classe dominante é a de saber se ela constitui também uma "classe dirigente". Não se trata de saber se essa classe detém uma porção substancial de poder e influência política. Ninguém pode negar seriamente que ela o detém: pelo menos, não se poderia levar a sério quem o fizesse. Trata-se de uma questão diferente, ou seja, a de saber se essa classe dominante dispõe também, em grau muito maior do que qualquer outra classe, de poder e influência; se ela o exerce como grau decisivo de poder político; se a sua propriedade e o seu controle de áreas vitalmente importantes da vida econômica lhe asseguram também o controle dos meios de decisão política, meio político particular do capitalismo contemporâneo (Id., 1972, p. 66)⁸.

O autor considera que essas duas camadas se distinguem do restante da sociedade por conta de seus membros deterem uma riqueza pessoal desproporcional nas sociedades capitalistas avançadas. Assim, a classe dominante é definida em termos das posições elevadas que os agentes ocupam nas esferas política e econômica e da escala altíssima de renda que os mesmos detêm em virtude de tais posições.

Nessa perspectiva, é possível dizer que a concepção de classe dominante formulada por Miliband está mais diretamente ligada à problemática da estratificação social. As ideias de riqueza pessoal, rendimento, ocupação, relações interpessoais, recrutamento são alguns dos indicadores dessa problemática que aparecem não só nos textos de Miliband, mas também nos textos de Mills e Bottomore.

⁸ Codato e Perissinotto (2001) parecem chegar a um argumento bastante próximo do exposto por Miliband, ao negarem a correlação existente entre poder político e poder econômico nas sociedades capitalistas, e sustentarem a tese de que uma classe ou fração pode ser economicamente dominante, sem que seja politicamente governante. Essa abordagem sugere, dessa maneira, que a política estatal é o campo no qual as classes e frações podem lograr benefícios quase ou exclusivamente econômicos, enquanto o aparelho estatal, separado da política estatal, seria o campo no qual as classes e frações poderiam lograr benefícios quase ou exclusivamente políticos.

Tratemos de explicitar e sintetizar os nossos pontos de desacordo com o marxismo inspirado na teoria das elites. Para tanto, utilizaremos, fundamentalmente, como base de argumentação, algumas das teses desenvolvidas por Nicos Poulantzas em *Poder político e classes sociais*.

O marxismo não se confunde com a teoria das elites

A análise das classes sociais, em especial, das classes dominantes, realizada por Nicos Poulantzas difere bastante das demais. Na polêmica com Miliband, Poulantzas talvez tenha sugerido que a questão da utilização do conceito de classe dominante ou de elites é meramente política, quando afirma que: “Os conceitos e noções nunca são inocentes e empregando as noções do adversário para lhe retorquir, conferimos-lhes legitimidade e permitimos a sua persistência” (1975, p. 12). Cabe-nos ressaltar aqui que sua análise crítica do conceito de elites não pára por aí, ele também apresenta algumas das implicações teóricas desse conceito, quando sustenta que um conceito ou noção só adquire significado quando “integrado numa problemática teórica global que o institui”.

Para Poulantzas, a problemática das elites dissolve os conceitos de classes sociais, de Estado, e da relação entre ambos, na ideia de relações interpessoais dos indivíduos, resultando naquilo que o autor denominou de “problemática do sujeito”. Nesta, “os agentes de uma formação social, ‘os homens’, são considerados não como os ‘suportes’ de instâncias objetivas (como para Marx), mas sim como o princípio genético dos níveis do todo social” (Ibid., p. 14). Assim, em vez de analisar a distribuição dos agentes em classes sociais e suas contradições a partir de “coordenadas objetivas”, a “problemática do sujeito” atém-se a “explicações finalistas fundadas nas motivações do comportamento dos atores individuais” (Ibid., p. 14). Portanto, a rejeição de Poulantzas ao conceito de elite, para qualificar os grupos sociais que exercem poder nas sociedades humanas, não é só política,

é sobretudo teórica.

O conjunto articulado de conceitos desenvolvidos ou aplicados por Poulantzas (1971) permite à sua análise superar a concepção economicista de classe social e, em decorrência, a análise binária das classes sociais. Isso significa que não só o nível econômico, mas também os níveis político e ideológico exercem papel importante na definição das classes. Os níveis político e ideológico, por sua vez, não podem ser tomados como simples epifenômenos do econômico. Embora Poulantzas faça alusão às noções de “determinação em última instância” e “dominância” para a caracterização do modo de produção em geral e particulares, retemos nesta análise – seguindo a reflexão de Saes (1994b) – a ideia de que essas noções deixam de ser operacionalizáveis para a análise do funcionamento reprodutivo do todo social, uma vez que, nesse nível, a ideia de implicação recíproca ou condicionamento recíproco das instâncias adquire centralidade. Isso “significa que cada instância se configura como condição necessária à reprodução das demais instâncias” (Saes, 1994b, p. 46). Desse modo, se admitimos que as instâncias estruturais condicionam-se reciprocamente, parece ser inócuo definir o conceito de classe social apenas no nível econômico.

Essa caracterização das classes sociais permite a Poulantzas discutir os fracionamentos mais variados no interior da burguesia. No entanto, uma fundamentação do fracionamento da classe dominante nem sempre se encontra bem explicitada na análise de Poulantzas. A propósito, podemos indicar que em seus escritos há duas explicações principais para o fracionamento da burguesia: a primeira diz respeito ao fato de haver, nas sociedades complexas, uma diversificação de atividades econômicas; a segunda refere-se aos efeitos da estrutura jurídico-política os quais induzem os setores sociais especializados em determinadas atividades econômicas a agregarem-se em uma ação política.⁹

A ideia de fracionamento de classe faz com que Poulantzas recuse

⁹ Para uma análise do problema do fracionamento da classe dominante, ver: Farias (2009).

a caracterização da classe social como um todo homogêneo. Contudo, é o conceito de bloco no poder que permite à análise poulantziana superar essa visão – que, no estudo da classe burguesa, não estabelece nenhum tipo de hierarquização entre as frações dessa classe. Esse conceito permite entrever que apesar de a classe dominante, a burguesia, possuir um interesse geral comum, a saber, a manutenção da propriedade dos meios de produção e as condições para que a força de trabalho se reproduza como mercadoria, esse interesse geral não anula as diferenças de interesses das frações burguesas diante de uma determinada política econômica e social do Estado burguês. Dessa maneira, o conceito de bloco no poder indica a existência de uma unidade contraditória com a dominante. Essa dominância é resguardada para uma das frações que compõe o bloco no poder. Ou ainda: a aliança de várias classes e frações dominantes

só pode funcionar regularmente sob a direção de uma dessas classes ou frações: é a fração hegemônica, aquela que unifica, sob sua direção, a aliança no poder, ao assegurar o interesse geral da aliança, e aquela em particular que o Estado garante, por excelência, os interesses específicos (Id., 1972a, p. 43).

É importante ressaltar, como observa Poulantzas, que a classe ou fração hegemônica do bloco no poder não corresponde necessariamente à classe detentora do aparelho de Estado, em que se recrutam os membros da alta cúpula do Estado. Operando com essa distinção entre fração hegemônica e classe detentora do Estado, o autor desmitifica a visão elitista acerca dos grupos detentores de poder nas sociedades capitalistas, à medida que indica que a correspondência existente entre os interesses da fração hegemônica e a política estatal não está fundada na ocupação dos altos postos de comando no aparelho de Estado. Ou melhor, a classe só se configura como dominante se seu interesse político geral for garantido pelo Estado. Esse não é o caso da classe detentora do aparelho de Estado, uma vez que ela “não se constitui em classe dirigente ou elite política que detenha o poder

político, ao mesmo tempo em que as classes proprietárias detêm o poder econômico” (Saes, 1994a, p. 18).

O conceito de classe ou fração hegemônica também se distingue do conceito de classe ou fração reinante “cujos partidos políticos se encontram presentes nos lugares dominantes da cena política” (Poulantzas, 1971, p. 85-86). Ou seja, Poulantzas distingue aqui o lugar do campo das práticas políticas¹⁰ do campo da cena política. Assim, mudanças no interior do bloco no poder não produzem efeitos necessariamente sobre a cena política. Do mesmo modo, mudanças no sistema partidário podem não interferir na dinâmica das relações que compõem o bloco no poder. Ainda: “pode acontecer que a classe ou fração hegemônica do bloco no poder esteja ausente da cena política” (Ibid., p. 86). Ou, como salienta Saes (1994a, p. 18): “a classe reinante não coincide, necessariamente com a classe dominante. Mas isso não significa [...] que tal classe se constitua em elite detentora do poder político, separado este do poder econômico exercido pelas classes proprietárias”. Concebendo o Estado burguês como o organizador da luta política da burguesia em geral e da hegemonia política de uma determinada fração burguesa em particular, poderíamos concluir que a classe ou fração hegemônica não necessita de um partido político para exercer sua hegemonia em determinada formação social. Ou, como já observou Gramsci, o Estado é o partido da burguesia, o que, na prática, significa que as classes dominantes não necessitam de associações sindicais ou partidos políticos para ter seus interesses sociais garantidos pela política estatal. Historicamente, o que se pôde observar é que a criação de organismos políticos de representação de interesses da

¹⁰ Sobre a especificidade da prática política, Poulantzas (1971, p. 40-41) sustenta o seguinte: “Esta prática tem por objeto específico o ‘momento atual’, como dizia Lênin, isto é, o ponto nodal onde se condensam as contradições dos diversos níveis de uma formação nas relações complexas regidas pela sobredeterminação, pelos seus defasamentos e desenvolvimento desigual. [...] a prática política tem como objeto simultaneamente o econômico, o ideológico, o teórico e ‘o’ político em sentido estrito [...] A prática política é o ‘motor da história’ na medida em que o seu produto constitui afinal a transformação da unidade de uma formação social, nos seus diversos estágios e fases”.

burguesia ocorreu não apenas em virtude do confronto de interesses com as demais classes, mas, sobretudo, como mecanismo preventivo de ação política, dado o avanço organizacional das classes subalternas em sindicatos, partidos e associações.

No tocante ainda à contribuição de Poulantzas para a teoria das classes sociais, talvez fosse interessante discutir a tese desse autor segundo a qual uma classe pode ser economicamente dominante sem ser, no entanto, politicamente dominante. Saes (1994a, p.18) observa que, com essa tese, Poulantzas abandona a ideia de “causação recíproca” entre o poder econômico e o poder político, isto é, deixa de propor uma ideia central presente na obra *Poder político e classes sociais*: “a cumulatividade (sem determinação) das condições de classe economicamente dominante e de classe politicamente dominante”.¹¹

Saes salienta que essa formulação enfraquece ou contradiz a crítica poulantziana à teoria das elites: “ele [Poulantzas] converge para a tese fundamental da teoria das elites, segundo a qual não há correlação invariante, na sociedade contemporânea, entre grupo politicamente dirigente e classe economicamente dominante” (1994a, p.18).

Polemizando essa crítica lançada por Saes, poderíamos indagar se Poulantzas, quando se refere a tal disjunção, está tratando do funcionamento reprodutivo de uma sociedade capitalista – como sugere a crítica de Saes – ou de uma sociedade de transição, na qual ocorre um “equilíbrio de modos de produção”. No nosso entendimento, Poulantzas tende a aplicar a ideia de disjunção de classe economicamente dominante e classe politicamente dominante às sociedades de transição do feudalismo para o capitalismo. O exemplo histórico utilizado por Poulantzas é o da Inglaterra, no período anterior a 1688, quando a burguesia configurava-se como a classe economicamente dominante, enquanto a nobreza fundiária lograva a posição de classe politicamente dominante. Há, nesse sentido, um equilíbrio entre duas classes de

¹¹ Saes emprega a ideia de cumulativo no sentido de correlação entre os exercícios do poder econômico e do poder político.

modos de produção distintos e a caracterização de uma sociedade de transição, o que, a nosso ver, não contradiz, nem enfraquece a crítica poulantziana à teoria das elites¹².

Não é nosso interesse central aqui discutir a relação entre poder político e poder econômico na transição do feudalismo para o capitalismo ou na transição em geral de um modo de produção para outro, ou ainda, não é o objetivo de nosso trabalho discutir a lógica de transição. Nosso objetivo principal é discutir a relação entre poder político e poder econômico segundo a lógica de reprodução capitalista. Nesse caso, é preciso destacar, ainda que de modo indicativo, que, a despeito de a correlação entre o poder econômico e o poder político ser um dos elementos centrais para que se entenda essa reprodução, isso não significa que essa lógica não comporte *situações excepcionais* nas quais possa haver uma defasagem entre os dois poderes, num breve período, cuja tendência seja a de restabelecer a cumulatividade dos poderes econômico e político num momento posterior – ou seja, situações como essas diferem bastante daquelas em que o bloco no poder possui maior coesão interna e durabilidade.

Na análise poulantziana, o problema das situações excepcionais não é tratado de modo sistemático. Isso nos leva à tarefa de tentar articular o que aparece de forma fragmentada em sua obra. Assim, poderíamos indicar duas situações excepcionais em que se configura a defasagem entre os poderes político e econômico. A primeira situação refere-se à *conjuntura de instauração de uma nova hegemonia política*, na qual a nova força hegemônica ainda não detém a preponderância econômica. Nesse caso, essa força hegemônica fará uso de sua hegemonia política para conquistar a prevalência econômica. Numa conjuntura como essa, abre-se a possibilidade de frações menos poderosas

¹² A tese segundo a qual as formas absolutistas do Estado do período da acumulação primitiva, portanto, precedente à revolução política ocorrida na Inglaterra em 1640 e na França em 1789, teriam desembocado num equilíbrio de forças em duas classes distintas, que constituíam a classe dominante da época, foi também desenvolvida por Poulantzas em texto anterior à obra *Poder político e classes sociais*, ver Poulantzas (1966).

da classe dominante exercerem, por um breve tempo, a hegemonia política do bloco no poder¹³. A segunda situação diz respeito à *conjuntura de crise hegemônica*, na qual a força social que detém preponderância econômica não dispõe mais de hegemonia política, que passa a ser exercida sob a forma de condomínio entre as várias frações da classe dominante. Configura-se, então, o que poderíamos chamar, de acordo com Poulantzas (1972b), de “instabilidade hegemônica” e, num momento posterior, uma etapa de “incapacidade hegemônica” em sentido estrito, ou seja, a situação na qual nenhuma classe ou fração hegemônica economicamente consegue impor a sua hegemonia política às outras classes e frações que compõem o bloco no poder.¹⁴

Em termos gerais, sustentamos que, ao centrar a análise nos interesses sociais priorizados pela política estatal como forma de identificar as classes sociais que ocupam o lugar dominante na sociedade capitalista, Poulantzas releva três aspectos fundamentais negligenciados pela teoria das elites e apresentados de modo ambíguo pelo marxismo inspirado na teoria das elites: a) *o conteúdo das chamadas decisões mais importantes*, isto é, o que define uma classe como dominante é a sua capacidade de realizar seus interesses específicos, não a ocupação de altos cargos; b) *a não existência do sujeito de poder ou classe governante*, o que significa que nenhuma classe ou fração de classe pode ter todos seus interesses imediatos integralmente contemplados – se assim fosse, não faria sentido tratar o Estado como organizador da unidade da luta política da burguesia, uma vez que, ou não haveria fissuras intestinas entre as frações dessa classe, ou, o que é correspondente a isso, a burguesia seria concebida como um todo monolítico; c) *a correlação entre poder político e poder econômico*, lembrando que a defasagem entre um e outro só ocorre em situações excepcionais, as quais colocam em xeque, por um breve período, a coesão interna e duradoura do bloco no poder.

¹³ Sobre isso, ver: Saes (2001, p. 161-162).

¹⁴ Ver, em especial, a parte III do livro: Fascismo e Ditadura.

Diante do exposto, seria oportuno indagar se a noção de elite é, em algum sentido, operacional para a análise marxista dos processos políticos contemporâneos. Consideramos que na problemática marxista, quando nos referimos às relações de poder, tratamos de relações de classe e, portanto, de relações entre classes sociais em luta. Não há, nesse sentido, espaço para se pensarem os conflitos intralites. Ou ainda, seguindo a argumentação de Poulantzas (1971), afirmamos que as relações de poder constituem uma relação específica, não geral, de dominação e subordinação das práticas de classe. Assim, o conceito de poder é definido como a capacidade de determinada classe de realizar pela sua prática os seus “interesses objetivos específicos”, em oposição às demais classes (Ibid.). Essas relações de poder são passíveis de configuração como relações funcionais ou disfuncionais para a reprodução do todo social. No primeiro caso, teríamos o estabelecimento de relações conflituais, cujo limite seria o de promover mudanças na estrutura e na composição de classes ou na organização da hegemonia de classe no seio do bloco no poder – o que nos permitiria periodizar, em fases e estágios, o funcionamento reprodutivo do todo social. No segundo caso, configurar-se-iam relações de antagonismo entre as classes, implodindo-se o condicionamento recíproco dos níveis do todo social e tornando-se possível, assim, a transição de um tipo de sociedade para outro.

O que é essencial frisar é que o poder não é concebido aqui como uma estrutura. As relações de poder inscrevem-se no quadro das práticas de classe, na luta de classes, ou melhor, o conceito de poder “indica os efeitos da estrutura sobre as relações conflituais entre as práticas das diversas classes em ‘luta’” (Ibid., p.114). Esse conceito não remete a apenas um dos níveis estruturais, o político, por exemplo, mas engloba o efeito do conjunto desses níveis. Isso significa que nenhum nível estrutural implica relações de poder e que tais relações estão diretamente ligadas às relações conflituais entre as classes.

Nessa perspectiva, não há espaço para pensar numa possível

disjunção de poderes e, em decorrência, na substituição da noção de classe dominante pela noção de elite, visto que as relações de poder não só englobam o conjunto dos níveis estruturais (político, econômico e ideológico) como também se definem, na análise poulantziana, estritamente como relações de classe. A noção de elite empregada para descrever o poder político de modo separado do poder econômico seria inadequada nessa problemática teórica. Enfim, caso consideremos a noção de elite operacional para a análise dos processos políticos contemporâneos, correremos o risco de esvaziar o sentido específico das relações de poder e de corroborar o processo de subsunção da teoria marxista – enquanto teoria da reprodução e da transformação social – à ideologia teórica dominante, a qual se vale de diversos mecanismos para aplastar a perspectiva de compreensão dos fenômenos sociais em termos de conflitos de classe.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Pour Marx**. Paris: La Découverte, [1965], 1986.
- _____. **Sobre o trabalho teórico**: dificuldades e recursos. Lisboa: Presença, [1967], s/d.
- BOITO JR. Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – acerca de O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 15, p. 127-139, 2002.
- BOTTOMORE, Tom B. A elite administrativa. In: **As classes na sociedade moderna**. (2. ed.) Rio de Janeiro: Zahar, [1965] 1978.
- _____. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, [1964] 1974.
- CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 13, p. 9-28, 2001.
- DOMHOFF, G. William. *Quién gobierna Estados Unidos?* (14. ed.). México (DF): Siglo Veintiuno, 1985.
- FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder:

uma reflexão a partir da obra de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, n. 28, p. 81-98, 2009.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. Unesp, [1987] 1999.

_____. **Socialismo & ceticismo**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. Unesp, [1994] 2000.

_____. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, [1969] 1972.

MILLS, Charles Wright. **The power elite**. New York: Oxford University Press, [1956] 1959.

PARSONS, Talcott. The distribution of power in American society. **World politics**, n. 1, v. 10, out., p. 123-143, 1957.

POULANTZAS, Nicos. O problema do Estado capitalista. In: POULANTZAS, Nicos; MILIBAND, Ralph. **Debate sobre o Estado capitalista**. Porto: Afrontamento, [1969] 1975.

_____. Les classes sociales. **L'homme et la société**, Paris, n. 24-25, p. 23-55, 1972a.

_____. **Fascismo e ditadura**: a III Internacional face ao fascismo (v. 1). Porto: Portucalense, 1972b.

_____. **Poder político e classes sociais** (v. I). Porto: Portucalense, [1968] 1971.

_____. La théorie politique en Grande-Bretagne. **Les Temps Modernes**, Paris, n. 238, mar., p. 1683-1707, 1966.

SAES, Décio. Estado capitalista e classe dominante. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 12, p. 156-164, 2001.

_____. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 3, p. 7-19, 1994a.

_____. Marxismo e história. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 1, 1994b.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, [1950], 1984.

SWEEZY, Paul. Elite do poder, ou classe dominante? [1956]. In: **Ensaio**

sobre o capitalismo e o socialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1965a.

_____. A classe dominante norte-americana [1951]. In: **Ensaio sobre o capitalismo e o socialismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965b.

THERBORN, Göran. **Como domina la clase dominante?** México (DF): Siglo Veintiuno, [1978] 1982.

2

EXISTE UMA BURGUESIA MUNDIAL?¹

Introdução

O processo de internacionalização do capital, ocorrido nas últimas décadas, tem suscitado uma série de questionamentos sobre a operacionalidade e a validade de certos conceitos, noções e categorias empregados na explicação dos fenômenos sociais contemporâneos. Esses questionamentos são fruto de um novo modismo teórico-político: o modismo neoliberal e suas variações específicas. Através da apologia do livre mercado, da livre iniciativa individual e do Estado mínimo, o modismo neoliberal procura difundir as “teorias” que engendra – do fim das ideologias, da história, das classes sociais, do imperialismo e do Estado nacional – e refutar enfaticamente as análises críticas do capitalismo, em especial, as do capitalismo neoliberal.

O que nos chama a atenção é que esse modismo influenciou, inclusive, o “espectro anticapitalista”, tendo levado algumas análises críticas do capitalismo a assimilar – mesmo que a contragosto – elementos centrais da ideologia da globalização ou da “teoria neoliberal da globalização”², ao caracterizarem o capitalismo contemporâneo.

Em linhas gerais, a ideologia da globalização sustenta a ideia de

¹ Agradecemos a Andréia Galvão, Patrícia Trópia, Sonia Martuscelli e Tatiana Berringer pelos comentários e críticas que fizeram às primeiras versões deste texto.

² A expressão “teoria neoliberal da globalização” foi empregada por Borón (2002).

uma crise irreversível do Estado-nação; exagera a novidade e o alcance da integração do espaço econômico internacional, apresentando-o como tendencialmente homogêneo e livre da intervenção estatal; e procura defender que esse espaço estaria sendo governado pelas grandes empresas ditas globais ou transnacionais, sem qualquer vínculo com uma base nacional específica.

Cabe lembrar, no entanto, que, enquanto ideologia, a teoria da globalização, ao mesmo tempo em que faz *alusão* à realidade social, produz uma série de efeitos *ilusórios*³. Hirst e Thompson (1998), contestando os pressupostos principais dessa ideologia, salientam que, no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, alguns países atingiram taxas de abertura econômica semelhantes às apresentadas no início dos anos de 1990. Esses autores também criticam a tese segundo a qual as empresas caracterizadas como transnacionais ou globais estariam dominando o mercado mundial, pois o que se observa é que a maioria das empresas que controlam o mercado mundial, centra-se num espaço econômico nacional, remetendo seus lucros ao Estado onde está localizada a sua matriz.

Um exemplo de assimilação da ideologia da globalização pelo “espectro anticapitalista” pode ser encontrado nas análises que defendem a existência de uma burguesia mundial (global ou transnacional) no capitalismo contemporâneo, isto é, nos estudos que apontam para um processo de unificação e integração da burguesia em escala mundial.

Tendo em vista que os enfoques teóricos para sustentar a tese da burguesia mundial são variados, o objetivo desta análise é identificar e explicar as principais variantes dessa tese, apontar seus limites e apresentar, por fim, uma abordagem alternativa para o estudo das relações intraburguesas no plano internacional.

³ Tomamos emprestada de Althusser (1999) a concepção de ideologia como *alusão* e *ilusão*.

As variantes explicativas da tese da burguesia mundial

Em linhas gerais, é possível identificar três variantes explicativas principais do processo de unificação e integração da burguesia em escala mundial. A primeira variante destaca o processo de internacionalização dos altos quadros e sua relação com a difusão das grandes empresas transnacionais. A segunda variante releva o papel das grandes corporações transnacionais no ordenamento econômico e político do capitalismo contemporâneo. A terceira variante procura ressaltar a financeirização como elemento fundamental da dissolução das clivagens e fracionamentos no interior das classes dominantes.

Salientamos, desde já, que a distinção dessas três variantes explicativas deve ser entendida como uma distinção meramente metodológica, uma vez que é possível encontrar entrecruzamentos ou justaposições de argumentos entre uma e outra variante explicativa, bem como subdivisões em cada uma delas, como veremos a seguir.

Sociologia da burguesia ou dos altos quadros?

De início, chamamos a atenção para o fato de que o empreendimento realizado pela primeira variante na tentativa de compreender o que *une* e *integra* a burguesia em âmbito internacional está mais propriamente voltado para a análise dos altos quadros das empresas ditas “transnacionais” do que da classe burguesa. Ao se centrarem na análise dos aspectos simbólicos, ideológicos e culturais que unem e integram a “burguesia mundial”, os estudos pertencentes à primeira variante explicativa tendem a omitir ou ocultar a discussão sobre o lugar que os agentes ocupam no processo de produção. Para tais estudos, os aspectos simbólicos, ideológicos e culturais que caracterizam a unidade da burguesia (ou seja, dos altos quadros) parecem conformar uma realidade fora do processo de produção. Nessa perspectiva, os altos quadros são identificados como parte da burguesia por assimilarem aspectos fundamentais de uma cultura burguesa dita “transnacional”.

A obra *The Transnational Capitalist Class*, de Leslie Sklair, pode ser concebida como um primeiro exemplo dessa variante explicativa. Ao analisar as mudanças em curso nas últimas décadas, Sklair salienta que, se o nível global é concebido como meta principal para as grandes empresas, o nível transnacional é a realidade na qual elas se encontram. No argumento de Sklair, fica evidente uma distinção fundamental entre o nível global – futura forma de estruturação das grandes empresas – e o nível transnacional – forma atual de atuação das grandes empresas.

Para esse autor, as mais importantes forças transnacionais são as corporações transnacionais, a classe capitalista transnacional e a cultura-ideologia do consumismo. De acordo com ele, em décadas recentes, o poder e a autoridade dos grupos transnacionais deixaram de derivar exclusivamente do Estado e tenderam cada vez mais a se articular num espaço transnacional em que imperam os investimentos externos diretos e a globalização da produção, ainda que esta esteja localizada em alguns setores. Nesse enfoque, há espaço para conflitos entre os interesses pró-globalização e os antiglobalização, que constituiriam um dos obstáculos fundamentais para a formação de um espaço econômico verdadeiramente global.

Para caracterizar a classe capitalista transnacional, Sklair (2001) procura desmembrá-la em quatro frações principais, a saber: a) a fração corporativa, formada pelos executivos das corporações transnacionais e suas filiais locais; b) a fração estatal, formada pelos burocratas e políticos globais; c) a fração técnica, formada pelos profissionais globais; e d) a fração consumidora, formada pelos negociantes e pela mídia. Em seguida, apresenta cinco aspectos que justificariam o caráter transnacional dessa classe capitalista. Resumidamente, eles seriam os seguintes: 1) os interesses econômicos de seus membros estariam associados a um plano global e não nacional ou local; 2) os membros dessa classe exerceriam controle econômico no local de trabalho, controle político na política doméstica e internacional, e controle total da cultura-ideologia da vida cotidiana; 3) os membros da classe capitalista

transnacional compartilhariam estilos de vida similares, advindos dos padrões escolares aos quais estariam submetidos e ao consumo de luxo de bens e serviços; 4) esses membros da classe capitalista transnacional projetar-se-iam como cidadãos do mundo no cenário mundial.

Como se depreende aqui, tanto no que se refere à caracterização das frações da classe capitalista transnacional, quanto na definição de seu caráter transnacional, Sklair (2001) alude aos altos quadros das grandes empresas e do aparelho estatal, bem como sobreleva a ideologia dessa categoria social, uma vez que seriam esses altos quadros administrativos que teriam assimilado mais fortemente a cultura cosmopolita dos grandes negócios – o que os levaria a dar mais importância à dimensão global do que à nacional. A despeito de falar em classe capitalista, Sklair (2001) parece estar muito mais próximo da elaboração de uma sociologia dos altos quadros executivos, uma vez que a análise dos grandes acionistas que controlam efetivamente as grandes empresas não é concebida como problema fundamental de sua investigação.

Outra reflexão que também se enquadra nessa perspectiva analítica é a desenvolvida por Kees Van der Pijl (1998). Para esse autor, conformou-se, nos últimos anos, uma “unidade atlântica” entre as burguesias europeias e estadunidenses. O que teria propiciado a coesão de interesses dessas burguesias seria a instauração de fóruns internacionais, como, por exemplo, os casos do Fórum Econômico Mundial e do Clube de Bilderberg, abrigando grandes acionistas e dirigentes de grandes corporações privadas, bem como membros da alta cúpula estatal das principais metrópoles capitalistas que constituem a “unidade atlântica”. Pijl (1998) chama a atenção para o fato de que o processo de unificação das burguesias em nível transnacional não é inusitado, já que esse processo era visível desde a formação das organizações maçônicas. No entanto, o autor procura destacar as características específicas do período mais recente que concretizam a referida “unidade atlântica”.

Na análise de Pijl (1998), está presente a ideia de que a constituição desses fóruns de discussão internacional das burguesias atlânticas é de extrema importância para reduzir as dissensões intraburguesas e conformar ações coesas e planejadas entre essas burguesias. Ocorre que, em sua análise, o autor não esclarece se tais ações podem realmente se efetivar, ou melhor, Pijl não considera se há espaço para o planejamento no capitalismo e se é possível dirimir a importância da política implementada pelos diferentes Estados nacionais que compõem a “unidade atlântica”.

Entendemos que, se é importante detectar essas iniciativas de integração da burguesia em escala mundial, é também relevante analisar os resultados dessas iniciativas para verificar se elas apontam ou não na direção dessa integração ou unificação da burguesia. A inexistência de consenso e o fracasso das negociações das rodadas do Uruguai, do antigo GATT, e de Doha, da OMC, são alguns dos indícios de que tais iniciativas têm sido malsucedidas, uma vez que a lógica do protecionismo para alguns e da abertura econômica para a maioria dos países não tem agradado certos participantes dessas reuniões nem mesmo promovido concórdia entre as partes envolvidas.

As análises influenciadas pela obra de Pierre Bourdieu também se incluem nessa primeira variante explicativa. Tratamos aqui dos trabalhos de Anne-Catherine Wagner (2003) e dos pesquisadores Michel Pinçon e Monique Charlot-Pinçon (2000). É consenso entre esses autores a ideia de que a chamada mundialização financeira fomentou o surgimento de uma fração dos altos quadros e dirigentes de empresas os quais se relacionam num espaço profissional social e simbólico internacional. Dado o crescimento dos investimentos externos diretos, em detrimento do comércio de mercadorias, as ligações internacionais têm-se intensificado, e os critérios de recrutamento e de promoção dos altos quadros têm-se tornado internacionais, constituindo o que Wagner (2003) chamou de “estilo de vida internacional”. Para essa autora, o que caracterizaria o estilo de vida internacional dos altos quadros seriam

basicamente os seguintes elementos: plurilinguismo, experiência de vida e de trabalho em vários países, inserção no círculo de negócios internacionais, possibilidade de gerar uma carreira em escala internacional. Esses grupos constituiriam relações que transbordam a esfera do trabalho, tais como, casamentos mistos, dispersão geográfica da família e das relações, cosmopolitismo das amizades, entre outras.

Cabe observar, no entanto, como faz Wagner (2003), que, com o surgimento dos altos quadros internacionais, a posição do patronato nacional dos países avançados não chegou a ser ameaçada, embora esse grupo tenha sido levado a se adequar à dinâmica da ordem social inaugurada pela mundialização financeira. Outra observação importante que essa autora faz é a de que, em países como França e Alemanha, os altos cargos nas grandes empresas têm sido ocupados geralmente por profissionais de origem do próprio país. A combinação dessas duas constatações nos leva a crer que o chamado processo de internacionalização dos altos quadros é menos consistente do que sugerem os autores sob influência da obra de Bourdieu. Isso, na verdade, parece indicar, inclusive, que não ocorreram grandes rupturas em direção a uma internacionalização efetiva dos altos quadros e do patronato – rupturas que teriam tornado a questão nacional totalmente anacrônica.

É interessante observar, na análise desses autores com inspiração nas reflexões de Bourdieu, que eles procuram superestimar a dimensão simbólica, ideológica e cultural na constituição das classes sociais – o que os leva a aproximarem a posição dos altos executivos das grandes empresas às dos grandes acionistas. Sugerem não somente que os altos quadros também estão se tornando acionistas – o que indicaria uma possível solidariedade entre os agentes (executivos e acionistas) no nível econômico –, como também sustentam que o *status* de burguês não pode ser reduzido à propriedade dos meios de produção, uma vez que esse *status* inclui também a adoção de um estilo de vida marcado pela busca da distinção e pelas estratégias de reprodução

dos privilégios sociais, com forte apelo para o cultivo do cosmopolitismo, da multiterritorialidade, enfim, para o reforço do *habitus* cosmopolita que privilegia sempre a dimensão internacional em detrimento da dimensão nacional.

Essa sociologia inspirada na obra de Bourdieu concebe, portanto, a burguesia como uma classe formada pelos grandes acionistas e pelos altos executivos. Apesar de haver uma permanência do patronato nacional na ocupação das posições dominantes das sociedades capitalistas avançadas, essa sociologia procura apontar para o fato de que os mecanismos que fundam e legitimam essas posições têm-se alterado com a mundialização financeira, o que tem propiciado a formação de uma burguesia internacional. Em resumo, se, no plano estrutural, essas análises ignoram ou subestimam o aspecto econômico da determinação de classe – pois relevam o elemento simbólico –, no plano conjuntural, essa abordagem teórica não nos permite indicar qual posição política a burguesia internacional tem tomado em face da chamada mundialização financeira. Ou melhor, ao fazerem a crítica do economicismo, essas análises superestimam a dimensão simbólica da determinação de classe da burguesia, o que as leva a difundir um outro tipo de reducionismo: o determinismo simbólico. Com isso, os autores inclinados a essa perspectiva analítica não nos esclarecem o lugar ocupado pela dimensão política na definição da classe burguesa, nem mesmo dão importância à relação existente entre as dimensões política e econômica nessa definição.

Grandes firmas transnacionais versus Estado nacional?

Os autores vinculados à segunda variante explicativa – Michalet, 1996; Vernon, 1996; e Dicken, 1998 – não fazem referência à intervenção estatal na economia e sua relação com os interesses das grandes empresas multinacionais. Tais análises tendem a superestimar o papel das grandes corporações transnacionais, junto com suas subsidiárias, naquilo que denominam inusitada integração internacional

dos mercados. O argumento central dessas análises é que, nas décadas recentes, conformou-se um sistema econômico mundial coordenado e regido estritamente de acordo com os interesses das grandes corporações transnacionais, as quais supostamente teriam tomado o lugar dos Estados nacionais na articulação das diretrizes econômicas e políticas internacionais.

Essa segunda variante explicativa sugere a ideia de que o espaço econômico internacional é praticamente uma emanção da vontade e dos interesses das grandes firmas transnacionais, sem vínculos com qualquer base nacional, daí advindo a imagem dos novos leviatãs, que estariam livres de limites para agir e sobrepostos aos conflitos de classe – pois, como afirma Hobbes, a possibilidade de superar a condição de guerra de todos contra todos é instaurar um poder soberano que seja absoluto, isto é, que se conserve fora de quaisquer compromissos recíprocos ou obrigações.

Numa posição menos apologética do lugar ocupado pelas empresas transnacionais frente ao Estado no capitalismo contemporâneo, encontram-se as análises de Hardt e Negri. Na conhecida obra *Império*, esses autores sustentam que o período atual não é marcado pela “vitória das empresas capitalistas sobre o Estado”. Defendem que as funções de Estado – tais como a captação e distribuição de riqueza, a disciplina de suas populações – e aspectos constitucionais foram deslocados para níveis supranacionais. Ou, como asseveram (2003, p. 330):

O reconhecimento de que as corporações transnacionais cresceram acima e além do comando constitucional dos Estados-nação não deveria, entretanto, levar-nos a pensar que mecanismos e controles constitucionais declinaram, que as empresas transnacionais, relativamente livres dos Estados-nação, tendem a competir livremente e a se autogerenciar.

Para aprofundar a discussão da relação Estado e capital, e para definir o que significa esse poder global, os autores afirmam a existência de uma “pirâmide da constituição global”. O cume seria representado

prioritariamente pelos EUA, incluindo-se também Estados-nação vinculados ao G-7, aos Clubes de Londres e de Paris, Davos, entre outros. Logo abaixo, numa segunda camada do poder global, encontraram-se as redes formadas pelas empresas capitalistas transnacionais no mercado mundial e, de maneira subordinada a essas empresas, “o conjunto geral de Estados-nação que agora consiste essencialmente em organizações locais, territorializadas” (Hardt e Negri, 2003, p. 331-332). Na última camada, localizaram-se os grupos que representariam os interesses populares.

Assim, Hardt e Negri (2003) procuram demonstrar como o poder global está distribuído. Isso os leva a implicitamente definir a política como um jogo de soma-zero, no qual as empresas transnacionais passam a ser mais fortes que determinados Estados-nação, embora o mesmo não suceda em relação a outros Estados. Ao apresentarem uma concepção imprecisa de Estado – segundo a qual este representa os interesses do capital coletivo –, os autores não atentam à análise concreta do conteúdo das políticas implementadas pelos Estados nacionais. Desse ponto de vista, chega-se à inferência de que as empresas transnacionais podem desempenhar até mesmo a função de Estado.

Vinculados à segunda variante, há autores que enfatizam o processo de formação dessas grandes empresas transnacionais no espaço econômico mundial. Outros procuram dar relevância também à nova institucionalidade política engendrada por esse fenômeno, assim como tematizar tais questões a partir da análise das classes sociais – e não propriamente da categoria *empresa*, como é o caso dos autores supracitados. Fazemos referência aqui às análises de Robinson e Harris (2000). Estes defendem estar em curso um processo de formação de uma classe capitalista cuja acumulação não mais estaria fundada num espaço nacional. Essa nova classe dispensaria as ligações com os Estados nacionais de origem para promover seus interesses, que, inicialmente, passariam a ser transnacionais, podendo vir a se constituir em interesses globais, num futuro não muito distante, quando a questão nacional tivesse sido completamente superada.

Robinson e Harris (2000) salientam o total anacronismo da questão nacional na fase da chamada globalização. Assim, defendem a tese da constituição de uma classe capitalista transnacional, não identificada com nenhum país particular nem mesmo com sede em quaisquer dos países existentes. Para esses autores, os indicadores empíricos da integração transnacional dos capitalistas seriam os seguintes: o crescimento das corporações transnacionais, o aumento do investimento externo direto, a proliferação de fusões e aquisições para além dos limites nacionais, o crescimento de um sistema financeiro global e de inter-relações de posições dentro da estrutura corporativa global. Para tal perspectiva, os conflitos no interior das classes dominantes basicamente se dariam entre frações nacionais descendentes e frações transnacionais ascendentes. O poder econômico das classes transnacionais estaria se concretizando aos poucos no plano político, com a formação de um Estado transnacional que se materializaria em instituições como o FMI, o Banco Mundial, a OMC.

É importante ressaltar que os autores mencionados oscilam entre a ideia de que a classe transnacional está em processo de constituição – o que os obriga a reconhecer os conflitos entre grupos transnacionais e nacionais – e a concepção de que uma classe capitalista global já está plenamente constituída – o que os leva a supor uma ordem em que não existe de fato Estado-nação nem interesse nacional; sob essa ordem, o conflito entre uma classe capitalista global e um proletariado global estaria, em breve, na ordem do dia.

Financeirização e fim dos fracionamentos de classe?

A terceira variante afirma que os processos de financeirização, de concentração e de centralização do capital tornaram possível a unificação dos interesses da burguesia em escala global, vindo a constituir a chamada “burguesia global”.

Essa variante tende a diminuir o papel do Estado no capitalismo

contemporâneo e a sobrelevar a existência de conglomerados econômicos multifuncionais ou de empresas transnacionais, bem como a sugerir a abolição das diferenças entre as frações do capital na atualidade. Ou seja, os autores vinculados a essa variante explicativa buscam sustentar a ideia de que as burguesias vêm-se unificando em dois sentidos:

Primeiro, a burguesia perde seu caráter setorial: ela deixa de ser industrial ou comercial ou bancária etc. para converter-se em burguesia “global”, cuja característica principal é o fato de ela manter seu capital sob a forma financeira e investido em múltiplas atividades. Segundo, a burguesia também aplica (especialmente através do mercado de títulos) seu capital em diferentes países e assim se internacionaliza (Miglioli, 1996, p. 142).

Cabe-nos observar que, embora Miglioli (1998) passe a considerar a existência da concorrência capitalista e, pois, dos conflitos intraburgueses no capitalismo contemporâneo, por exemplo, ao afirmar que: “Esse processo de unificação da burguesia – através da financeirização do capital e de sua concentração e centralização – não elimina todas as contradições internas dessa classe.” (Ibid., p. 43), conquanto Miglioli faça tal asseveração, esses conflitos são secundários frente ao processo de unificação, já que

diferentemente dos capitalistas dos velhos tempos que eram proprietários diretos de suas empresas [...], os atuais capitalistas (principalmente médios e grandes) diversificam a aplicação de seus capitais em ações de sociedades anônimas em diferentes setores ao mesmo tempo, de modo que deixam de ser rurais, comerciais etc. e se tornam capitalistas multissetoriais; cria-se assim uma burguesia unificada, isto é, não fracionada setorialmente, em que todos seus membros têm interesses em todos os setores ao mesmo tempo (Id., 2006, p. 18).

As análises vinculadas à terceira variante explicativa trouxeram à tona o prognóstico feito por Kautsky (2008), momentos antes da

Primeira Guerra mundial, ao sustentarem que, entre as formações sociais imperialistas, têm-se articulado uma “santa aliança” entre as burguesias desses países. Isso demonstraria a atualidade da tese do chamado “ultraimperialismo”.

Odile Castel (1999) faz até mesmo a distinção entre a fase do capitalismo – marcada pela lógica geopolítica, quando se manifestam os conflitos políticos entre as grandes potências (iniciada em 1880 e encerrada em 1970) – e a fase que a autora chama de geoeconômica (iniciada a partir dos anos de 1970). Castel afirma, ainda, que: “Essa ruptura na lógica das relações internacionais mostra que hoje os Estados estão submetidos aos imperativos econômicos dos oligopólios mundiais em formação no processo de mundialização” (Ibid., p. 125). Os traços fundamentais desse processo, segundo a autora, sintetizam-se assim: 1) a concentração de capital criou os oligopólios mundiais, que têm um papel decisivo na vida econômica das nações; 2) a fusão das instituições financeiras e do capital produtivo ocorreu em escala mundial; 3) o comércio intrafirmas tornou-se decisivo no comércio internacional; 4) houve uma partilha do mundo entre os oligopólios mundiais; 5) deu-se “a passagem de uma lógica geopolítica para uma lógica geoeconômica a serviço dos oligopólios mundiais nas relações internacionais” (Ibid., p. 131).

Para os autores ligados à terceira variante explicativa, à medida que o processo de mundialização do capital avança, mais se efetivaria uma fusão da esfera financeira com a esfera produtiva, possibilitando a cooperação e as alianças entre os oligopólios mundiais, já que estariam em condições de superar os conflitos setoriais. Nessa perspectiva, o Estado passa a ser visto como mero facilitador das atividades das grandes firmas transnacionais, quando intervém na economia para implementar as políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização das trocas comerciais. Ou melhor, para esses autores, a própria legitimidade do Estado só pode ser assegurada se este garantir o desenvolvimento contínuo das atividades das grandes firmas. Em

consequência, difundem a ideia de que os chamados oligopólios mundiais nunca perdem no capitalismo contemporâneo, uma vez que o Estado sempre estará pronto para defender cabalmente – e não apenas prioritariamente – os interesses dessa classe. Trata-se, aqui, da retomada da famosa ideia instrumental do Estado, entendido como vontade de uma única classe. Ou, em outras palavras, é a problemática dos teóricos do capitalismo monopolista de Estado que fundamenta essa concepção de Estado.

É notório que os autores vinculados à terceira variante explicativa operam num plano de abstração muito grande quando tendem a generalizar a ocorrência da financeirização. Isso os conduz a eclipsar as características da constituição do processo de financeirização nas formações sociais capitalistas. Estão sempre preocupados com a dimensão global ou mundial, como se a financeirização fosse um fenômeno universal atingindo, indiferentemente, todas as formações sociais. Além disso, tendem a apontar o fim das divisões setoriais entre capitalistas, enquanto fenômeno recente e inédito do capitalismo, como se o grande e o médio capital se transformassem em multifuncionais ou multissetoriais apenas na conjuntura mais recente. Apresentando uma visão imprecisa de Estado, essas análises também não logram destacar os efeitos produzidos pela política estatal sobre o bloco no poder.⁴ Isso leva os autores a ignorar o fato de que o Estado burguês não atende *plenamente* o interesse de classe ou de fração de classe alguma, e que, por priorizar os interesses de determinadas frações de classe em detrimento de outras, o próprio processo de implementação da política estatal promove a criação e a dissolução de agregados sociais.

⁴ O conceito de bloco no poder foi elaborado por Poulantzas (1972) para designar a unidade contraditória dos interesses das frações burguesas sob a dominância de uma das frações (a fração hegemônica). Nessa perspectiva, o Estado burguês não pode atender igualmente aos interesses de todas as frações burguesas. A implementação da política estatal favorece os interesses de determinadas frações em detrimento de outras. Ademais, observamos que, ainda que Poulantzas restrinja a aplicação do conceito de bloco no poder às formações sociais capitalistas, concordamos com Saes (1985, p. 93-95) quanto à possibilidade de se aproveitar esse conceito para a análise dos processos políticos nas formações sociais pré-capitalistas.

Ademais, como crítica à recuperação da tese do ultraimperialismo empreendida por tais análises, destacaríamos, como já o fez Lênin, em *O imperialismo fase superior do capitalismo*, que: “Substituir a questão do conteúdo das lutas e transações entre grupos capitalistas pela questão da forma destas lutas e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã de novo não pacífica) é rebaixar-se à tarefa de sofista” (Lênin, 1985, p. 74). Lênin adjetivava como sofista o argumento apresentado pelos defensores da tese do ultraimperialismo, entendendo que, ao descuidarem da análise do conteúdo da política estatal e ao sugerirem de modo genérico e vago a ideia de um oligopólio mundial, Kautsky e seus discípulos acabariam sustentando, no limite, a tese de que o processo de consolidação dos monopólios elimina ou dá pouca vazão à concorrência entre capitais. Isso equivaleria a afirmar que o capitalismo supostamente poderia oferecer condições para uma repartição igualitária da mais-valia global.

Os principais limites da tese da burguesia mundial

Indicamos até aqui alguns dos limites das análises que defendem a existência de uma burguesia mundial no capitalismo contemporâneo. O passo seguinte será apontar de maneira aprofundada aquilo que entendemos como limites, ou melhor, como equívocos da tese da burguesia mundial.

No tocante à primeira variante explicativa, salientamos que, a despeito de indicarem que seu objeto de análise fundamental seja a classe capitalista ou a burguesia, na prática, realizam uma sociologia dos altos quadros. Ou seja, essas análises pautam-se por explicar como se reproduz simbolicamente a categoria dos altos quadros. Elas não levam a cabo uma discussão mais sistemática sobre a inserção dos agentes no processo de produção, ou ainda, a investigação sobre a relação existente entre os altos quadros e os grandes acionistas, e a relação de ambos com os meios de produção. Na verdade, ao dar centralidade

aos aspectos simbólicos, ideológicos e culturais que conferem unidade à classe capitalista transnacional (Sklair e Pijl) ou à burguesia mundial (Wagner e Pinçon-Charlot; Pinçon), esses estudos assimilam, direta e indiretamente, elementos importantes da ideologia da globalização. Como isso ocorre?

Em primeiro lugar, observamos que a discussão sobre o Estado não ocupa um lugar relevante na elaboração dessa sociologia dos altos quadros. Isso, de modo algum, coloca essas análises em conexão, mesmo que indireta, com a problemática da crise do Estado-nação. A ausência de uma reflexão sobre a relação do Estado com os altos quadros ou com o que chamam de burguesia, parece indicar a ideia de que a política estatal não desempenha um papel importante na constituição desses aglomerados sociais.

Em segundo lugar, tais análises apontam para um processo de homogeneização dos componentes simbólico, ideológico e cultural da inserção social dos altos quadros, o que as conduz a apresentarem de maneira vaga e abstrata as noções de estilo de vida internacional ou *habitus* cosmopolita como caução de uma suposta unidade da classe capitalista transnacional ou da burguesia mundial.

Em terceiro lugar, os sociólogos dos altos quadros indicam como tendência a conformação de uma unidade de interesses dos altos quadros integral ou parcialmente desvinculados dos nexos nacionais, mas não logram demonstrar claramente como isso se manifesta, por exemplo, na ação política dos altos quadros. Um aspecto que nos chama atenção nas análises dos autores vinculados a essa variante é a inclusão dos altos quadros executivos no interior da classe capitalista. A propósito, é importante salientar que tais análises atêm-se, única e exclusivamente, aos aspectos formais de constituição dessa categoria, na medida em que não demonstram – ou mesmo que não podem demonstrar – o conteúdo político dessa unidade que conformaria a classe capitalista transnacional. O que conhecemos através dessas análises são apenas os aspectos mais gerais e abstratos dessa classe. Uma análise de conteúdo necessitaria da

explicitação de determinados elementos para que a dimensão mais concreta ganhasse relevância. Assim, por exemplo, frente à implementação do neoliberalismo em escala mundial, que medidas específicas seriam matéria de consenso e quais delas integrariam politicamente a classe capitalista transnacional? Provavelmente não encontraremos, nessas análises dos altos quadros, qualquer resposta para tais questionamentos.

No que se refere à segunda variante explicativa, é visível a forma como assimilam a tese da crise ou do fim do Estado-nação. Para tais análises, a política operaria segundo a lógica de que quanto mais se ampliasse o poder das grandes firmas transnacionais, menos relevante se tornaria o poder do Estado nacional. Ocorre aqui o mesmo equívoco cometido pela primeira variante: não há nenhuma discussão sobre o conteúdo das políticas e sobre a forma como as grandes firmas transnacionais lograram obter um relativo protagonismo na conjuntura atual. Tudo se passa como se o Estado nacional não atendesse, desde sua consolidação, de modo desigual os diferentes interesses de classe e funcionasse apenas como uma espécie de caixa-preta, na medida em que se projetaria efetivamente como uma instituição acima das classes sociais. Na melhor das hipóteses, ter-se-ia a constituição de um Estado transnacional para atender às demandas das classes transnacionais (Robinson, 2004) ou, numa outra versão, a constituição de um Estado que dividiria poderes com as grandes firmas. O argumento é circular, pois descarta do fato de que um dos aspectos fundamentais de qualquer processo de implementação da política estatal seja que o Estado, salvo as conjunturas de crise de hegemonia, priorizará sempre os interesses de determinadas frações de classe em detrimento de outras. A forma de intervenção do Estado pode variar, mas a ideia de que o Estado possui poder próprio, desloca toda a problemática central, que é a de entender o Estado como um aparelho que organiza politicamente a burguesia e prioriza, nessa unidade, os interesses de certas frações em detrimento de outras.⁵

⁵ A concepção de Estado capitalista como organizador dos interesses políticos das frações burguesas encontra-se desenvolvida sistematicamente em Poulantzas (1972).

Outro equívoco dessa segunda variante tem relação com a definição genérica de classe capitalista transnacional. Os argumentos apresentados sugerem que as burguesias não possuem uma base de acumulação nacional e que não repatriam seus lucros para suas matrizes localizadas, invariavelmente, nas metrópoles imperialistas.

Quanto à terceira variante, três aspectos fundamentais podem ser questionados. Em primeiro lugar, entendemos que a ideia dos grupos multifuncionais como fenômeno novo e típico do capitalismo contemporâneo parece ser bastante imprecisa. Ao tomarmos como exemplo os clássicos do imperialismo – tais como Hilferding, Bukharin e Lênin, que analisaram o processo de formação do capital financeiro –, notaremos que o processo de interpenetração de capitais já era algo que se desenvolvia fortemente nas metrópoles capitalistas do início do século XX. Esse processo resultou, inclusive, na passagem do capitalismo da livre concorrência para o capitalismo monopolista. Nesse sentido, é possível indicar que a multifuncionalidade não é característica da fase atual, pois, já no princípio do século passado, assistíamos a um processo avançado de interpenetração entre o capital bancário e o capital industrial, com a dominância do primeiro sobre o segundo. Ao analisarmos uma formação social dependente, também poderemos chegar à conclusão de que a multifuncionalidade não é um fenômeno novo do capitalismo. Vejamos, por exemplo, o caso da burguesia agroexportadora no Brasil da República Velha. Essa fração de classe não investia apenas na atividade de exportação de produtos agrícolas, mas era nessa atividade que os investimentos aplicados e os rendimentos obtidos se concentravam

Nessa obra, Poulantzas emprega o conceito de fração hegemônica, já aludido acima (ver a última nota de rodapé), para designar a fração burguesa que teria seus interesses priorizados pela política estatal. O autor também faz alusão à existência de uma única fração de classe que exerceria hegemonia no bloco no poder. Consideramos, no entanto, imprecisa a ideia de uma única fração exercendo hegemonia. Entendemos que a hegemonia política possui um caráter composto, podendo combinar uma diferenciação interna da classe ou fração hegemônica, em termos de escala do capital (grande, médio e pequeno), e uma diferenciação segundo a função do capital (industrial, comercial e bancário), formando, assim, um “sistema hegemônico” (SAES, 2001) ou um “núcleo hegemônico” (FARIAS, 2009).

(Perissinotto, 1994). O mesmo fenômeno ocorreu na formação dos principais bancos brasileiros, quando uma determinada família priorizava a atividade bancária, mas realizava investimentos em outras atividades econômicas (Costa, 2002). Seguindo esse enfoque, talvez seja mais adequado afirmar que a multifuncionalidade é uma característica própria de alguns setores do capital os quais, por sua própria composição, possuem a capacidade de investir em mais de uma atividade, mas nunca deixando de priorizar aquela que lhes é mais rentável. Isso quer dizer que a despeito de poder investir e obter rendimentos em mais de uma atividade, um grupo capitalista multifuncional haverá de fazer a escolha na conjuntura política da atividade que considere principal ou dominante. Na conjuntura política, portanto, um grupo capitalista multifuncional particular tem necessidade de optar por aquela atividade que lhe ofereça maiores condições para a ampliação dos seus rendimentos, já que, como afirmamos acima, o modo de produção capitalista não permite, como sugerem os neoliberais, uma “ótima alocação de recursos”, isto é, uma repartição igualitária da mais-valia global.⁶

Outro aspecto a ser questionado e que tem relação direta com a tese da multifuncionalidade é a própria caracterização do processo de financeirização, entendido como um fenômeno de alcance universal. Mais uma vez constatamos uma visão simplista e imprecisa no argumento das análises vinculadas à terceira variante explicativa. Como já indicamos acima, essas análises, quando se referem ao processo de financeirização, não esclarecem o plano mais concreto em que esse processo se efetiva, ou seja, ignoram a análise das formações sociais e apelam para uma análise geral do capitalismo, vindo a sugerir que a financeirização atinge todos os países do globo indistintamente.

⁶ É curioso notar que não são poucos os autores atualmente afetados pela síndrome da novidade: enquanto muitos sustentam a tese segundo a qual a multifuncionalidade do capital é um fenômeno novo no capitalismo, no campo dos estudos da classe trabalhadora, não são raras as análises que defendem o argumento de que a heterogeneidade da classe trabalhadora seria supostamente um fenômeno típico do capitalismo contemporâneo, quando, na verdade, trata-se de um aspecto estrutural da constituição dessa classe.

Quando, por exemplo, caracteriza o que vem a ser o capital financeiro, Miglioli (1998, p. 40) afirma:

É a este capital, materialmente constituído de papéis, que representam um direito de receber dividendos (lucros distribuídos) e um direito de votar nas assembleias de acionistas (quando se é possuidor de ações ordinárias) e que podem ser rapidamente convertidos em dinheiro através de suas vendas nas bolsas, que se dá o nome de *capital financeiro*.

Ora, essa definição de capital financeiro opera com a ideia da dissociação completa existente entre a esfera financeira e a esfera da produção. Miglioli (2006, p. 18) explicita a existência dessa dissociação ao definir o caráter da burguesia financeira: “em lugar de possuir capital *real* (prédios, máquinas, equipamentos etc.) ela se converte em proprietária de capital *financeiro*, que compreende o dinheiro e papéis facilmente conversíveis em dinheiro (como as ações, os títulos de crédito etc.)”. Encontramos uma análise mais satisfatória do conceito de capital financeiro na obra de Lênin (1985), que aborda a interpenetração do capital industrial com o capital bancário sob a dominância deste último. Para esse enfoque, embora constituam atividades distintas, o capital bancário e o capital industrial não são concebidos como atividades separadas, já que podem ser controlados por um mesmo grupo de capitalistas, no decorrer do processo de intensificação da concentração e centralização de capitais. Com isso, queremos sugerir que a ideia de um processo de financeirização universal é imprecisa, pois não atenta à particularidade histórica de constituição do capital financeiro em cada formação social capitalista.

O terceiro aspecto dessa variante explicativa a ser questionado diz respeito à ideia de internacionalização da burguesia. O argumento defendido por essas análises é o de que, na medida em que realiza aplicações em títulos em empresas de outros países, a burguesia se internacionaliza, perdendo, assim, os laços com seu Estado nacional de origem. Nesse caso, tal interpretação tende a ignorar, no limite, as relações de dominação e de dependência entre os Estados nacionais,

sugerindo que o capital circula livremente pelo mercado mundial e que não se concentra em nenhum espaço nacional específico, já que as burguesias perderam seus laços sociais nacionais. Contrariando esse tipo de análise, Borón (2002) caracteriza a crença na livre mobilidade dos fatores produtivos como um mito, pois entende que a força de trabalho, o dinheiro, a tecnologia, as fábricas e os equipamentos estão todos sujeitos a certas restrições que impedem a sua livre mobilidade. Em relação à suposta existência de empresas globais e transnacionais, Borón (2002, p. 51) é contundente ao afirmar que:

A retórica dos ideólogos da globalização neoliberal não consegue dissimular o fato de que 96% dessas duzentas empresas globais e transnacionais têm suas casas matrizes em oito países, estão legalmente inscritas nos registros de sociedades anônimas de oito países, e suas diretorias têm sua sede em oito países do capitalismo metropolitano [...] Seu alcance é global, mas sua propriedade e seus proprietários têm uma clara base nacional.

Diante do exposto, só podemos concluir que a tese da existência de uma burguesia unificada e integrada mundialmente no capitalismo contemporâneo é parte componente da ideologia da globalização. Diferentemente do que prega essa ideologia, entendemos que o desenvolvimento desigual do capitalismo, a existência de diferentes Estados nacionais e a impossibilidade de ocorrência de um processo de repartição igualitária da mais-valia global são obstáculos estruturais à formação de uma classe dominante mundial ou global nos marcos do modo de produção capitalista. Se, por um lado, há um movimento expansivo do capital, que faz com que, no dizer de Marx e Engels (1977, p. 24), “a burguesia invad[a] todo o globo”; por outro lado, esse movimento ou processo não ocorre sem contradições – o que leva “a burguesia vive[r] em guerra perpétua; primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros” (Ibid., p. 29).

A referência aqui feita ao *Manifesto Comunista* não é casual nem pretende reforçar acriticamente qualquer discurso de autoridade, mas visa tão somente a contestar a ideia defendida por Ianni (1998, p. 161) de que seria possível encontrar no pensamento de Marx e na tradição marxista “recursos metodológicos e teóricos fundamentais para a inteligência da globalização”. Ao contrário, consideramos que é mais adequado extrair do pensamento de Marx e da tradição marxista uma série de elaborações teóricas que nos afastam da problemática da globalização e também da visão essencialista das classes sociais. Isso nos leva a propor, de modo indicativo, uma abordagem alternativa para o estudo das relações intraburguesas no plano internacional.

Por uma abordagem alternativa das relações intraburguesas no capitalismo contemporâneo

Nas primeiras décadas do século XX, os conceitos de *burguesia nacional* e de *burguesia compradora* foram elaborados e difundidos pela tradição marxista para compreender o posicionamento das classes dominantes das formações sociais dependentes e semicoloniais em face da dominação das potências imperialistas.

O conceito de *burguesia nacional* foi elaborado para se referir a uma fração de classe da burguesia dos países dependentes e semicoloniais a qual possuía uma base própria de acumulação, agia interessada em ampliar o mercado interno, redistribuía renda visando à constituição de um mercado de massas e aceitava, sob pressão dos trabalhadores, a ampliação de alguns direitos sociais e trabalhistas. Em algumas situações históricas particulares, essa fração de classe chegou até mesmo a participar de frentes anti-imperialistas junto com setores populares – o que resultou, por exemplo, nas lutas de libertação nacional e nas revoluções democráticas do Pós-Segunda Guerra mundial.

Nos dias atuais, mesmo com a forte ampliação do processo de internacionalização do capital, não se exclui a possibilidade de formação

de burguesias nacionais, em economias de enclave, caracterizadas por uma indústria pouco diversificada e um débil sistema bancário, como são os casos de Venezuela, Bolívia e Equador. Esses Estados distinguem-se das demais formações sociais latino-americanas pelo fato de seus governos avançarem significativamente numa política de nacionalização e estatização de recursos naturais e de empresas e serviços estratégicos, adotando medidas voltadas para uma maior redistribuição da renda, e, desse modo, chocarem-se diretamente com os interesses imperialistas e com as burguesias locais que dão sustentação política a tais interesses. A propósito, demonstramos aqui a nossa discordância em relação à tese fatalista de que as burguesias dos países dependentes estão fadadas à integração total e irrestrita ao capital imperialista.

Cabe ressaltar, ainda, que a aplicação do conceito de burguesia nacional, ao contrário do que supunha certa leitura mecanicista das classes sociais, não tem um alcance universal, isto é, o conceito de burguesia nacional não pode ser atribuído indistintamente ao estudo de todas as formações sociais dependentes e semicoloniais. Defender tal universalidade da aplicação desse conceito nos conduziria a assimilar acriticamente uma visão essencialista das classes sociais, em vez de recorrermos à “análise concreta da situação concreta”. Equívoco similar seria afirmar a inexistência da burguesia nacional enquanto fenômeno histórico.

O conceito de burguesia compradora foi formulado para referir-se à fração de classe burguesa que apoia integralmente os interesses imperialistas, não podendo, assim, ser incluída numa frente anti-imperialista. Além de ser uma mera extensão do capital imperialista nos países dependentes e semicoloniais, essa burguesia não possui uma base de acumulação própria.

É importante ressaltar também que o emprego do qualificativo “compradora” para designar um setor da burguesia totalmente atrelado ao capital imperialista estava diretamente vinculado a uma fase do capitalismo em que as principais diretrizes macroeconômicas

da economia mundial eram ditadas pelo comércio de mercadorias (importação/exportação). Como afirmam Hirst e Thompson (1998), se entre 1945 e 1973, a economia mundial era dirigida pelo crescimento do comércio internacional, a partir dos anos 1980, o crescimento do investimento externo direto é que ditaria as regras do mercado mundial. Assim, num período em que o capital monopolista se estabelece em nível mundial e em que a exportação de capitais assume o lugar do comércio de mercadorias, passando a subordiná-lo às suas diretrizes, parece-nos ser mais adequado evitar o uso do conceito de “compradora”, substituindo-o pelos conceitos de “burguesia integrada” ou de “burguesia associada”. Eles indicam, de modo mais preciso, essa nova realidade de setores das burguesias de alguns países dependentes, tornados simples “correias de transmissão” dos investimentos externos diretos provindos das potências imperialistas.

Se, ao longo do século XX, o debate acerca das relações intraburguesas no plano internacional tendeu a dar prioridade aos nexos existentes entre as potências imperialistas e as formações dependentes e semicoloniais – daí advindo os conceitos de burguesia nacional e de burguesia compradora –, a partir dos anos de 1970, Nicos Poulantzas procuraria deter-se no estudo das relações existentes entre as burguesias das potências imperialistas, mais precisamente, na relação do capital imperialista hegemônico (dos EUA) com as burguesias europeias.

Para tratar de tal tema, Poulantzas (1974; 1975) desenvolveu, de maneira original, o conceito de *burguesia interna* (ou *interior*), identificando, desse modo, uma fração burguesa que ocuparia uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora.

Para esse autor, a burguesia interna possuiria uma base de acumulação própria, estando conectada ao capital imperialista hegemônico; mas seria refratária a algumas das políticas de interesse desse capital. Essa fração se comportaria de maneira ambígua frente ao capital ou núcleo imperialista hegemônico, dada a sua própria situação contraditória de dependência e de autonomia em relação a esse capital.

O exemplo histórico a que Poulantzas recorre como referência é o das burguesias europeias dos anos 1970, formadas como resultado do forte processo de internacionalização do capital naquele período. Devido à criação do Plano Marshall, financiado pelos EUA, visando reestruturar a economia dos países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial, o capital que passa a se consolidar na Europa, estrutura-se numa relação de forte dependência ao capital estadunidense. Como observa Poulantzas, as burguesias europeias, no entanto, aos poucos, tentariam construir uma relativa autonomia em relação a esse capital. Um exemplo disso foi a própria criação da Comunidade Econômica Europeia, em meados dos anos de 1950, tendo como objetivo declarado a organização do livre comércio no continente europeu, mas visando, de fato, a articular certa autonomia em relação ao capital estadunidense. O resultado desse processo culminou com o surgimento das burguesias internas na Europa.

Farias (2009, p. 89), sintetizando a análise de Poulantzas, indica três formas de presença do capital estrangeiro na formação social:

o capital estrangeiro totalmente externo, mas com interesses internos (ação externa/interna); o capital estrangeiro internalizado (atua como capital local, mas envia dinheiro para a matriz); e o capital associado (nativo e estrangeiro, como no modelo *joint ventures*).

E conclui que, a cada uma dessas presenças, a burguesia interna pode ter um tipo de reação, sendo "mais resistente com um e menos com outro desses tipos de capital estrangeiro".

Ocorre que, embora as resistências em relação ao capital estrangeiro possam ser variáveis, dada a própria variabilidade da presença desse capital na formação social, para Poulantzas (1974; 1975), há uma característica comum a todas as burguesias internas: sua fragilidade político-ideológica perante o capital imperialista hegemônico – o que tendencialmente as impede de romper com esse capital ou exercer, a longo prazo, a hegemonia no bloco no poder, principalmente

nas formações sociais que ocupam uma posição marginal no núcleo das metrópoles imperialistas, como são os casos da Grécia, Espanha e Portugal, analisadas por Poulantzas (1975).

Outra característica da burguesia interna é o seu interesse no desenvolvimento econômico, mas, ao contrário da burguesia nacional, a burguesia interna defende o desenvolvimento econômico voltado para a conquista do mercado externo. Não se trata, assim, de uma “burguesia fechada no espaço nacional”. Além disso, a burguesia interna é socialmente conservadora, pois não visa ampliar os direitos sociais e trabalhistas, visto que, para essa fração de classe, tais direitos implicariam o aumento dos custos de produção e a redução da competitividade dos produtos nacionais no mercado externo (Saes, 2007).

Caberia indagar ainda se o conceito de burguesia interna seria operacional para explicar o comportamento de certas frações burguesas das formações sociais dependentes. Embora não tenha desenvolvido tal hipótese, o próprio Poulantzas aponta essa possibilidade ao afirmar que:

pela “industrialização periférica”, núcleos de burguesia interna podem igualmente aparecer nas formações periféricas: se essas burguesias já não constituem mais as burguesias nacionais das fases precedentes do imperialismo, elas não se reduzem forçosamente ao que G. Frank designa como *Lumpen-burguesias*. (1974, p. 72)

A aplicação do conceito de burguesia interna na análise das formações sociais dependentes indica, assim, uma terceira possibilidade de interpretação das relações intraburguesas no plano internacional, uma vez que o comportamento ambíguo dessa fração, ora de apoio, ora de resistência ao capital estrangeiro, assume nesse caso uma feição particular. Nas formações sociais dependentes, o capital imperialista tende a assumir um caráter compósito, já que um conjunto de capitais estrangeiros pode formar o núcleo hegemônico – e não apenas o capital imperialista hegemônico (por exemplo, os EUA). Isso produz efeitos sobre o próprio alcance das possíveis reações que esse tipo

de burguesia interna pode articular frente ao capital estrangeiro, em especial ao capital imperialista, o que nos leva a denominá-la *burguesia interna dependente*, justamente para qualificar sua particularidade frente a outras burguesias internas, como, por exemplo, as europeias.

Em decorrência da subordinação ao capital imperialista, a *burguesia interna dependente* tem muito mais dificuldades para se opor aos interesses desse capital. Tal situação pode ser atenuada, ou parcialmente neutralizada, de dois modos, fundamentalmente:

a) Por via da exploração em seu proveito das contradições interimperialistas, derivadas do agravamento de conflitos político-militares, da emergência de crises econômicas, da dificuldade das burguesias imperialistas para encontrar consenso nas negociações de comércio exterior (de mercadorias e de capitais), entre outros motivos. Isso significa que as contradições interimperialistas abrem brechas para que a burguesia interna dependente possa ampliar o seu poder de barganha nas negociações com o capital imperialista.

b) Por via da expansão do capital dessas burguesias internas sobre outras formações sociais. O exemplo mais recente desse processo é a forte influência que as empresas brasileiras passaram a ter sobre a economia dos países sul-americanos, o que tem resultado, até o presente, num crescente processo de internacionalização do capital das burguesias brasileiras.

Enfim, as indicações que apresentamos acima nos levam a concluir que urge ao pensamento crítico desvencilhar-se das armadilhas produzidas pela cantilena da globalização. Caso isso não ocorra, seremos convidados a assimilar a ideia de que o processo de internacionalização do capital está em vias de suprimir o desenvolvimento desigual do capitalismo e tende a projetar um tipo de capitalismo em que é possível a repartição igualitária da mais-valia global – o que significaria ausência dos conflitos intraburgueses e a emergência efetiva de uma burguesia mundial. Supor tal ideia nos parece tão irracional quanto um “logaritmo amarelo”.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado In: **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BORÓN, Atílio. **Império & imperialismo**: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- CASTEL, Odile. La naissance de l'ultra-impérialisme. Une interprétation du processus de mondialisation In: DUMÉNIL, Gérard. e LÉVY, Dominique. **Le triangle infernal**. Crise, mondialisation, financeirisation. Paris: P. U. F., 1999.
- COSTA, Fernando Nogueira da. Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI. **Textos para Discussão**. Campinas: IE/Unicamp, n. 106, mar., 2002.
- DICKEN, Peter. **Global Shift**: Transforming the World Economy. New York/London: The Guilford, 1998.
- FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, Campinas, Ed. Unicamp, n. 28, 2009.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. **História & Luta de classes**. n, 6, nov., 2008.
- LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista In: **Textos**, v. III. São Paulo: Sociais, 1977.
- MICHALET, Charles-Albert. Transnational corporations and changing international economic system In: **Companies without Borders**: Transnational Corporations in the 1990s. Londres/ Boston: International

Thomson Business, 1996, p. 3-17.

MIGLIOLI, Jorge. Dominação burguesa nas sociedades modernas. **Crítica Marxista**, n. 22, 2006, p. 13-31.

_____. Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes. **Crítica Marxista**. Campinas: Ed. Unicamp, n. 6, 1998, p. 35-50.

_____. Globalização: uma nova fase do capitalismo?. **Crítica Marxista**. Campinas: Ed. Unicamp, n. 3, 1996, p. 140-142.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

PIJL, Kees Van der. **Transnational Classes and International Relations**. Londres: Routledge, 1998.

PINÇON-CHARLOT, Monique et PINÇON, Michel. **Sociologie de la bourgeoisie**. Paris: La Découverte, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **La crise des dictatures**: Portugal, Grèce, Espagne. Paris: Maspero, 1975.

_____. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui**. Paris: Maspero, 1974.

_____. **Pouvoir politique et classes sociales**. v. I e II. Paris: Maspero, 1972.

ROBINSON, William I. **A Theory of Global Capitalism**: Production, Class, and State in a Transnational World. Baltimore: Johns Hopkins, 2004.

ROBINSON, William I. e HARRIS, Jerry. Towards a global ruling class: globalization and the transnational capitalist class. **Science & Society**, v. 64, n. 1, 2000, p. 11-54.

SAES, Décio. Modelos político latino-americanos na nova fase da dependência In: NOGUEIRA, Francis e RIZZOTTO, Maria (Org.). **Políticas sociais e desenvolvimento**: América Latina e Brasil. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Introdução e Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: **A república do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SKLAIR, Leslie. **The Transnational Capitalist Class**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

VERNON, Raymond. Transnational Corporations: where are they coming from, where are they headed? In: **Companies without Borders: Transnational Corporations in the 1990s**. Londres/Boston: International Thomsom Business, 1996, p. 18-44.

WAGNER, Anne-Catherine. La bourgeoisie face à la mondialisation. **Mouvements**. 2003, v. 2, n. 26, p. 33-39.

3

ALCANCE E LIMITES DO CONCEITO POULANTZIANO DE “BURGUESIA INTERNA”¹

Introdução

Os processos de internacionalização do capital e de implementação da política neoliberal que atingiram as mais variadas formações sociais capitalistas, levaram algumas análises a sustentar a ideia de que presenciáramos, na fase atual do capitalismo, a unificação dos interesses da burguesia, em escala mundial. As explicações para esse fenômeno são variadas, podendo remeter: aos aspectos simbólicos, ideológicos e culturais que dariam coesão e unidade aos altos quadros das grandes firmas transnacionais (sociologia dos altos quadros identificados com o modo de vida burguês); ao papel desempenhado pelas grandes corporações transnacionais, sem vínculos com nenhuma base nacional, que passariam a controlar a economia mundial, substituindo o lugar anteriormente ocupado pelos Estados nacionais (tese da crise do Estado-nação e da ascensão dos novos leviatãs, as grandes firmas transnacionais); ou aos processos de

¹ Apresentamos uma versão preliminar desse texto nas Jornadas Poulantzas, ocorridas em Santiago (Chile) em outubro de 2013. Neste capítulo, procuramos absorver algumas críticas que recebemos de participantes desse evento. Somos gratos também a Eliel Machado, Leandro Galastri, Lúcio Flávio de Almeida, Renato Nucci Jr. e Tatiana Berringer, que nos enviaram críticas e comentários sobre o conteúdo das versões preliminares deste texto.

financeirização, concentração e centralização de capitais que teriam colocado fim aos fracionamentos de classe (tese da financeirização combinada com a ideia de ultraimperialismo de Kautsky).

Como não nos propomos a repetir a análise da tese da existência ou não de uma burguesia mundial, sintetizamos aqui algumas das críticas que empreendemos no capítulo anterior. Em linhas gerais, entendemos que o limite principal da tese da burguesia mundial encontra-se na tentativa de apresentar alguns aspectos isolados e inorgânicos, presentes no sistema econômico internacional, como se fossem tendências gerais do funcionamento do modo de produção capitalista. Diferentemente de tal perspectiva analítica, sustentamos que, para avançar na análise teórica das classes dominantes no capitalismo, o pesquisador não pode deixar de entrever alguns aspectos estruturais (invariáveis) desse modo de produção, tendo em vista que o capitalismo não comporta, em sua reprodução, uma lógica de repartição igualitária da mais-valia global (aspecto econômico), nem permite a existência de uma política estatal que contemple indistinta ou igualitariamente os interesses das diferentes classes sociais, em especial, das classes dominantes (aspecto político). Isso significa que a emergência de fracionamentos no interior das classes sociais é fenômeno latente na própria lógica de funcionamento do capitalismo. A manifestação de tais fracionamentos dependerá do modo como as contradições e as lutas se desenvolverão num determinado período histórico e numa dada formação social na qual predomina o modo de produção capitalista. O que nos leva a sustentar que, no exame das classes dominantes, é possível obter ganhos teórico-metodológicos, se se lograr observar a combinação de aspectos processuais e estruturais desse modo de produção e de seus efeitos sobre a constituição das classes sociais e a configuração das lutas de classes. Caso não se adote tal perspectiva teórico-metodológica, corre-se o risco de apresentar uma análise que redunde numa visão essencialista das classes, ignorando os elementos presentes na dinâmica da atual fase do capitalismo, ou numa espécie de fetiche da novidade, superestimando certos traços

conjunturais sem lograr demonstrar sua correspondência com aspectos de ordem estrutural.

As análises do marxista greco-francês Nicos Poulantzas sobre as classes dominantes no capitalismo, elaboradas entre o final dos anos 1960 e meados dos anos 1970,² oferecem-nos indicações teóricas importantes para abordarmos a questão dos fracionamentos existentes no seio das classes dominantes e observarmos a relação entre os aspectos de ordem estrutural e conjuntural na determinação da posição das frações burguesas. Visando apresentar o alcance e os limites dessas análises para a compreensão das classes dominantes no capitalismo contemporâneo, procuraremos discutir como Poulantzas caracterizou o fracionamento das classes dominantes segundo o modo de inserção do capital no sistema econômico capitalista internacional,³ em especial, o estatuto teórico do conceito de burguesia interna, originalmente formulado pelo autor.

Burguesia interna: características gerais

O conceito de burguesia interna de Poulantzas – formulado nas suas obras *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* e *La crise des dictatures* – designa uma fração da burguesia que possui, ou uma relação de dependência (financeira e tecnológica) e contradição em relação ao capital americano, quando toma como ponto de partida o exame da burguesia das metrópoles imperialistas europeias, ou em relação ao capital estrangeiro (Poulantzas, 1974), quando Poulantzas (1975) se refere às burguesias das formações sociais de industrialização dependente, como são os casos das burguesias da Espanha, Grécia e Por-

² Referimo-nos aos seguintes textos: Poulantzas (1968, 1974, 1975).

³ De acordo com Saes (2014), a classe capitalista pode se segmentar no sistema econômico de três modos principais, segundo: a função do capital (capital bancário, capital industrial e capital comercial); a escala de capital (grande, médio e pequeno capital); e o modo de inserção do capital no sistema econômico capitalista internacional (burguesia associada, burguesia nacional e burguesia interna).

tugal. Por se definir a partir de um tipo particular de ambivalência em relação ao capital estrangeiro/imperialista, a burguesia interna se distinguiria tanto da burguesia nacional quanto da burguesia compradora. Referimo-nos à ideia de tipo particular de ambivalência, por considerar que este não é um traço específico da posição da burguesia interna, já que pode ser observado também no comportamento da burguesia nacional diante dos capitais forâneos.

A diferença de fundo entre esses dois tipos de ambivalência em relação ao capital estrangeiro/imperialista pode ser detectada no modo como se reproduz o capital em suas principais fases, em escala internacional (a fase em que predomina o comércio de mercadorias e a fase na qual impera a exportação de capitais), e na maneira como as burguesias nacional e interna se relacionam com as classes populares. Por se constituir como uma das frações de classe resultantes do processo de internacionalização do capital (fase da reprodução ampliada do capital), a burguesia interna, comparada com a burguesia nacional, tem muito mais dificuldades de assumir uma posição anti-imperialista, ao construir alianças com as classes populares. Salientamos também que é improvável a emergência de uma burguesia nacional, cujo comportamento esteja marcado pela oposição ao imperialismo dominante, nas formações sociais sobre as quais a interpenetração dos capitais mais avançou (Poulantzas, 2008, p. 200-201). Assim sendo, é possível dizer que a burguesia interna ocupa uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora. Tratemos de discutir esta questão.

A posição intermediária da burguesia interna

O conceito de burguesia nacional foi empregado historicamente para definir uma fração da burguesia que possui base de acumulação própria, age em defesa da ampliação do mercado interno e tende a aceitar a implementação de políticas de redistribuição de renda e a concretização/ampliação de direitos sociais e trabalhistas com vistas a

desenvolver o próprio mercado nacional de massas. Dada a sua adesão à ideologia nacionalista, em circunstâncias históricas excepcionais, essa fração de classe *pode* participar, junto com setores das classes populares, de frentes nacionais ou anti-imperialistas. Além disso, a burguesia nacional tende a abranger segmentos ligados à atividade produtiva, em especial, àqueles que extraem mais-valia sob a forma monetária do lucro industrial; mas, em determinadas conjunturas históricas, outros segmentos econômicos podem vir a se integrar a essa fração de classe.

A expressão burguesia compradora designa uma fração da burguesia que não possui base de acumulação própria e age como uma espécie de correia de transmissão do capital imperialista/ estrangeiro na formação social em que está situada. O conceito de burguesia compradora foi cunhado pelos chineses em referência à burguesia mercantil (ou comercial) que agia em nome dos interesses do imperialismo japonês na formação social chinesa.⁴ Embora Poulantzas procure ampliar a abrangência desse conceito e não faça uso do conceito de burguesia associada ou integrada, preferimos indicar tal denominação, pois o conceito de burguesia compradora está vinculado a uma fase do capitalismo em que predominava o comércio de mercadorias. Com relação à fase da dominância da exportação de capitais e de ampliação dos processos de internacionalização do capital, é preferível utilizar o conceito de burguesia associada ou integrada, pois se trata de uma burguesia que não se restringe à atividade comercial.⁵

De acordo com Poulantzas, a burguesia interna seria uma fração burguesa que ocuparia uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora (associada). Ela possui base própria de acumulação, está interessada na intervenção estatal, especialmente quando essa intervenção lhe garante maior controle sobre determi-

⁴ É possível observar a aplicação desse conceito no seguinte artigo: Mao Zedong. "Análise das classes na sociedade chinesa" (março de 1926) In: <http://www.marxists.org/portugues/mao/1926/03/classes.htm>.

⁵ O conceito de burguesia associada encontra-se desenvolvido em: Cardoso e Faletto (1970); já o conceito de burguesia integrada foi formulado por Marini (1965).

nados ramos econômicos no país, competitividade perante o capital estrangeiro e financia o desenvolvimento econômico voltado para o mercado externo – o qual está mais inclinada a apoiar. Em relação ao mercado interno, defende apenas pequenas elevações do poder de compra e de consumo das massas, o que atesta o caráter socialmente conservador de seu posicionamento político.⁶

A fragilidade político-ideológica da burguesia interna

Outra característica básica da burguesia interna é a sua fragilidade político-ideológica perante o capital estrangeiro – o que a impede de exercer, no longo prazo, a hegemonia política no bloco no poder. Na visão de Poulantzas, a burguesia interna está tendencialmente limitada a renegociar a hegemonia exercida pela burguesia compradora (associada) com a qual coexiste no bloco no poder – portanto, a burguesia interna coexiste de maneira subordinada em relação à burguesia compradora (associada). Além disso, a burguesia interna é atravessada por outras clivagens: entre capital monopolista e capital não monopolista e entre os capitais dos diferentes ramos (bancário, comercial e industrial) – o que pode contribuir para dividi-la internamente e, assim, fragilizá-la politicamente nas disputas com o capital estrangeiro com o qual mantém relação de dependência. O autor destaca também que a burguesia interna está ligada aos setores da atividade produtiva, fortalecendo sua posição favorável ao desenvolvimento industrial, mas é possível que frações da burguesia bancária e comercial venham integrar a burguesia interna numa conjuntura política específica.⁷ Por fim, é preciso observar que a burguesia interna pode surgir tanto nas metrópoles imperialistas subordinadas

⁶ Foi Décio Saes (2007) quem destacou o caráter tendencialmente conservador do comportamento político da burguesia interna.

⁷ É importante ressaltar um aspecto para o qual Poulantzas não deu a devida atenção: a formação de uma fração de classe que ocorre a partir do entrecruzamento entre o modo de inserção do capital no sistema econômico internacional, a função do capital e a escala do capital. Extraímos essa ideia da análise de Saes (2014).

ao capital imperialista hegemônico quanto nas formações sociais de industrialização capitalista dependente.

Burguesia interna e capital estadunidense ou estrangeiro

O primeiro problema a que se reporta o conceito de burguesia interna é justamente o da relação com o “capital americano”.⁸ Na obra *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui*, Poulantzas apresenta a burguesia interna como uma fração de classe que possui uma posição ambígua perante o “capital americano”, oscilando entre a dependência e a contradição em relação a este.

Em certa medida, o emprego do conceito de capital estadunidense faz sentido, pois o exemplo histórico a que Poulantzas recorre como referência é o das burguesias europeias dos anos 1970, formadas como resultado do forte processo de internacionalização do capital naquele período. Devido à criação do Plano Marshall, financiado pelos EUA, visando reestruturar a economia dos países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial, o capital que passou a se consolidar na Europa, estruturou-se numa relação de forte dependência ao capital estadunidense. Como observa Poulantzas, as burguesias europeias, no entanto, aos poucos tentariam construir uma relativa autonomia em relação a esse capital. Um exemplo disso está presente na própria criação da Comunidade Econômica Europeia, em meados dos anos de 1950, que tinha como objetivo declarado a organização do livre comércio no continente europeu, mas visava, ao mesmo tempo, constituir certa autonomia em relação ao capital estadunidense. O resultado desse processo culminou com o surgimento das burguesias internas na Europa.

O uso desse conceito de capital estadunidense, contudo, esbarra em limitações. Brunhoff (1985) observa que o conceito de “capital ame-

⁸ Aqui é preciso observar que Poulantzas emprega a noção de “capital americano”, mas preferimos utilizar “capital estadunidense”, pois a ideia de americano faz alusão a todo o continente chamado América e não apenas aos Estados Unidos.

ricano” é apresentado como uma “força inalterável”, “abstrata” e “estática”. Para essa autora, Poulantzas não logra explicar a hegemonia do “capital americano” de modo dinâmico, a partir das condições de acumulação capitalista nos EUA, ou seja: “O capital americano não pode ser considerado sobre seus efeitos nas economias europeias, fazendo-se abstração de suas transformações dentro dos próprios Estados Unidos” (Ibid., p. 123). Tampouco a análise poulantziana consegue determinar a “expressão de classe desse capital” – o que permitiria determinar a natureza dessa hegemonia em determinada conjuntura histórica (Ibid.).

Tais críticas não anulam ou reduzem a originalidade da análise realizada por Poulantzas, mas nos encaminham para duas outras problematizações. Quando se refere às contradições interimperialistas e vale-se do uso dos conceitos de “capital americano” e burguesia interna, Poulantzas parece ignorar a existência de um bloco no poder nos EUA – o que poderia levá-lo a considerar que o capital estadunidense não é um todo monolítico e indivisível, mas é marcado por divisões e hierarquias internas. Tal procedimento analítico poderia ser empregado para demonstrar que as relações de dependência e contradição das burguesias internas europeias em relação ao capital imperialista hegemônico não se estabelecem com todas as frações do bloco no poder da formação social estadunidense. Ou seja, em acordo com Brunhoff, fica difícil saber, a partir da análise de Poulantzas, qual é a expressão de classe desse capital estadunidense, ou ainda quais segmentos das classes dominantes representam. Em suma, ao não aplicar o conceito de bloco no poder para caracterizar o capital estadunidense, a análise de Poulantzas não entrevê as contradições internas existentes nas classes dominantes estadunidenses e as relações hierárquicas existentes entre elas – o que poderia tornar mais complexa a compreensão da relação dos capitais oriundos dos EUA com os das demais formações sociais.

Levando em consideração as transformações recentes do capitalismo nas quais as principais potências imperialistas não só exportam capitais e mercadorias, mas também incorporam capital

e mercadorias estrangeiros, caberia questionar a possibilidade de surgimento de frações burguesas com comportamento próximo ao das burguesias internas no seio da própria formação social capitalista hegemônica. Ou seja, a burguesia interna poderia surgir nos próprios EUA, como sugere Wissel (2011), posicionando-se, por exemplo, contrariamente à abertura econômica indiscriminada em alguns setores nos quais teria dificuldade de obter “vantagens comparativas” em relação aos capitais e mercadorias estrangeiros. No entanto, aqui se faz necessário fazer um reparo crítico à análise de Wissel, tendo em vista que não se pode confundir o conceito de burguesia interna com a existência de uma fração de classe que ocupa uma posição subordinada no bloco no poder de uma formação social capitalista hegemônica. Dito de outro modo: é possível identificar, no bloco no poder de um país imperialista hegemônico, a presença de frações de classe cujas atividades estejam mais voltadas para o mercado interno e que se sintam prejudicadas pela presença de capitais forâneos nessa formação social, mas a subordinação de uma fração no bloco no poder não corresponde ao tipo de subordinação de uma fração da burguesia no sistema econômico internacional, como designa o conceito de burguesia interna. Em síntese, observamos a existência de dois tipos de subordinação diferentes, que Wissel ignora para dar sustentação à tese da suposta formação de um bloco no poder transnacional – tese que se inscreve, ainda que com verniz poulantziano, na problemática da burguesia mundial e da crise do Estado-nação.

Quando analisa a emergência do fenômeno das burguesias internas nas formações sociais mais periféricas da Europa, como Portugal, Grécia e Espanha, na obra *La crise des dictatures*, Poulantzas já não usa mais o conceito de capital americano, preferindo empregar o conceito de capital estrangeiro. No entanto, o emprego do conceito de capital estrangeiro, concebido de maneira genérica, pode tornar bastante questionável a aplicação do conceito de burguesia interna na análise do sistema econômico capitalista internacional. Assim sendo, faz-se necessário limitar a referência ao capital estrangeiro

aos capitais imperialistas, que influem efetivamente nos processos de internacionalização do capital, e aos capitais que, uma vez introduzidos numa formação social particular, podem vir a exercer controle sobre qualquer ramo econômico ou disputar o domínio de determinado capital nativo sobre alguma atividade econômica específica.

Farias (2009, p. 89) sintetizou as três formas de presença do capital estrangeiro na formação social, previstas por Poulantzas, contra as quais a burguesia interna pode ser mais ou menos resistente: “o capital estrangeiro totalmente externo, mas com interesses internos (ação externa/interna); o capital estrangeiro internalizado (atua como capital local, mas envia dinheiro para a matriz); e o capital associado (nativo e estrangeiro)”. Interessa observar que a análise de Poulantzas, quando explora essas relações entre burguesia interna e capital hegemônico/capital estrangeiro, abre um leque amplo de possibilidades para a compreensão das ações políticas dessas frações de classe numa conjuntura particular. Nesse sentido, não se pode saber *a priori* como a burguesia interna se comportará em relação ao capital estrangeiro, pois as formas de presença desse capital numa dada formação social são variadas, restando ao pesquisador o recurso à análise de conjuntura, para chegar a alguma conclusão sobre essa questão. Assim sendo, é possível concluir que somente a análise concreta da situação concreta pode permitir uma visão mais flexível e, portanto, não essencialista acerca da ação política das diferentes frações burguesas, numa dada formação social e numa determinada conjuntura histórica. Tal apontamento nos leva a discorrer sobre os diferentes lugares que a burguesia interna pode ocupar no processo político de uma determinada formação social.

Os diferentes lugares ocupados pela burguesia interna no processo político

Poulantzas indica a fragilidade político-ideológica como um dos traços característicos da burguesia interna. Para ele, essa fragilidade

advém da dependência da burguesia interna em relação aos capitais e tecnologias estrangeiros. Tal relação impediria a burguesia interna de exercer a hegemonia política, no longo prazo, restando-lhe apenas o papel político de renegociar a hegemonia da burguesia associada com a qual coexiste no bloco no poder. Nessa perspectiva, o autor admite a possibilidade de a burguesia interna exercer a hegemonia, no curto e médio prazos, mas não explicita quais seriam as consequências disso para a relação de dependência que a burguesia interna mantém com os capitais e tecnologias forâneos. As dificuldades teóricas presentes nesse tipo de formulação são flagrantes. Para tentar resolvê-las, faz-se necessário considerar a existência de uma situação excepcional caracterizada pela defasagem entre o econômico e o político, configurando-se, assim, um processo no qual a situação de dependência financeira e tecnológica em relação ao capital estrangeiro ou imperialista combina-se com a posição da burguesia interna como fração hegemônica no seio do bloco no poder. Tal situação tende a emergir em conjunturas marcadas pela instauração de uma nova hegemonia política, na qual a burguesia interna passa a gozar da posição de fração hegemônica sem deter preponderância econômica. Ocorre que tal situação só tende a perdurar num contexto de instabilidade hegemônica, podendo, inclusive, desaguar numa nova crise de hegemonia. Ou seja, essa defasagem entre hegemonia política e preponderância econômica inscreve-se no rol de situações excepcionais que caracterizam a lógica interna de funcionamento do capitalismo, advindo daí a dificuldade da burguesia interna quanto a exercer a hegemonia política no longo prazo.

Sob determinadas condições políticas, a burguesia interna pode assumir a condução de frentes políticas com classes e frações de classe dominadas, sem exercer a posição de fração hegemônica, objetivando renegociar a hegemonia da burguesia associada e, com isso, abrir maior espaço para a contemplação de seus interesses materiais no processo de implementação da política estatal.⁹ Em tais circunstâncias, ocorre a

⁹ No capítulo anterior, indicamos duas situações específicas em que as possibilidades de a burguesia interna se opor ao capital imperialista ou estrangeiro teriam condições

defasagem entre as posições de fração hegemônica e fração dirigente de frente política, o que significa que a burguesia interna não logra ter seus interesses priorizados pela política estatal nem garantir a aliança entre as classes e frações dominantes no poder, mas consegue emergir no processo político como força social dirigente de uma unidade pluriclassista de interesses que não possui um programa político claramente definido.¹⁰ As crises políticas recentes ocorridas no capitalismo neoliberal brasileiro – ¹¹ as crises do governo Collor (1992) e do “mensalão” (2005) – são exemplos de conjunturas excepcionais nas quais a burguesia interna logrou dirigir frentes políticas com vistas a resistir a políticas de interesse do imperialismo, sem, com isso, chegar a exercer efetivamente a hegemonia no bloco no poder. No limite, poderíamos sustentar que o intento da burguesia interna de dirigir uma frente política com apoio das classes populares pode dar origem a uma situação de instabilidade hegemônica.

A defasagem existente entre hegemonia política e direção de frente política tem relação direta com a distinção existente entre hegemonia política e dominação ideológica. Saes (2001) sustenta que a hegemonia política e a dominação ideológica podem ser exercidas por frações de classe distintas. Essa situação pode ser observada, por exemplo, quando a hegemonia política da burguesia associada (especialmente a garantida por setores que obtêm lucro sob a forma

de se ampliar: “a) Por via da exploração, em seu proveito, das contradições interimperialistas, derivadas do agravamento de conflitos político-militares, da emergência de crises econômicas, da dificuldade das burguesias imperialistas para encontrar consenso nas negociações de comércio exterior (de mercadorias e de capitais), entre outros motivos. Isso significa que as contradições interimperialistas abrem brechas para que a burguesia interna [...] possa ampliar o seu poder de barganha nas negociações com o capital imperialista; b) Por via da expansão do capital dessas burguesias internas sobre outras formações sociais. O exemplo mais recente desse processo é a forte influência que as empresas brasileiras passaram a ter sobre a economia dos países sul-americanos, o que tem resultado, até o presente, num crescente processo de internacionalização do capital das burguesias brasileiras”.

¹⁰ Empregamos o conceito de frente política tal qual formulado por Armando Boito Jr. (2012).

¹¹ Analisamos essas duas crises em: Martuscelli (2015).

de juros) convive com o domínio ideológico da burguesia interna (tendencialmente ligada à atividade produtiva), a qual, como produtora de mercadorias e empregadora de força de trabalho, logra obter com mais facilidade o consentimento das classes populares, em oposição à atividade improdutiva, que socialmente é vista como uma atividade parasitária. Pode ocorrer uma situação em que as burguesias bancária e comercial ajam como burguesia interna, mas nesse caso precisam estar voltadas para auxiliar o desenvolvimento industrial, isto é, devem agir de maneira cooperativa com a burguesia industrial, através, por exemplo, da implementação de medidas que facilitem o crédito para a concretização das atividades produtivas. Nessas condições, haveria um reforço do domínio ideológico da burguesia interna. Tal reforço poderia abrir espaço para a emergência de processos de instabilidade política e permitir novas rodadas de renegociação do conteúdo da política estatal com a burguesia associada.

Ainda no que se refere à questão das defasagens, poderíamos considerar a possibilidade de a burguesia interna ocupar a posição de classe reinante, sem, com isso, se tornar fração hegemônica. Em uma das passagens de *Pouvoir politique et classes sociales*, Poulantzas sustenta que a fração hegemônica não precisa se fazer presente na cena política para exercer a hegemonia no bloco no poder. É justamente em situações como esta que pode se configurar um quadro de defasagem em que uma fração ocupa a posição de fração hegemônica (por ex., a burguesia associada) enquanto outra ocupa a posição de classe reinante (p. ex. a burguesia interna). Em certas conjunturas, um determinado partido ou uma dada coalizão partidária que representa os interesses da burguesia interna, pode exercer forte influência sobre postos-chave em governos nacionais e subnacionais e em seus respectivos parlamentos, sem que a burguesia interna logre obter predomínio sobre o conteúdo da política estatal. Ou seja, uma fração de classe, como a burguesia interna, pode ser jogada para a boca da cena (no terreno dos partidos), mas ser lançada, ao mesmo tempo, à coxia (no bloco no poder).

As discussões sobre direção de frente política nos remetem ao tratamento dado por Poulantzas à relação entre burguesia interna e classes dominadas – tema pouco explorado pelo autor. Em linhas gerais, Poulantzas observa que a burguesia interna é favorável a pequenas elevações salariais e à ampliação comedida do consumo das massas. No caso das formações sociais dependentes, deve-se acrescentar que, por serem constituídas por uma base econômica frágil e limitada, as concessões materiais podem ser ainda mais restritas. A conjuntura atual dos países dependentes, como o Brasil, ajuda-nos a refletir sobre esse aspecto, já que a expansão de políticas compensatórias também chamadas de “transferência de renda” não tem sido acompanhada da ampliação de direitos sociais e trabalhistas, concebidos pela burguesia, em seu conjunto, como encargos sociais que criariam óbices à competitividade das empresas. Nesse sentido, é possível dizer que a burguesia interna tende a se posicionar de maneira conservadora em relação aos interesses das classes trabalhadoras. Embora em comparação à burguesia compradora (associada), a burguesia interna possa se apresentar como progressista por abrir espaço para concessões limitadas e pontuais às classes trabalhadoras, em termos gerais, não adota uma política efetivamente progressista diante de tais interesses. No geral, as situações em que a burguesia interna logra incrementar sua produção, permitem-lhe ampliar, dentro de certos limites, o emprego e a renda dos trabalhadores assalariados, mas essas situações são tendencialmente marcadas por políticas estatais de incentivo à produção e de proteção dos interesses dessa burguesia em relação à concorrência externa de mercadorias e de capitais. Isso quer dizer que a constituição de frentes políticas da burguesia interna com setores das classes trabalhadoras funda-se em pequenas concessões materiais e é geralmente mediada por iniciativas da burocracia estatal de incentivos e financiamentos aos setores econômicos que integram a burguesia interna. Agindo por si só, sem o apoio das classes populares ou da burocracia estatal, a burguesia interna tem muita dificuldade de obstruir a implementação de políticas que sacrificam seus interesses

particulares e, ao mesmo tempo, dão sustentação aos interesses do imperialismo hegemônico.

As possibilidades de conversão da burguesia interna em outras frações de classe

A burguesia interna pode vir a se converter em burguesia associada ou burguesia nacional em conjunturas excepcionais. Tal questão não pode ser subestimada. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que o conceito de burguesia interna se situa num processo de constituição de agregados sociais que têm como referência principal, mas não exclusiva, o modo de inserção do capital no sistema econômico capitalista internacional. Nesse sentido, sob pressão da ofensiva imperialista, uma determinada fração burguesa que apresentava comportamento típico de burguesia interna pode vir a se transformar em burguesia associada, agindo como mera correia de transmissão dos interesses de classe forâneos e imperialistas. Tal situação pode se firmar em conjunturas de consolidação de uma ordem imperialista tendencialmente unipolar na qual o espaço reservado à contradição com os interesses imperialistas é diminuto ou inexistente. Trata-se de conjuntura em que a burguesia interna tem muita dificuldade de se erguer à condição de força social e em que há relativa estabilidade política no sistema imperialista internacional.

Em outras circunstâncias, a burguesia interna poderia se converter em burguesia nacional, situação que dependeria de determinada formação social passar por intenso processo de estatização da economia, de modo que a burocracia estatal, convertida em burguesia de Estado, passasse a controlar os principais ramos econômicos, a procurar construir um desenvolvimento voltado para o mercado interno e a contradizer de maneira mais incisiva os interesses dos capitais estrangeiros. Diante do forte processo de internacionalização do capital ocorrido nos últimos anos e da forte integração do grande capital ao sistema econômico internacional, é de esperar que a possibilidade de que a grande

burguesia interna se converta em burguesia nacional seja reduzida ou nula. Acresce-se a isso o fato de os interesses da grande burguesia interna estarem ligados tendencialmente à defesa de um tipo de desenvolvimento voltado para o mercado externo, tornando ainda mais difícil esse processo de conversão. Isso não nos leva a concluir que segmentos da pequena e da média burguesia interna não possam se converter em burguesia nacional, pois são justamente essas camadas que estão mais sujeitas a sustentar um tipo de desenvolvimento voltado para o mercado interno, já que não conseguem (ou lhes é muito custoso) concorrer seja com os interesses imperialistas, seja com os interesses da grande burguesia interna no mercado externo.

Em segundo lugar, é preciso salientar que a caracterização das classes dominantes no capitalismo não pode deixar de levar em consideração as diferentes fases de organização do capitalismo. Nesse caso, se adotarmos, como critério econômico, as diferenças entre capitalismo competitivo e capitalismo monopolista, e, como critério político, as diferenças entre Estado interventor e Estado liberal, seremos levados a observar que as condições mais propícias para a burguesia interna se posicionar enquanto força social, ou mesmo a se manifestar como fenômeno social, são justamente aquelas em que se estabelece o capitalismo monopolista, isto é, em que a exportação de capitais toma o lugar ocupado pelo comércio de mercadorias no sistema econômico mundial, e em que o Estado liberal cede lugar ao Estado interventor, tendo em vista que, sem o apoio da burocracia estatal, a burguesia interna tem muita dificuldade de contradizer, por força própria, os interesses do capital estrangeiro.

Considerações finais

Longe de pretender esgotar as questões relacionadas ao emprego do conceito de burguesia interna, procuramos pontuar algumas problematizações que ainda necessitarão ser testadas pela

pesquisa empírica. No entanto, consideramos que esse conceito traz ganhos significativos para a análise do modo de inserção de segmentos da burguesia no sistema econômico capitalista internacional, e sua aplicação se confronta tanto com as análises que descartam o conceito de classes sociais no exame dos processos políticos contemporâneos quanto com aquelas que se satisfazem com simplificações oriundas de uma visão essencialista acerca das classes sociais.

REFERÊNCIAS

BOITO JR., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BRUNHOFF, Suzanne de. O campo de ação do Estado capitalista In: *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, n. 28, 2009.

MAO Zedong. Análise das classes na sociedade chinesa" (março de 1926). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mao/1926/03/classes.htm>>. Acesso: 14 de abr. 2017.

MARINI, Ruy Mauro Marini. Brazilian "interdependence" and imperialist integration. **Monthly Review**, v. 17, n. 7, 1965.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: Ed. CRV, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste**. Paris: François Maspero, 1968.

_____. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui**. Paris:

Éditions du Seuil, 1974.

_____. **La crise des dictatures:** Portugal, Grèce, Espagne. Paris: François Maspero, 1975.

_____. On Social Classes In: MARTIN, James (Org.). **Poulantzas reader:** Marxism, law and the State. London/New York: Verso, 2008.

SAES, Décio. As frações da classe dominante no capitalismo – uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Dictadura:** o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. “Modelos político latino-americanos na nova fase da dependência” In: NOGUEIRA, Francis; RIZZOTTO, Maria (Org.). **Políticas sociais e desenvolvimento:** América Latina e Brasil. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80 In: **República do capital.** São Paulo, Boitempo, 2001.

WISSEL, Jens. The transnationalization of the bourgeoisie and the new networks of power In: GALLAS, Alexander et al. **Reading Poulantzas.** Wales: The Merlin Press, 2011.

PARTE II

HEGEMONIA E CRISE POLÍTICA

4

COMO IDENTIFICAR A CLASSE OU FRAÇÃO HEGEMÔNICA DO BLOCO NO PODER? APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS*

À memória de Filipe Raslan

Diferentes problemáticas teóricas disputam a definição de poder nos âmbitos científico, filosófico e político. Inúmeras controvérsias existem em torno do caráter concentrado ou difuso do poder, de sua natureza ascendente ou descendente, de suas formas particulares de existência ou manifestação (política, econômica, ideológica etc.), de sua aplicabilidade para compreender relações entre indivíduos, instituições, grupos ou classes sociais. A depender da problemática da qual se parte, quando se analisa, por exemplo, o poder político, determinado conjunto de conceitos e noções tende a predominar como base explicativa e a excluir ou secundarizar outros, podendo ganhar centralidade, em certos casos, noções como influência, autoridade, legitimidade, mando, obediência; ou em outros, noções como dominação de classe, hegemonia, bloco no poder, luta de classe etc.

* Agradeço a Sávio Machado Cavalcante por compartilhar algumas leituras e reflexões iniciais sobre o tema da hegemonia. Também sou muito grato a Angela Lazagna e Renato Nucci Jr. por sugerirem o aprofundamento de algumas questões e tecerem comentários críticos às primeiras versões do texto. Certamente, nenhum deles tem responsabilidade pelos erros de interpretação e juízos presentes neste texto.

Com vistas a oferecer uma contribuição para a discussão do poder político, procuraremos empreender uma análise sobre os recursos teórico-metodológicos disponíveis para o tratamento do conceito de hegemonia, que é chave para as interpretações inspiradas na tradição teórica marxista. É por esse motivo que centraremos nossa exposição nas contribuições formuladas por essa tradição.

Os escritos carcerários de Antonio Gramsci são uma referência incontestável para tratar deste tema e oferecem interessantes contribuições para o debate sobre a hegemonia *em sentido amplo*, ou seja, sobre a organização da hegemonia das classes dominantes sobre o conjunto da sociedade, o que lhe permitiu propor e elaborar uma série de dispositivos analíticos originais, tais como os conceitos de: “bloco histórico”, “hegemonia encouraçada de coerção”, “momento ético-político”, “intelectual orgânico” etc.¹ Trata-se, assim, de um conceito que designa o processo em que os interesses das classes dominantes se transmudam do nível particular para o geral, apresentando-se como interesse de toda a sociedade. Na concepção de Gramsci, esse processo de consolidação da hegemonia implica não somente o uso da força, mas também o consentimento das classes subalternas à dominação das classes dominantes, advindo daí a ideia de “hegemonia encouraçada de coerção”.²

No entanto, é na obra de Nicos Poulantzas, em particular no livro *Pouvoir politique et classes sociales* (1968), que encontramos uma reflexão teórica sistemática sobre o conceito de hegemonia *em sentido estrito*, elaborado para designar a hegemonia de uma classe ou fração de classe dominante sobre as demais classes ou frações de classes dominantes que integram o bloco no poder. Para ele, o conceito de bloco no poder indica “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma

¹ Referimo-nos especialmente aos Cadernos 13 e 25 dos Cadernos do Cárcere.

² Para abordar o tema da hegemonia em Gramsci, destacaríamos as contribuições de Benedetto Fontana (1993), Christine Buci-Glucksmann (1990), Massimo Salvadori (2012), Perry Anderson (1976), entre outros.

forma particular do Estado capitalista. O bloco no poder reporta-se à periodização da formação capitalista em estágios típicos” (Poulantzas, 1968, p. 254, grifos do autor). Esse conceito permite-nos entrever que, embora a classe dominante, a burguesia, possua um interesse geral comum, a saber, a manutenção da propriedade dos meios de produção e as condições para que a força de trabalho se reproduza como mercadoria, esse interesse geral não anula as diferenças de interesses das frações burguesas diante de uma determinada política econômica e social do Estado burguês. Dessa maneira, o conceito de bloco no poder indica a existência de uma unidade contraditória com dominante. Essa dominância é exercida no bloco no poder pela “fração hegemônica”. Nessa obra, também nos deparamos com a elaboração de uma série de conceitos originais empregados para abordar as relações de poder nas formações sociais concretas, tais como: “bloco no poder”, “fração hegemônica”, “fração reinante”, “fração detentora”, “classe-apoio”, entre outros.

Assim sendo, é principalmente a partir do debate com a obra de Poulantzas que procuraremos desenvolver a discussão sobre os critérios de aferição da hegemonia política, isto é, da hegemonia *em sentido estrito*. É preciso destacar, nesta discussão, os avanços significativos alcançados pelas análises do cientista político Décio Saes. No entanto, consideramos que o tema ainda carece de sistematização e aprofundamento teórico-metodológico e, nesse sentido, empreenderemos alguns esforços analíticos com vistas a contribuir com o debate em questão. Entendemos que tal empreendimento é decisivo para avançarmos naquilo que Lênin caracterizava como “alma viva do marxismo”: a “análise concreta da situação concreta”, permitindo, assim, não só a formulação rigorosa do conceito de hegemonia política, mas também o estabelecimento de critérios objetivos para sua aferição na conjuntura histórica.

Para enfrentar tal debate, dividimos o texto em três partes principais. Na primeira, propomo-nos identificar o lugar do conceito de hegemonia

na teoria marxista da história. Esse ponto é importante por nos permitir distinguir *analiticamente* o lugar diferencial que ocupa a disputa pela hegemonia nos processos de reprodução e transformação sociais. Na segunda parte, discutimos a relação entre hegemonia *em sentido estrito* e hegemonia *em sentido amplo*, ou seja, a hegemonia de uma classe ou fração dominante sobre as demais classes e frações dominantes e a hegemonia de uma classe ou fração dominante sobre o conjunto das classes sociais. Em concordância com Poulantzas, sustentamos a ideia de que nem sempre uma mesma fração de classe exerce a dupla função de hegemonia. Por fim, problematizamos os indicadores que podemos empregar para aferir a hegemonia *em sentido estrito* – a hegemonia política. O objetivo é argumentar que a análise da política econômica – as decisões concretas – e das iniciativas e capacidades assimétricas de intervenção política das diferentes frações de classes – as não decisões – combinam-se e articulam-se como indicadores fundamentais de análise da fração de classe que exerce a hegemonia no bloco no poder.

A teoria marxista da história e a questão da hegemonia

Uma das teses mais conhecidas sustentada pela corrente althusseriana é aquela que caracteriza o marxismo como uma ciência: a ciência da história.³ O que significa que as noções legadas da problemática teórica humanista, tais como alienação, ser genérico, natureza humana, emancipação humana etc., merecem ser tratadas como obstáculos epistemológicos para pensar a transformação e a reprodução das formações sociais em diferentes períodos históricos.

³ A corrente marxista althusseriana surgiu no contexto francês dos anos 1960 e tinha como objetivo principal a reconstrução da teoria materialista da história. A crítica ao humanismo teórico e ao economicismo foram as bases fundamentais desse empreendimento teórico. As principais obras que marcaram a emergência dessa corrente foram: *Pour Marx* (1965), que contém uma coletânea de artigos publicados por Louis Althusser nos primeiros anos da década de 1960, e *Lire Le Capital* (1965), obra coletiva que reunia os trabalhos de Althusser, Étienne Balibar, Jacques Rancière, Pierre Macherey e Roger Establet, resultante dos Seminários sobre *O Capital* de Marx, organizados na École Normale Supérieure em Paris.

Para o humanismo teórico, a história resume-se numa filosofia da história que observa os movimentos de perda e recuperação da essência humana. No âmbito próprio da ciência da história, nada disso faz sentido, pois novos conceitos são empregados para a análise dos fenômenos históricos, entre os quais destacamos os conceitos de modo de produção, formação social, classes sociais, luta de classes, hegemonia, revolução social. Rompe-se, assim, com a noção de movimento de perda e a de recuperação da essência humana, típicas da problemática humanista, e passa-se a operar em um outro registro analítico que concebe a história como processo sem sujeito e sem fim.

Em linhas gerais, a teoria marxista da história abrange tanto o conhecimento dos processos de transição ou transformação social, como o conhecimento dos processos de conservação ou reprodução social.⁴

A dimensão da transformação social diz respeito às situações históricas marcadas pela não correspondência entre forças produtivas e relações de produção; pela defasagem entre as estruturas sociais; pela existência da luta de classes no sentido forte do termo, ou seja, no sentido de que as classes colocam-se em confronto pela preservação ou mudança da dominância de um determinado modo de produção; pela existência de uma crise política que se caracteriza como crise revolucionária e coloca como possibilidade histórica a substituição da velha classe dominante por uma nova – nesse caso, é o bloco no poder como um todo que se encontra em crise, o que abre espaço para a disputa pela hegemonia entre as forças sociais da antiga e da nova forma de sociabilidade. Em síntese, a crise revolucionária no capitalismo corresponde a um fenômeno histórico que faz com que os efeitos ideológicos das estruturas deixem de condicionar as práticas das classes sociais. A título de exemplo, poderíamos afirmar que somente faz sentido falar em revolucionarização ou destruição da estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista caso ocorra simultaneamente

⁴ Essa distinção foi formulada originalmente por Étienne Balibar (1980) e depois retomada por Charles Bettelheim (1973), Maria Turchetto (2005), Décio Saes (1994; 2003) e Armando Boito Jr. (2011).

a interrupção do *efeito de isolamento ou individualização* dos agentes sociais promovido pelo direito burguês, que reconhece todos os agentes da produção como sujeitos de direito “livres” e “iguais”, e do *efeito de representação da unidade*, que designa o fenômeno do burocratismo e, portanto, a possibilidade formal de acesso de todas as classes sociais à burocracia do Estado, desde que observados os critérios de competência para exercer o cargo.⁵

Já a reprodução social designa a situação histórica marcada pela correspondência entre forças produtivas e relações de produção, pelo condicionamento recíproco das estruturas sociais, pela existência de uma luta de classes no sentido fraco do termo – isto é, a luta de classes assume a feição de um conflito distributivo funcional à reprodução social, ou seja, ainda que haja mudanças nas relações no seio das classes dominantes e entre classes dominantes e dominadas, essas mudanças ocorrem sem colocar em risco a dominação de classe vigente. Nesse sentido, a disputa pela hegemonia política é uma disputa travada fundamentalmente entre as classes e frações dominantes e as crises políticas existem como crises positivas para as classes dominantes, o bloco no poder em vigor, não assumindo, assim, nenhum papel antissistêmico ou antiestrutural.⁶

Em sua acepção mais geral, o conceito de hegemonia designa fenômenos distintos, referindo-se à luta entre a velha e a nova classe dominante nos processos de transformação social e à luta entre frações de uma mesma classe dominante que integram um determinado bloco no poder nos processos de reprodução social. Com vistas a aprofundar a reflexão sobre o tema, dirigir-nos-emos ao exame da hegemonia nos processos de reprodução social, dando especial atenção à reprodução social tipicamente capitalista.

⁵ Para um aprofundamento da caracterização da estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista, ver: Poulantzas (1968) e Saes (1998a; 1998b).

⁶ Extraímos de Saes (2003) a ideia de “conflito distributivo funcional”. Já a distinção entre luta de classes no sentido fraco e forte acima aludida tomamos emprestado de Boito Jr. (2012). Empreendemos uma distinção entre os dois tipos de crise política mencionados no capítulo “Sobre o conceito marxista de crise marxista” deste livro.

Hegemonia em sentido estrito e em sentido amplo

Nos processos de reprodução social, o conceito de hegemonia pode se referir tanto à preponderância política que uma fração de classe dominante detém sobre as demais frações que integram o bloco no poder – à qual Poulantzas chama de hegemonia política (hegemonia *em sentido estrito*) –, quanto à hegemonia das classes dominantes que integram o bloco no poder sobre o conjunto das classes sociais, definição elaborada e operada por Gramsci e denominada por Poulantzas como hegemonia ideológica (hegemonia *em sentido amplo*).

Ao analisar a hegemonia nos sentidos amplo e estrito, Poulantzas (1968) argumenta que há a tendência de uma mesma fração exercer a dupla função da hegemonia, o que significa dizer que a dissociação entre a hegemonia política e a hegemonia ideológica deve ser caracterizada como um fenômeno excepcional. Ocorre que a concentração da dupla função da hegemonia numa única fração está distante de se apresentar como regra geral, ou ainda, a dissociação ou defasagem entre essas funções também está distante de se apresentar como exceção à regra.

Em linhas gerais, é possível operar com a ideia de que são as frações dominantes ligadas à atividade produtiva que estão em melhores condições de exercer a hegemonia ideológica, já que se apresentam ao conjunto da formação social como porta-vozes da vocação agrária ou industrial ou mesmo como portadoras do progresso e do desenvolvimento econômico e social. As frações dominantes ligadas à atividade improdutiva têm inclusive uma enorme dificuldade de intervir pública e abertamente nos grandes debates nacionais, o que denota uma certa tendência à invisibilidade na cena política das frações ligadas à atividade improdutiva.⁷ Interessante observar aqui, como faz Poulantzas (1968), que a fração hegemônica do bloco no poder nem sempre se faz presente na cena política, ou melhor, a fração hegemônica do bloco no poder nem sempre está em condições de se

⁷ Extraímos essa formulação de Saes (2001) e de análises sobre o comportamento político dos banqueiros no Brasil: Dias (2012) e Aguiar Jr. (2015).

apresentar autonomamente no plano dos partidos e dos grupos de interesse.⁸ Nesse sentido, é plenamente possível uma fração dominante ligada à atividade improdutiva (bancos e comércio) ter seus interesses priorizados pela política de Estado sem, com isso, exercer a hegemonia ideológica sob o conjunto da formação social.

Sem ter a pretensão de analisar em profundidade tal questão, ilustramos esse movimento de concentração e dissociação da dupla função da hegemonia a partir de breves observações sobre o caso brasileiro. Nesse país, o processo de consolidação do capitalismo neoliberal ocorre nos anos 1990, vindo a sofrer algumas alterações e reformas importantes nas décadas seguintes. Disso podemos depreender a ideia de que, na formação social brasileira, na década de 1990, as funções da hegemonia política e ideológica concentravam-se numa única e mesma fração: a burguesia associada ligada à atividade bancária e financeira; já no período seguinte se produz um processo de dissociação dessas funções de hegemonia, o que permitiu à burguesia

⁸ Não temos condições de adentrar aqui na discussão sobre o conceito de cena política, pois isso nos desvirtuaria do foco de análise sobre a hegemonia política. No entanto, julgamos necessário apresentar uma caracterização sumária desse conceito. Nas obras históricas, Marx (1977a; 1977b) concebe a cena política como lugar marcado por disputas entre correntes e partidos políticos que entram em conflito entre si ou se distinguem, não por uma “questão de princípio” ou pela doutrina política que defendem, mas fundamentalmente pelas diferentes condições materiais de vida das classes e frações de classe que representam. Assim sendo, a cena política é compreendida como um lugar onde se desenvolve a ação política das correntes e partidos políticos que representam os interesses de classes e frações de classe, ainda que tais correntes e partidos não os declarem abertamente. Analisando esses textos históricos, Boito Jr. (2007) salienta que a cena política não só oculta ou dissimula interesses e conflitos de classe, como também os representa e os articula. Acrescenta ainda que a ocultação desses interesses existe na cena política em decorrência dos efeitos produzidos pelo caráter aparentemente universalista e igualitarista do Estado burguês sobre a ação dos partidos – o que os leva a adotar o “anonimato de classe” como princípio de ação política. Depreende-se disso, portanto, que a cena política é simultaneamente: a) um espaço de dissimulação de interesses de classe, pois é impregnada pelo caráter aparentemente universalista e igualitarista do Estado burguês; b) um espaço que reflete os interesses de classes, visto que é nesse espaço que se travam as disputas políticas entre os partidos políticos que representam as condições materiais de existência de classes e frações de classe; c) um espaço que coordena e organiza os interesses e conflitos de classe, uma vez que é um lugar que delimita a área de atuação das classes e frações de classe em luta.

associada manter-se na condição de fração hegemônica do bloco no poder mas, simultaneamente, fazendo algumas concessões à grande burguesia interna ligada principalmente à atividade produtiva. Sem colocar em xeque a hegemonia política da burguesia associada ao imperialismo, a grande burguesia interna passou a acomodar seus interesses nas zonas de menor tensão com o imperialismo e com a fração bancário-financeira.⁹

Dito de outra maneira, a implementação da política neoliberal ortodoxa nos anos 1990 – pautada em três eixos fundamentais: redução de direitos sociais e trabalhistas, privatização de empresas e serviços e abertura econômica (comercial e financeira) – garantiu à burguesia associada a posição de fração hegemônica do bloco no poder, na medida em que essa fração burguesa se projetou como a principal beneficiária dessa política;¹⁰ por sua vez, as vitórias eleitorais de candidaturas alinhadas ao programa neoliberal, o recuo político e a “recentragem”¹¹

⁹ Empregamos os conceitos de burguesia associada e burguesia interna para designar, respectivamente, uma fração de classe que não possui contradições com o capital estrangeiro, vindo a se integrar a ele, e uma fração de classe que oscila entre a dependência e a contradição com o capital estrangeiro. Foi Poulantzas (1974, 1975) que formulou originalmente essa distinção, identificando a burguesia interna como uma fração que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia compradora ou associada e a burguesia nacional. Nos estudos sobre o Brasil, uma das primeiras análises a operar com uma definição próxima a de Poulantzas foi a de Gorender (1981). Mais recentemente os trabalhos de Saes (2007, 2014), Boito Jr. (2007, 2012), Berringer (2015), Farias (2010) e Martuscelli (2015) retomaram essa discussão. Desenvolvemos uma reflexão crítica sobre o conceito de burguesia interna no capítulo “Alcance e limites do conceito poulantziano de burguesia interna” deste livro.

¹⁰ De maneira criativa, Boito Jr. (1999) empregou a metáfora dos círculos concêntricos para analisar a fração hegemônica e o bloco no poder neoliberal. Nesse sentido, o círculo maior compreenderia a unidade política do conjunto da burguesia e expressaria justamente o eixo da redução dos custos com a reprodução da força de trabalho; num círculo intermediário, se situariam as frações do grande capital nacional e internacional que teriam condições de adquirir as empresas e serviços privatizados – estariam excluídos desse círculo a pequena e a média burguesias; por fim, no círculo menor, no eixo da abertura econômica, estariam representados os interesses da grande burguesia bancário–financeira internacional (a fração hegemônica) e excluídos os interesses da grande burguesia interna.

¹¹ Utilizamos o verbete francês “*recentrage*” como um neologismo em língua portuguesa para designar o deslocamento das forças de esquerda para o centro do espectro político.

dos movimentos popular e sindical, assim como a aceitação passiva da ideologia neoliberal por parte de partidos e organizações progressistas, são indicadores importantes da ascendência ideológica da burguesia associada sobre as demais classes e frações de classe. Algo distinto se passa nos 2000, quando ocorrem as vitórias eleitorais de candidaturas compromissadas com uma plataforma de governo voltada à realização de reformas no modelo de acumulação neoliberal. Aqui se produz uma dissociação das frações que exercem as funções de hegemonia. De um lado, a burguesia associada mantém-se no exercício da hegemonia política; de outro, é a grande burguesia interna que passa a exercer a hegemonia ideológica, procurando contemplar de modo mais ampliado seus interesses, sem substituir a fração hegemônica do bloco no poder, e formando com setores dos trabalhadores organizados e desorganizados uma espécie de frente política, que substitui a defesa do Estado mínimo e a apologia do mercado pela ideia de articulação entre Estado e iniciativa privada e pela aposta num modelo de desenvolvimento que não está mais ancorado no aumento das importações e na realização de um amplo programa de privatizações, e sim na defesa das exportações e de políticas de concessões às empresas privadas. No plano das políticas sociais, o discurso favorável à redução de direitos sociais e trabalhistas foi moderado, ganhando maior projeção as políticas sociais de governo que, no entanto, não asseguraram os interesses dos trabalhadores do ponto de vista da consolidação de direitos constitucionais, ficando assim a contemplação de tais interesses vulneráveis às mudanças de natureza conjuntural.

Esse exemplo do caso brasileiro é importante, porque nos permite observar que, a depender da conjuntura e da correlação de forças, as funções de hegemonia política e hegemonia ideológica podem se concentrar ou não numa única fração. Não há, portanto, relação de identidade necessária entre hegemonia política e hegemonia ideológica. Com isso, não queremos sugerir o emprego de uma visão formalista sobre a distinção entre hegemonia política e hegemonia ideológica, o que nos induziria a conceber tal distinção como uma fotografia, como

uma separação absoluta, e nos impediria de entrever os aspectos dinâmicos desse processo de constituição da hegemonia em seu duplo sentido. Ou ainda, o exercício de uma das funções de hegemonia jamais exclui completamente as demais frações do bloco no poder dos sistemas de dominação política ou ideológica. Na verdade, insere parte delas numa situação subordinada em tais sistemas, de modo que se pode demarcar a existência de frações hegemônicas dominantes e frações subordinadas dominantes. Somente a “análise concreta da situação concreta” possibilita ao analista da conjuntura situar objetivamente os aspectos dinâmicos desse conjunto de relações entre frações de classe que integram determinado polo de dominação político ou ideológico. Passemos ao ponto central de nossa análise.

Indicadores para aferir hegemonia de uma classe ou fração de classe no bloco no poder

O debate sobre a hegemonia em suas diferentes dimensões está distante de ser consensual ou mesmo central nas interpretações de inspiração marxista. Em muitas análises marxistas ou próximas dessa tradição teórica, outras noções têm sido mobilizadas para compreender os processos políticos e as disputas pelo poder nas diferentes formações sociais. Duas dessas noções têm ganhado destaque na conjuntura mais recente, a saber: as noções de conciliação de classe e de arbitragem.

Conciliação de classe e arbitragem como obstáculos epistemológicos

A noção de conciliação de classe tem sido difundida tanto por intelectuais como por organizações ou agrupamentos socialistas influenciados principalmente pelas tradições trotskista e autonomista. Seu emprego vem sendo realizado para caracterizar os governos trabalhistas, social-democratas ou social-liberais, ou seja, governos reformistas com

vínculos históricos com setores do movimento popular e sindical. Tal noção designa principalmente a falta de compromisso desses governos com a execução de políticas que efetivamente representariam os interesses dos trabalhadores, ou seja, esses governos lograriam apenas implementar políticas funcionais para a reprodução da ordem social vigente e, portanto, não colocariam em risco a dominação de classe.

Nesses termos, a noção de conciliação de classe cumpre muito mais um papel de denúncia do que de explicação objetiva das políticas econômicas implementadas por esses governos.¹² Ou melhor, trata-se uma “noção-denúncia” que está voltada a cobrar a aplicação de políticas que poderiam contribuir para a construção do socialismo e colocar em xeque a própria lógica de reprodução da dominação burguesa. Conectada à sua dimensão denunciante está justamente a sua fragilidade teórica, pois não logra dar nenhuma resposta satisfatória à seguinte pergunta: quais governos ou Estados dignos desses nomes não conciliam classes? Ainda que se tangencie a questão formulada e se considere a existência de várias modalidades de conciliação de classe, o problema teórico não está resolvido, visto que a própria ideia de conciliação parece dar pouca importância às contradições internas ao bloco no poder e ao papel do Estado de hierarquizar os diferentes interesses de classe em disputa, aspecto, aliás, que vem sendo colocado em evidência pelos debates sobre a hegemonia. Assim sendo, a noção de conciliação de classes só pode ser caracterizada como um obstáculo epistemológico para a análise dos processos políticos.

Outras análises têm dado centralidade à ideia de arbitragem.¹³

¹² É importante ressaltar que a ideia de conciliação de classe quase sempre vem acompanhada de outras categorias, como cooptação e direções (ou governos) traidores que estão bem distantes de contribuir para uma análise objetiva da luta de classes.

¹³ A noção de arbitragem vem sendo aplicada nos estudos sobre o kirchnerismo e o lulismo. No Brasil, a principal referência dessa abordagem é o livro de Singer (2012); já na Argentina são as obras de Bonnet (2015) e Piva (2015). A despeito de divergirmos teoricamente desses autores quanto ao emprego da noção de arbitragem, não podemos deixar de reconhecer nesses trabalhos a importante contribuição que têm ofere-

Nessa perspectiva, o Estado ou o governo aparece como um árbitro diante das classes e frações de classe. Trata-se de um modelo explicativo que funda sua análise, mesmo que não intencionalmente, na teoria pluralista, para a qual o poder estaria supostamente difuso na sociedade, cabendo assim ao Estado ou ao governo arbitrar entre os diferentes poderes constituídos na sociedade. Ainda que reconheça a existência de classes dominantes e subalternas, as análises focadas na ideia de arbitragem parecem operar com o pressuposto de que as diferentes classes e frações competem pelo poder na sociedade em condições de igualdade, ou seja, numa espécie de “competição perfeita”.¹⁴ Nessa perspectiva, o poder não se encontra concentrado em nenhum lugar, e o Estado não hierarquiza interesses, mas arbitra entre os diferentes interesses em disputa. Consideramos, portanto, teoricamente inviável a tentativa de compatibilizar a noção de arbitragem com a problemática marxista do Estado e do bloco no poder.

Embora a noção de arbitragem não se configure como uma noção-denúncia, ela pode ser considerada uma forma de manifestação da própria ideologia governamental capitalista. No capitalismo, a ideologia governamental expressa-se por meio da difusão da ideia de que o governo representa os interesses universais em detrimento dos interesses privados de grupos ou classes específicas. A não monopolização dos cargos da burocracia de Estado pelos membros da classe dominante é a garantia básica para a reprodução dessa ideologia, permitindo aos governos capitalistas se apresentarem como “governo de todos” quando, na prática, são governos que representam poderosos interesses particulares de classe. Portanto, ao empregarem a noção de arbitragem, os analistas dos processos políticos incorrem no erro, mesmo sem terem essa pretensão, de ocultar ou secundarizar o caráter imperfeito da competição entre as diferentes classes e frações de classe na disputa pelo poder político. Tudo se passa como se o Estado implementasse a sua

cido para pensar essas duas formações sociais a partir de uma explicação fundada na “grande política” – para fazermos uso de uma expressão de Gramsci.

¹⁴ Fazemos alusão aqui à conhecida crítica de Miliband (1982) à teoria pluralista.

política num vazio social ou, na melhor das hipóteses, numa disputa marcada por forças simétricas e em condições iguais de luta.

Por entender que a análise da hegemonia política não se confunde com uma mera denúncia de governos de base trabalhista que não lograram realizar a transição ao socialismo, nem com uma espécie de autorretrato desses mesmos governos (ou dos governos capitalistas em geral), somos conduzidos a rechaçar o emprego das noções de conciliação de classe e de arbitragem e a concebê-las como obstáculos epistemológicos.

Hegemonia política e bloco no poder

Na obra *Pouvoir politique et classes sociales*, Nicos Poulantzas elaborou de modo original o conceito de bloco no poder para designar uma unidade contraditória dos interesses gerais das classes dominantes sob a dominância ou hegemonia de uma classe ou fração de classe. Em sua visão, o Estado capitalista cumpre simultaneamente o papel de unificar os interesses políticos das classes dominantes e de frustrar de modo regular qualquer intento de ação revolucionária. Faz isso, portanto, excluindo os trabalhadores do bloco no poder e atendendo desigualmente aos interesses das diferentes frações dominantes.¹⁵ Assim, nessa unidade contraditória que Poulantzas chama de bloco no poder, uma classe ou fração de classe tenderá a ter seus interesses priorizados. É justamente essa classe ou fração que exercerá a hegemonia política no bloco no poder. Em outro momento, Poulantzas observa que a constatação do ramo dominante do aparelho de Estado permite a

¹⁵ A hegemonia política pode assumir um caráter composto e definir-se a partir de um entrecruzamento de frações, combinando, assim, uma diferenciação interna em termos de escala do capital (grande, médio e pequeno), de função do capital (industrial, comercial e bancário) e de posição no sistema econômico capitalista internacional (burguesia associada, burguesia nacional e burguesia interna). Tais possibilidades de diferenciação e entrecruzamento de fração permitem-nos romper com certa visão essencialista das classes dominantes, vistas como um todo monolítico e homogêneo que sempre estaria ocupando o lugar de classe hegemônica. Sobre esse assunto, ver Saes (2014); Farias (2009).

caracterização da fração hegemônica, já que “o ramo ou aparato que domina é, em regra, aquele que constitui a sede do poder da classe ou fração hegemônica” (Poulantzas, 1973, p. 38). Nesse sentido, o deslocamento da hegemonia estaria também associado a mudanças e deslocamentos das sedes de poder no aparelho de Estado.

No entanto, a despeito dessa formulação geral sobre o conceito de fração hegemônica que corresponde justamente à hegemonia *em sentido estrito* – a hegemonia política de uma fração dominante sobre as demais frações dominantes –, Poulantzas não nos apresenta de maneira clara e satisfatória um indicador ou critério que permita identificar essa fração hegemônica. Foi Décio Saes, na obra *República do capital*, quem procurou avançar no sentido de propor um critério que permitisse detectar a preponderância política de uma fração de classe do bloco no poder. Para ele, esse indicador é justamente a

repercussão objetiva da ação estatal no *sistema de posições relativas* de que participam classes dominantes e frações de classe dominantes. Pode-se, nessa medida, sustentar que detém a hegemonia no seio do bloco no poder a classe ou fração cujos interesses são prioritariamente contemplados pela política econômica e social de Estado (a ação estatal de contenção da revolução social não servindo como indicador de hegemonia, pelo fato de corresponder ao interesse político geral do bloco no poder) (Saes, 2001, p. 51).

Para Saes (2001), é a política de Estado ou, mais especificamente, a política econômica o critério fundamental para identificar a hegemonia política no bloco no poder. Assim sendo, o conceito de hegemonia política não coincide com a preponderância econômica de uma classe ou fração, que poderia ser aferida em termos contábeis pelo cálculo das taxas ou massas de lucro ou pela participação dos setores econômicos no PIB etc. Ou melhor, nem sempre a fração de classe que detém a preponderância econômica é aquela que exerce a hegemonia política.¹⁶

¹⁶ Uma evidência dessa dissociação encontra-se na análise de Basualdo (2011) sobre o caso argentino.

Conquanto a indicação da política econômica como critério prioritário traga ganhos significativos para a análise da hegemonia no seio do bloco no poder, ou ainda, para a identificação da fração de classe que tem seus interesses econômicos priorizados pela política estatal, consideramos que esse critério não é suficiente, isto é, não pode ser tomado como critério exclusivo para aferir a hegemonia de uma fração de classe no bloco no poder, merecendo ser, portanto, complementado por outros indicadores. Essa observação se faz necessária, pois a política econômica corresponde ao “*output estatal*”, e enquanto tal “*reflete a relação de forças entre as frações dominantes*” (Perissinotto, 1994, p. 27, grifos do autor).

Isso nos remete aos debates acerca das faces do poder – decisional e não decisional – que animaram a ciência política estadunidense a partir do final dos anos 1950 e idos dos anos 1960, especialmente as teses postuladas por Bachrach e Baratz (1962, 1963). Para esses autores, o exercício do poder não abrange apenas a face visível do poder, ou seja, a participação de indivíduos ou grupos na tomada de decisões concretas, tal como postulava Dahl (1958),¹⁷ mas também abarca as não decisões (a face invisível do poder). Essa outra face do poder diz respeito à capacidade de determinados indivíduos ou grupos de restringir os temas que são alvo de deliberação por meio da “*mobilização de inclinações*” (*mobilization of bias*) de valores sociais e políticos, evitando-se, com isso, o debate e a decisão sobre questões que podem contrariar ou ferir seus interesses.

Com as devidas ponderações e retificações, e procurando traduzir esse debate teoricamente nos termos da problemática marxista da hegemonia política e das frações de classe, é possível afirmar que a política econômica enquanto “*output estatal*” reflete apenas a face

¹⁷ Não queremos sugerir com essa referência que as análises de Dahl e Saes integrem uma mesma problemática teórica, mas apenas apontar para o fato de que ambas dão centralidade às decisões concretas, seja para indicar os indivíduos e grupos que participam do processo de tomada de decisões, no primeiro caso, seja para identificar quais interesses de classes são priorizados pela política de Estado, no segundo caso.

decisional da hegemonia política. Em concordância com Perissinotto (1994), consideramos que a análise da hegemonia política implica não apenas o exame do “resultado” da luta política travada no interior do bloco no poder, mas também do “desenrolar” desta luta, isto é, o exame do “processo de formulação da política econômica”, da “constituição da hegemonia”. Portanto, consideramos importante englobar, na caracterização da hegemonia política, os elementos decisoriais e não decisoriais da política econômica de Estado.¹⁸ Não se trata de operar apenas com um expediente analítico complementar que cumpra o papel de verificar se há alguma relação de correspondência entre os elementos decisoriais e não decisoriais da política econômica de Estado, mas de empregar a utilização de ambos os indicadores no processo de aferição da hegemonia política.

Consideramos que a hegemonia política não se refere apenas ao resultado daquilo que foi decidido (o “output estatal”). Para identificar os interesses politicamente priorizados é preciso levar em consideração também a capacidade que possuem as classes e frações dominantes de intervir no processo de elaboração da política econômica, impedindo que temas que contrariem seus interesses sejam levados à deliberação ou mesmo ao debate público. Isso implica considerar que a fração hegemônica do bloco no poder constitui-se simultaneamente como um elemento passivo e ativo do processo de constituição da hegemonia. É elemento passivo na medida em que essa fração é constituída pela política econômica implementada; é elemento ativo, na medida em que essa fração possui a capacidade de intervir no processo de elaboração da política econômica de modo a dar sustentação aos seus interesses e/ou resistir à tomada de decisões de política econômica

¹⁸ Com isso, queremos sustentar que o Estado burguês abrange uma espécie de divisão do trabalho, de modo que os ramos executores da política econômica estão inclinados prioritariamente a garantir a reprodução da acumulação de capital, tornando-se um objeto de luta política entre as frações que integram o bloco no poder, enquanto os ramos executores da política social estão prioritariamente voltados para garantir as condições de reprodução da força de trabalho, abarcando assim propriamente a relação entre classes dominantes e classes dominadas. Isso nos remete à problemática do “Estado dual” formulada por Saunders (1989) e ratificada por Saes (2001).

que prejudiquem seus interesses ou mesmo coloquem em risco a sua posição hegemônica. Assim, a análise da hegemonia política implica não só o exame dos resultados da luta política em torno da política econômica, como também das iniciativas das próprias frações de classe dominante no processo de elaboração dessa política. Tal análise não se opera apenas como uma via de mão única – na qual só importa observar como a política econômica incide sobre a formação da fração hegemônica –, é preciso observar também o papel que cumprem as lutas políticas das frações dominantes sobre o processo decisório.

Ocorre que essa capacidade de intervenção no processo de elaboração da política econômica não está fundada numa dimensão puramente subjetiva do comportamento das classes e frações de classe. As iniciativas tomadas por parte dessas classes e frações de classe estão alicerçadas em condicionamentos objetivos: trata-se de um ativismo político condicionado, ou ainda, de uma prática política historicamente constituída. Quando consideramos a dimensão não decisional desse processo, queremos salientar o fato de que há condicionamentos objetivos que influem no comportamento das diferentes classes e frações dominantes, engendrando capacidades assimétricas de intervenção política numa dada conjuntura histórica. Entre tais condicionamentos, destacamos: *a formação e a estrutura de classes de uma formação social* (o que diz respeito à natureza da revolução burguesa e sua evolução histórica);¹⁹ *o lugar ocupado pela formação social na divisão internacional do trabalho* – dependente, semicolonial, imperialista etc. (nas formações sociais dependentes, a capacidade de luta das frações dominantes locais é muito mais restrita quando comparada à praticada pelas classes dominantes dos países imperialistas);²⁰ *o grau de concentração, centralização e estrangeirização da economia* (tendencialmente, a execução da política econômica em países com forte presença de monopólios nacionais e estrangeiros sofre sérias restrições decorrentes da pressão/chantagem política desses agrupamentos); *a forma de Estado* – liberal

¹⁹ Questão abordada por Basualdo (2007) para o caso argentino.

²⁰ Esse aspecto foi salientado por O'Donnell (1978).

ou intervencionista (no primeiro caso, tendem a se melhor posicionar politicamente as frações que funcionam como uma espécie de correia de transmissão dos capitais forâneos; no segundo caso, tende a ocorrer uma convergência mais profunda de interesses entre as frações dominantes locais com segmentos da burocracia de Estado); o *tipo de desenvolvimento econômico* – se voltado para o mercado interno ou para o mercado externo; o *arranjo dos centros de poder existentes no aparelho de Estado* (predomínio do Executivo ou do Parlamento, o que implica menor ou maior abertura para a participação das diferentes classes nos processos decisórios principais).

Esses fatores refletem relações de força consolidadas no médio e longo prazos e sua combinação influi no processo de elaboração e execução da política econômica. Portanto, há condicionamentos objetivos que criam assimetrias em termos de “mobilizações de inclinações” de valores sociais e políticos, colocando em situação de vantagem, na luta política, certas classes e frações de classe dominantes que possuem a capacidade de impedir a politização e a deliberação sobre determinados temas. Ou ainda, a luta pela hegemonia no bloco no poder jamais é realizada por classes e frações dominantes com as mesmas condições e capacidades de intervir politicamente para fazer valer seus interesses.

O caso da conjuntura brasileira mais recente dos governos petistas nos ajuda a explicar como a fração hegemônica logrou manter os valores do “rentismo” ou do “financismo” como orientação fundamental da política econômica, vindo a condicionar e a limitar a sua execução, ainda que abrindo a possibilidade de acomodar interesses de frações dominantes que vinham sendo alijados politicamente na década anterior. A inviolabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, promulgada em 1999; a não aprovação de matérias previstas na Constituição de 1988, como o imposto sobre grandes fortunas e a regulamentação do sistema financeiro nacional (por exemplo, artigo 192); a aplicação ininterrupta do tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário); a preservação de uma estrutura tributária

regressiva; a prioridade dada à rolagem e ao pagamento da dívida pública; o insulamento decisório de instituições como o Banco Central e o Ministério da Fazenda; a adesão a um modelo de desenvolvimento voltado principalmente para a exportação de mercadorias de baixo valor agregado; entre outros aspectos, podem ser concebidos como exemplos flagrantes dos obstáculos políticos existentes à superação das assimetrias de poder existentes entre a fração hegemônica e as frações subordinadas do bloco no poder.

Por fim, é preciso não confundir as mudanças ocorridas no âmbito da cena política, que designam a formação das frações reinantes, com aquelas que se dão no seio do bloco no poder, as quais se referem à constituição da fração hegemônica. É o próprio Poulantzas (1973, p. 34) que chama a atenção para o fato de que, no caso do New Deal, “a posição de fração reinante ocupada pela média burguesia mascarou muitas vezes o fato de que este reinado encobria hegemonia política do grande capital [...]”. Talvez o mesmo exercício de análise poderia ser aplicado à conjuntura dos governos petistas no Brasil, já que a posição de fração reinante da grande burguesia interna encobriu, de certa maneira, a hegemonia política da grande burguesia bancário-financeira. Em decorrência disso, só podemos concluir que os critérios empregados para aferição da hegemonia política (bloco no poder) e da fração reinante (cena política) não podem coincidir, pois se referem a dimensões políticas e a temporalidades distintas. Nos limites do processo de reprodução social, uma mudança de governo não redundava necessariamente em transformações profundas no bloco no poder.

Em suma...

Não teríamos aqui a pretensão de indicar os desdobramentos de todos esses fatores objetivos que condicionam a prática política das frações dominantes, mas é importante sinalizá-los para demonstrar que a elaboração e a execução da política econômica não se dão num vazio

social; antes ocorrem num espaço no qual as assimetrias de poder foram historicamente construídas e alicerçadas, fazendo com que o aspecto mais dinâmico da política econômica seja a todo tempo condicionado e limitado por relações de força existentes entre as frações dominantes num médio e longo prazos. Aqui, justamente reside o aspecto das não decisões que garante certa estabilidade para a execução da política econômica, justamente porque “mobiliza inclinações” políticas e sociais antes mesmo de a decisão ser tomada.

Em termos gerais, é possível dizer que a aferição da hegemonia no bloco no poder – hegemonia política ou hegemonia *em sentido estrito* – precisa levar em consideração os aspectos decisoriais e não decisoriais da política econômica. É a partir do exame dos efeitos e da correspondência entre tais aspectos sobre o processo político que o analista da conjuntura estará em condições de indicar, com mais precisão, quais frações de classe têm seus interesses priorizados num dado momento histórico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JR., Edilson Montrose. **Interesses da fração bancário-financeira no Congresso Nacional (2003-2015)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado) – Ciências Sociais, PUC-SP, 2015.

ANDERSON, Perry. The antinomies of Antonio Gramsci. **New Left Review**, 1/100, 1976.

BALIBAR, Étienne. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, Louis et al. **Ler O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. v. 2.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Decisions and nondecisions: an analytical framework. **The American Political Science Review**, v. 57, n. 3, 1963.

_____. Two faces of power. **The American Political Science Review**, v. 56, n. 4, 1962.

BASUALDO, Eduardo. La pugna social para definir el tipo de hegemonia política y un nuevo patrón de acumulación de capital (de 2002 a la actualidad) In: **Sistema político y modelo de acumulación**: tres ensaios sobre la Argentina actual. Buenos Aires: Atuel, 2011.

_____. Concepto de patrón o régimen de acumulación y conformación estructural de la economía. Área de Economía y Tecnología de la Flacso, Documento n. 1, marzo 2007.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.

BETTELHEIM, Charles. La dialéctica en Mao. **Pasado y Presente**, n. 1, ano IV, 1973.

BOITO JR., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. A nova fase do capitalismo neoliberal no Brasil e a sua inserção no quadro político da América Latina In: ALIAGA, Luciana et al. (Org.). **Marxismo**: teoria, história e política. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista: a análise de Marx. In: **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BONNET, Alberto. **La insurrección como restauración**. El kirchnerismo. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DAHL, Robert. A critique of the ruling-elite model. **The American Political Science Review**, v. 52, n. 2, 1958.

DIAS, Rodolfo Palazzo. **Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula**. Campinas: Dissertação (Mestrado) –

Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas,
Campinas, 2012.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)**. Campinas: Tese (Doutorado) – Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

_____. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, n. 28, 2009.

FONTANA, Benedetto. **Hegemony and Power: On the relation between Gramsci and Machiavelli**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 3.

_____. Caderno 25: Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos). In: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 3.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: Ed. CRV, 2015.

_____. **Sobre o conceito marxista de crise política** (nesta coletânea).

_____. Poulantzas e o conceito de burguesia interna (nesta coletânea).

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Ed. Sociais, 1977a. v. III.

_____. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Sociais, 1977b. v. III.

MILIBAND, Ralph. A competição imperfeita In: *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

O'DONNELL, Guillermo. Notas para el estudio de la burguesia local, con especial referencia a sus vinculaciones com el capital transnacional y el aparato estatal. **Estudios Sociales**, n.12, 1978.

PERISSINOTTO, Renato M. Introdução In: **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.

PIVA, Adrián. **Economía y política en la Argentina Kirchnerista**. Buenos Aires: Editorial Batalla de Ideas, 2015.

POULANTZAS, Nicos. **La crise des dictatures**: Portugal, Grèce, Espagne. Paris: François Maspero, 1975.

_____. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui**. Paris: Maspero, 1974.

_____. As classes sociais. **Estudos Cebrap**, n. 3, 1973.

_____. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: Librairie François Maspero, 1968.

SAES, Décio. As frações da classe dominante no capitalismo – notas teóricas In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Org.). **Políticas sociais e desenvolvimento**: América Latina e Brasil. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Considerações sobre a análise dos sistemas de classes. In: BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, n. 07, 1998a.

_____. O conceito de Estado burguês. In: **Estado e democracia**: ensaios teóricos (Coleção Trajetória 1). Campinas: IFCH-Unicamp, 1998b.

_____. Marxismo e história. **Crítica Marxista**, n. 1, 1994.

SALVADORI, Massimo. Gramsci e o PCI: duas concepções da hegemonia. **Crítica Marxista**, n. 35, 2012.

SAUNDERS, Peter. **Social theory and urban question**. 2. ed. London/ New York: Routledge, 1989.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **Análise marxista e sociedade de transição**. Campinas: Unicamp, 2005.

5

CENA POLÍTICA, FRAÇÃO REINANTE E HEGEMONIA IDEOLÓGICA

Publicada em 1968, a obra *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*, de Nicos Poulantzas, transformou-se num grande divisor de águas para a teoria marxista do Estado e para a ciência política em geral. Influenciado pelas contribuições do filósofo Louis Althusser e de seu grupo, presentes nas obras *Pour Marx* e *Lire Le Capital*, especialmente as que concernem à crítica ao economicismo e ao humanismo teórico e à compreensão do marxismo como uma teoria científica da história, Poulantzas engajou-se no processo de elaboração de uma teoria regional do político do modo de produção capitalista. É daí que advém justamente a definição original de Estado capitalista como estrutura jurídico-política que seria composta por um direito igualitário, que reconhece formalmente os proprietários e os não proprietários dos meios de produção como sujeitos de direito e iguais perante a lei, e por uma burocracia formalmente aberta a todas as classes, o que implica a não monopolização das tarefas do Estado pelos membros das classes dominantes.

Cabe observar, no entanto, que as contribuições de Poulantzas para esse empreendimento teórico não se limitaram ao exame dos aspectos jurídicos e políticos invariantes do modo de produção capitalista. A partir de um amplo exame das contribuições da ciência política e da sociologia política e dos escritos teóricos e políticos de Marx, Engels,

Lênin, Gramsci e Mao, Poulantzas procurou formular uma série de conceitos e noções fundamentais para a análise dos processos políticos nas formações sociais capitalistas. É aqui que ganha relevância os conceitos de forma de Estado e forma de regime, bloco no poder e cena política, classe ou fração hegemônica, classe ou fração reinante, classe detentora do aparelho de Estado, classe aliada, classe apoio entre outros.

Com o objetivo de debater o alcance e os limites teóricos contidos na formulação desses conceitos e noções para a análise dos processos políticos, propomo-nos neste capítulo a concentrar nossa reflexão no debate sobre o conceito de classe ou fração reinante, que está vinculado ao âmbito da cena política. Dos conceitos formulados por Poulantzas que podem ser mais claramente aproveitados para a análise de conjuntura, o conceito de classe ou fração reinante foi um dos menos aproveitados pelos estudos inspirados em sua obra, vindo a sofrer até mesmo retificações, como veremos, nos escritos ulteriores deste autor, especialmente no livro *Fascisme et dictature* e no artigo *Les classes sociales*, textos em que a expressão classe ou fração reinante é nitidamente nomeada e incorporada à análise. A despeito do insucesso desse conceito, consideramos importante o seu reexame, tendo em vista as possibilidades de operacionalização que ele enseja para a análise da conjuntura nas formações sociais capitalistas, constituindo-se, assim, como uma das peças fundamentais daquilo que Lênin denominou de “alma viva do marxismo”: a “análise concreta da situação concreta”.

Para tratar desse objeto de análise, dividiremos o presente capítulo em três partes principais. Na primeira parte, procuraremos apresentar as características gerais do conceito de classe ou fração reinante, tal como expostas em sua elaboração original, bem como em suas retificações e mutações ulteriores. Na segunda parte, realizaremos uma avaliação crítica dessa definição, tal como ela aparece em Poulantzas. Nesse caso, teremos que nos remeter criticamente também ao conceito de cena política empregado por ele. Por fim, indicaremos algumas possibilidades de operacionalização do conceito de classe ou

fração reinante na análise dos processos políticos nas formações sociais capitalistas, procurando evidenciar como ele pode ser incorporado à pesquisa sobre a dominação ideológica de classe ou fração de classe numa dada conjuntura histórica.

Classe ou fração reinante: características gerais do conceito

De acordo com Poulantzas, na elaboração de uma periodização política das formações sociais, é possível distinguir dois níveis distintos, a saber: uma periodização geral, que, no âmbito das estruturas, reporta-se ao conceito de forma de Estado e que, no nível das práticas políticas, recobre o conceito de bloco no poder; e uma periodização específica, que, no âmbito das estruturas, corresponde ao conceito de forma de regime e que, no nível das lutas políticas de classe, abrange a representação partidária das classes sociais e as relações entre as organizações e os partidos políticos. O “espaço particular”, em que se situa a segunda periodização e no qual se desenrola “a defasagem entre o campo de práticas políticas de classe – bloco no poder – por um lado, em uma forma de Estado, e por outro, sua representação por partidos em uma forma de regime”, é designado por Marx pelo conceito de cena política ou de ação aberta ou declarada das classes (Poulantzas, 1968, p. 255).¹

É importante observar o significado dessa defasagem entre prática política e cena política para que se possa entender o alcance analítico das duas modalidades de periodização política as quais podem ser empregadas para compreender as contradições e seus deslocamentos em uma dada conjuntura concreta. Primeiramente, é preciso salientar, como faz Poulantzas (1968, p. 263), que:

¹ Voltaremos mais adiante à discussão sobre o conceito de cena política, já que é possível identificar diferenças entre Marx e Poulantzas e, que esse conceito é importante para debater a questão da classe ou fração reinante.

O bloco no poder de um estágio estabelece os limites das diversas relações partidárias que marcam o ritmo desse estágio na cena política: essas relações correspondem a uma forma de regime, ela própria situada dentro dos limites estabelecidos pela forma de Estado correspondente ao bloco no poder. O bloco no poder, e as relações que determina entre as classes e frações dominantes, serve assim para localizar e decifrar a significação real (de classe) das relações propriamente partidárias no interior de um estágio, para decifrar, então, sua defasagem com as relações políticas de classe.

O que está presente, nesse excerto, é justamente a ideia de que não podemos reduzir pura e simplesmente as relações de classes às relações partidárias. Isto nos conduz a uma observação acerca do significado dessa defasagem, ou seja, à consideração de que, no terreno da análise das classes sociais, é necessário diferenciar a presença ou ausência das classes ou frações de classe no bloco no poder e na cena política, uma vez que uma classe ou fração de classe pode estar ausente na cena política e continuar existindo no bloco no poder, o que leva Poulantzas a discorrer sobre a necessidade de identificar a existência de uma distinção entre o conceito de classe ou fração hegemônica, o qual está relacionado à posição dominante que uma determinada classe ou fração de classe ocupa no bloco no poder, e o conceito de classe e fração reinante, que se refere à classe ou fração de classe cujo partido político ocupa um lugar dominante na cena política.

É importante ressaltar, como observa Poulantzas (1968), que a classe ou fração hegemônica do bloco no poder não corresponde necessariamente à classe detentora do aparelho de Estado, em que se recrutam os membros da alta cúpula do Estado. Ou melhor, a classe só se configura como dominante se seu interesse político geral for garantido pelo Estado. Como já afirmamos, o conceito de classe ou fração hegemônica também se distingue do conceito de classe ou fração reinante. Ou seja, Poulantzas distingue, aqui, o lugar do campo das práticas políticas do campo da cena política. Assim, mudanças no

interior do bloco no poder não produzem efeitos necessariamente sobre a cena política. Do mesmo modo, mudanças no sistema partidário podem não interferir na dinâmica das relações de classe que constituem o bloco no poder. Ou, como salienta Saes (1994, p. 18), “a classe reinante não coincide, necessariamente com a classe dominante. Mas isso não significa [...] que tal classe se constitua em elite detentora do poder político, separado este do poder econômico exercido pelas classes proprietárias”. Concebendo o Estado burguês como o organizador da luta política da burguesia, em geral, e da hegemonia política de uma determinada fração burguesa, em particular, pode-se concluir que a classe ou fração hegemônica não necessita de um partido político para exercer sua hegemonia em determinada formação social.

Do que dissemos acima, é possível resumir algumas considerações sobre o conceito de classe ou fração reinante presente na obra *Pouvoir politique et classes dominantes de l'état capitaliste*: 1) tal conceito diz respeito à cena política e à forma de regime, ou seja, designa a representação partidária. É, portanto, concebida como reinante a classe ou fração de classe “cujos partidos políticos estão presentes nos lugares dominantes da cena política” (Ibid., p. 270); 2) distingue-se do conceito de fração hegemônica por não corresponder ao exercício da hegemonia política no bloco no poder. Poulantzas observa, aqui, que uma mesma classe pode ser hegemônica sem ser reinante, podendo estar ausente na cena política; 3) pode não fazer parte do bloco no poder: “uma classe que tem simplesmente o estatuto de classe aliada a esse bloco pode, durante um período breve, ser a classe reinante” (Ibid., p. 272)²; 4) não corresponde necessariamente à classe detentora do apare-

² O conceito de “classe aliada” designa a classe que se alia ao bloco no poder ou a uma de suas frações. As alianças de classe antes de designar sacrifícios mútuos entre as classes e frações de classe, como ocorre com as classes e frações que compõem o bloco no poder, explicita a existência de uma aliança política que pode estar associada a uma luta econômica. Por exemplo, a aliança política que pode existir entre o grande capital monopolista e setores da pequena burguesia contra a classe operária; ou, então, uma aliança econômica que se combina com uma luta política entre um e outro, traduzindo-se, assim, em disputas no plano da representação partidária, quando os interesses de frações do bloco no poder não podem conviver em harmonia com

lho, conceito que designa o recrutamento da alta cúpula estatal, o que o leva a afirmar que uma classe pode ser reinante sem ser detentora do aparelho de Estado.

Quais são os exemplos históricos apresentados por Poulantzas para indicar as defasagens entre fração reinante e fração hegemônica, de um lado, e fração reinante e fração detentora do aparelho de Estado, de outro? Na obra *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste* figuram os seguintes casos: a) fim do regime bismarckiano: a burguesia é apenas fração hegemônica; b) Grã-Bretanha pós-1832: nesse caso, frações distintas da aristocracia fundiária ocupam o papel de fração reinante (Tories) e detentora (Whigs); c) A França dos governos dos radicais da III República antes de 1914: fração financeira é hegemônica, frações financeira e industrial são detentoras e pequena e média burguesias são classe reinante; d) governos social-democratas na França: pequena burguesia exerce o papel de fração reinante e o grande capital ocupa a posição de fração hegemônica; e) New Deal rooseveltiano e governo trabalhista na Grã-Bretanha no pós-1945: defasagem entre fração hegemônica e reinante – ainda que não sejam mencionadas, no texto, quais frações cumpririam cada papel; f) Grã-Bretanha pós-1830 e Alemanha pós-Bismarck: fração detentora (aristocracia fundiária) e fração hegemônica (burguesia).

A despeito de ilustrar as defasagens acima mencionadas com esses exemplos, em nenhum momento, Poulantzas leva a cabo uma análise pormenorizada das conjunturas históricas consideradas, o que poderia lhe permitir demonstrar os indicadores que fazem com que uma classe ou fração preencha um ou outro papel e como se dá esse processo em si. Na análise do fascismo italiano e do nazismo alemão, realizada na obra *Fascisme et dictature*, Poulantzas procura explorar de um modo um pouco mais detalhado o processo de substituição de uma fração reinante por outra, embora não indique de maneira

setores da pequena burguesia num mesmo partido político, embora tenham interesses comuns em torno de determinada política econômica.

satisfatória os critérios utilizados para comprovar a tese formulada. Nessa obra, ele opera com a diferenciação de duas fases do processo de fascistização: a fase inicial (que poderíamos chamar de transição) e a fase de consolidação. Segundo ele, a pequena burguesia se estabelece como fração reinante e, gradualmente, como fração detentora do aparelho de Estado, na primeira fase, vindo a ser substituída no papel de fração reinante na fase seguinte, momento em que o grande capital passa a exercer simultaneamente o papel de fração reinante e fração hegemônica. Isso ocorre em grande medida porque, segundo ele, no processo de consolidação tanto do fascismo italiano como do nazismo alemão, os partidos são substituídos por toda uma gama de “redes paralelas ocultas” ou “paraestatais”, formadas por grupos de interesse (no caso, associações e federações patronais) e milícias privadas ou grupos paramilitares. A democracia parlamentar passa a existir apenas na aparência, pois a relação entre as classes dominantes e o Estado não se dá mais por meio dos partidos políticos, pela via da representação partidária. Há, assim, um recrudescimento do papel do aparelho de Estado, o que implica um declínio dos partidos (Poulantzas, 1970).

Assim, em *Fascisme et dictature*, Poulantzas aborda dois problemas importantes para o exame da classe ou fração reinante. Retomando ideias já esboçadas em sua obra anterior, ele sustenta que: a) apenas por um período breve uma classe aliada ao bloco no poder – a pequena burguesia, p. ex. – pode vir a exercer o papel de fração reinante; 2) a substituição de uma fração reinante por outra pode se dar mediante o declínio da própria representação partidária e o recrudescimento do aparelho de Estado amparado na ação de grupos de interesse e grupos paramilitares (Ibid.).³ O que pode se depreender da análise feita em *Fascisme et dictature* sobre a relação entre partidos e grupos de pressão e suas consequências sobre o papel que venha ocupar uma determinada classe ou fração de classe dominante ou aliada do bloco

³ Poulantzas (1968, p. 343) chegou até mesmo a salientar que os grupos de pressão não só poderiam substituir os partidos, como também poderiam exercer um papel político importante mesmo sob a predominância do legislativo.

no poder como fração reinante é que, no desenvolvimento de sua análise, Poulantzas parece elaborar um conceito mais amplo de cena política, antes limitado a caracterizar apenas a representação partidária e agora abrangendo a situação política em que ocorre o declínio da representação partidária e o reforço do aparelho de Estado diante das organizações das classes e frações de classe dominantes.

Por fim, na tentativa de observar como o conceito de classe ou fração reinante se apresenta em sua obra, é preciso mencionar que, no artigo *Les classes sociales*, publicado em 1972, Poulantzas procura dar evidência ao problema da defasagem entre fração hegemônica e fração reinante para a análise dos processos políticos, indicando algumas de suas implicações. No entanto, curiosamente, o conceito de fração reinante empregado nesse contexto não se refere mais ao conteúdo expresso nas obras anteriormente mencionadas, vindo a se confundir com o conceito de classe detentora do aparelho de Estado. Poulantzas passa a usar a expressão classe ou fração reinante para designar aquilo que antes ele denominava classe detentora. Permitam-nos fazer uma longa citação para explicitar esse ponto:

Com efeito, entende-se por classe ou fração reinante aquela na qual se recruta a “cúpula” dos aparelhos de Estado, o “pessoal político” no sentido amplo. Ora, essa classe ou fração pode se distinguir da classe ou fração hegemônica. Sobre isso, Marx nos fornece um primeiro exemplo no caso da Grã-Bretanha do fim do último século: enquanto que é a burguesia financeira, os bancos, que constitui a fração hegemônica, a “cúpula” do pessoal da administração, do exército e da diplomacia, etc., é recrutada no seio da aristocracia que ocupa assim o lugar de classe reinante. O caso pode igualmente se apresentar com a hegemonia do grande capital monopolista: frequentemente, neste caso, a “cúpula” do pessoal de Estado continua a ser recrutada no seio do médio capital, da média burguesia. Em casos excepcionais, esse pessoal político chega até mesmo ser recrutado no seio de uma classe que não faz parte do próprio bloco no poder: esse foi notadamente o caso do fascismo, no qual, sob a hegemonia do grande capital, a pequena

burguesia tornou-se a classe reinante, que forneceu, por meio do partido fascista, os quadros superiores dos aparelhos de Estado. (Poulantzas, 1972, p. 45).

É possível elencar aqui duas hipóteses que podem explicar os motivos que levaram Poulantzas a abandonar a expressão classe detentora do aparelho de Estado – que não aparece nenhuma vez neste artigo –, e a utilizar a expressão classe ou fração reinante para designar o que antes era tratado como classe detentora:

a) Poulantzas ignorou em suas obras anteriores a possibilidade de nenhuma das classes ou frações de classe lograr se constituir enquanto um agregado social, um grupo politicamente coeso, no “topo” do aparelho de Estado. Com isso, queremos dizer que sua análise parece ter naturalizado a existência ou presença da classe detentora do aparelho de Estado na conjuntura política, quando, na verdade, sua constituição real ocorreu efetivamente apenas em algumas situações históricas particulares, especialmente, naquelas de transição do feudalismo para o capitalismo, quando a aristocracia fundiária ocupava os principais cargos do aparelho de Estado, enquanto a burguesia exercia a hegemonia política – vejam-se os casos dos Whigs, na Grã-Bretanha, ou dos Junkers, na Alemanha –; ou de transição da fase do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, quando a pequena burguesia monopolizava os altos cargos do aparelho, enquanto o grande capital exercia a hegemonia política – vejam-se os casos dos partidos fascistas na Alemanha e na Itália ou dos governos social-democratas na França. Vale notar também o exagero vocabular do termo “detentora” (*tenant*, em francês), que sugere a ideia imprecisa de uma classe possuindo ou monopolizando os altos postos do aparelho de Estado;

b) o conceito de cena política de Poulantzas sempre esteve muito conectado à existência de um regime político democrático, no qual se poderia garantir um mínimo de competição partidária, de modo que se pudesse fazer referência aos partidos representantes de certas classes ou frações que ocupavam o lugar dominante na cena política – o

que deu origem ao próprio conceito de classe ou fração reinante. O problema da aplicação desse conceito surge quando nos deparamos com processos de pronunciado declínio dos partidos ou de proibição legal de suas atividades políticas, de recrudescimento do aparelho de Estado ou mesmo de inexistência do sufrágio universal; momentos em que a própria ideia de representação partidária é colocada em xeque. De alguma maneira, tais problemas podem ter levado Poulantzas a abandonar a conexão que fazia entre cena política, classe ou fração reinante e representação partidária, e a reelaborar o próprio conceito de classe ou fração reinante, que passaria a fazer referência ao recrutamento de certas classes nos altos cargos do aparelho de Estado. No entanto, aqui se apresenta um novo problema teórico – que discutiremos mais adiante – oriundo da não distinção nos altos cargos do aparelho de Estado entre os funcionários estáveis de carreira e aqueles alocados na gestão por conta da presença de uma nova coalizão de governo, que pode contar ou não com o respaldo do voto popular, se levarmos em consideração o fenômeno muito comum dos golpes de Estado na história do capitalismo.

Diante do exposto, tratemos de realizar uma avaliação crítica do conceito de classe ou fração reinante, tal qual elaborado e empregado por Poulantzas, visando indicar mais claramente seus limites de operacionalização na análise dos processos políticos das formações sociais capitalistas para, na sequência, tentar esboçar uma alternativa analítica mais adequada, mas inspirada nas teses poulantzianas, para o exame da cena política.

Cena política e classe ou fração reinante: os limites da análise poulantziana

Para tratar dos limites da análise poulantziana sobre o tema em questão, faz-se necessário primeiramente discutir o próprio conceito de cena política empregado por ele e suas consequências para a elabora-

ção do conceito de classe ou fração reinante, tendo em vista que, ao menos em suas formulações iniciais, a ideia de “reinante” se referia ao âmbito da cena política.

Na obra *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*, Poulantzas reporta-se várias vezes ao conceito de cena política. Em todas elas, se sobressai a ideia de espaço da representação partidária, ou, como ele mesmo indica em concordância com uma citação de Gramsci, a cena política é o “terreno dos partidos”. Isso fica nítido nas seguintes passagens: “lugar da representação política n[ó] Estado [capitalista]” (Ibid., p. 234); “espaço [que] contém precisamente a luta das forças sociais organizadas em partidos políticos” (Ibid., p. 267); espaço que “supõe a organização de poder de uma classe, distinta de sua prática política” (Ibid., p. 268); “lugar privilegiado, nas formações capitalistas, da ação aberta das forças sociais por meio de sua representação partidária” (Ibid., p. 268); “o lugar onde se pode identificar uma série de defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas das classes, por um lado, e sua representação partidária, os próprios partidos políticos, por outro” (Ibid., p. 268).

É importante salientar aqui que Poulantzas faz referência à cena política nas formações sociais capitalistas. Isto o leva a dar uma atenção especial à introdução do sufrágio universal que tem como pré-condição a existência do “verniz democrático” do Estado capitalista, ou seja, dos dois componentes básicos da estrutura jurídico-política capitalista: a igualdade jurídica e a burocracia formalmente aberta a todas as classes. É a partir disso que Poulantzas pode afirmar que: “[o] sufrágio [universal] precipita numerosas classes na cena política pelo fato, precisamente, de constituir [...] um dos fatores de organização de certas classes em partidos.” (Ibid., p. 268). No entanto, ainda que discuta os aspectos que configuram a cena política nas formações sociais capitalistas, Poulantzas parece descurar da existência da cena política nas formações sociais pré-capitalistas, tal como ignora a existência de um bloco no poder

nestas formações sociais,⁴ o que nos remete ao comentário de Boito Jr. (2007, p. 137-138) sobre o assunto, para quem:

O Senado Romano ou os Estados Gerais da França medieval são, como parlamentos pré-capitalistas, e seguindo as características escravista e feudal do Estado romano e do Estado francês, instituições particularistas cujos vínculos sociais são evidentes por si só. No Senado Romano, antes da criação da figura do tribuno, só entram os patrícios e nos Estados Gerais franceses só os homens livres têm assento. No entanto, as características da cena política na sociedade capitalista decorrem das características do Estado capitalista e, desse modo, a aparência universalista desse Estado, fruto do direito igualitário e da burocracia profissional formalmente aberta a todas as classes, essa aparência contamina todos os partidos políticos burgueses e pequeno-burgueses e todas as correntes de opinião. A sociedade burguesa é uma sociedade anônima e os seus partidos políticos devem manter esse anonimato de classe.

Assim, se levarmos em consideração apenas a cena política nas formações sociais capitalistas, não se pode deixar de levar em consideração os efeitos que o direito igualitário e o burocratismo produzem sobre a própria ação dos partidos, levando-os, no geral, a ocultar os interesses de classe que representam. Isto coloca dificuldades para compreender as lutas entre as classes e frações de classe no terreno dos partidos. É aqui justamente que se inserem as contribuições de Marx sobre o tema.

Nas obras históricas em que analisa o significado e os desdobramentos da Revolução de 1848, a saber, as obras *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx concebe a cena política como espaço marcado por disputas entre correntes e partidos políticos que entram em conflito entre si ou se distinguem, não por uma “questão de princípio” ou pela doutrina política que defendem, mas fundamentalmente pelas diferentes condições materiais de vida das classes e frações de classe que representam. Esse

⁴ Este aspecto em particular foi observado por Décio Saes (1985, p. 93-95).

argumento pode ser evidenciado na passagem em que Marx sustenta que o que separava os legitimistas e os orleanistas em duas facções “não era nenhuma questão de princípio, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio” (Marx, 1977, p. 224). Mais adiante, ele conclui:

Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e de concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, pode imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. (Ibid., p. 224).

Assim sendo, a cena política é compreendida pela análise de Marx como um espaço onde se desenvolve a ação política das correntes e partidos políticos que representam os interesses de classes e frações de classe, ainda que tais correntes e partidos não os declarem abertamente. É nesse sentido que Marx, ao analisar a conjuntura política francesa de 1848-1852, salienta:

E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade. (Ibid., p. 225)⁵

É possível dizer, nesse sentido, que Marx caracteriza a cena

⁵ Uma formulação muito parecida com esta podemos encontrar na obra *A ideologia alemã*: “A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio” (Marx e Engels, 2007, p. 93).

política das formações sociais capitalistas como opaca, apontando, em consequência, a necessidade de o observador detectar os interesses de classe que se encontram camuflados e dissimulados nas representações que as organizações e os partidos políticos fazem de si. Podemos concluir, pois, que a análise marxista da cena política não se atém, simplesmente, ao jogo das nomenclaturas ou das siglas dos partidos presentes na cena política, como é comum em muitas análises de conjuntura, mas propõe-se a desvendar os interesses de classes que estão sendo ali representados de maneira dissimulada, mesmo quando tais interesses não sejam explicitamente reconhecidos pelos agentes. Isto é o que podemos depreender da famosa passagem de *O 18 Brumário*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado” (Ibid., p. 203).

Constatamos, ainda, que a cena política não é concebida pela análise de Marx apenas como um espaço de ocultação ou dissimulação de interesses e conflitos de classes. Analisando os textos históricos de Marx, Boito Jr. (2007) salienta que a cena política também representa e articula os interesses e conflitos de classes e que a ocultação desses interesses existe na cena política em decorrência dos efeitos produzidos pelo caráter aparentemente universalista e igualitarista do Estado burguês sobre a ação dos partidos políticos – o que os leva a adotar o “anonimato de classe” como princípio de ação política. Depreende-se disso, portanto, que a cena política é simultaneamente: a) um espaço de dissimulação de interesses de classe, pois é impregnada pelo caráter aparentemente universalista e igualitarista do Estado burguês; b) um espaço que reflete os interesses de classes, visto que é nesse espaço que se travam as disputas políticas entre as organizações políticas que representam as condições materiais de existência de classes e frações de classe; c) um espaço que coordena e organiza os interesses e conflitos de classe, uma vez que é um lugar que delimita a área de atuação das classes e frações de classe em luta.

Essas observações sobre o conceito de cena política nas formações sociais capitalistas permitem-nos entrever que a cena política não se restringe à representação partidária, ela é um espaço que dissimula, reflete, coordena e organiza os conflitos e interesses de classe. Nessa perspectiva, não faz sentido concebê-la como sendo apenas o terreno dos partidos, já que é também um espaço em que se organizam grupos de interesse, portanto, abrigando um conjunto mais amplo de organizações que expressam diferentes interesses de classe no processo político.

Como já mencionamos acima, Poulantzas identificou esse problema ao tratar da convivência entre grupos de interesse e partidos na cena política, mas não retirou disso as conclusões mais adequadas para tratar do tema, preferindo, então, vincular tão somente a cena política ao campo da representação partidária. Tampouco levou em consideração o fenômeno da constituição de frentes políticas na cena política, reunindo partidos e grupos de interesses. Portanto, ele operou com um conceito demasiadamente restrito de cena política – o que lhe impediu de observar esse conjunto de questões que acabamos de mencionar e que constituem a própria cena política nas formações sociais capitalistas.

A partir destes breves apontamentos sobre a abrangência e o significado do conceito de cena política, podemos avançar na avaliação crítica da própria definição de classe ou fração reinante. Quando elaborou esse conceito, Poulantzas não observou a coexistência da classe ou fração reinante com as demais classes ou frações não reinantes na cena política. Ou seja, não aplicou o mesmo princípio epistemológico que havia aplicado para compreender a posição da fração hegemônica em relação ao bloco no poder. Se a classe ou fração reinante é aquela que ocupa o lugar dominante na cena política, pode-se concluir que, nesse âmbito, existem classes e frações que ocupam uma posição secundária (não reinante). Ao não oferecer um tratamento teórico a essa questão, Poulantzas optou por afirmar que a classe ou fração hegemônica pode estar ausente na cena política. Mesmo considerando a possibilidade de haver uma dissociação entre fração hegemônica e fração reinante, não

seria mais adequado operar com a ideia de que a fração hegemônica ocupa um lugar secundário na cena política, o que não implica necessariamente a sua ausência? Se não se leva isso em consideração, corre-se o risco de ignorar as iniciativas tomadas pela fração hegemônica para legitimar seus interesses não só perante as demais frações dominantes que integram o bloco no poder, mas também diante do conjunto das classes sociais presentes na cena política de uma determinada formação social. Assim, uma classe ou fração pode ser hegemônica no bloco no poder e exercer um papel secundário no âmbito da cena política.

No modo como lida com a distinção entre bloco no poder e cena política, de um lado, e fração hegemônica e fração reinante, de outro, é curioso notar como Poulantzas não faz nenhuma vinculação disso com outra distinção que destaca em sua obra entre hegemonia política e hegemonia ideológica. A pergunta que fica é a seguinte: se ele reconhece que, na defasagem entre prática política e cena política, “o papel do ideológico revela-se [...] decisivo” (Poulantzas, 1968, p. 270), e se concebemos a cena política como o lugar que dissimula, reflete, coordena e organiza os conflitos e interesses de classe, não se poderia, então, tratar a cena política como o lugar no qual se constitui a hegemonia ideológica de uma classe ou fração de classe? Tal questão não é posta em discussão na obra de Poulantzas.

Em suma, o conceito restrito de cena política adotado por Poulantzas produz efeitos sobre a própria formulação do conceito de classe ou fração reinante. Isto o leva a desconsiderar a analogia teórica entre fração hegemônica/bloco no poder e fração reinante/cena política – o que implica a não observância de classes e frações que ocupam um lugar secundário na cena política, e a ignorar o fato de que a cena política é também um espaço de luta ideológica, de construção da dominação ideológica de uma classe ou fração sobre o conjunto da formação social. Tratemos de aprofundar tais questões com vistas a apresentar uma alternativa analítica que, no entanto, se inscreva na problemática teórica althusseriana trabalhada por Poulantzas.

Possibilidades de operacionalização do conceito de classe ou fração reinante: breves conclusões

Por entender que o conceito de classe ou fração reinante é válido para a análise dos processos políticos nas formações sociais capitalistas e por entender que traz ganhos significativos para se estabelecer a distinção entre hegemonia política e hegemonia ideológica, passamos a seguir a indicar alguns argumentos que confluem para a tentativa de demonstrar as possibilidades de operacionalização desse conceito.

Com base no que já salientamos acima, podemos inicialmente dizer que trabalhamos com um conceito de cena política que designa um espaço que dissimula, reflete, coordena e organiza os interesses de classes. É o espaço por excelência em que tais interesses são representados diante do conjunto da formação social por meio de partidos e grupos de interesses, o que pode resultar na formação de coalizões de governo ou parlamentares, ou na constituição de frentes políticas.⁶ As coalizões de governo ou parlamentares distinguem-se dos funcionários de carreira do aparelho de Estado e estão, portanto, muito mais vulneráveis a mudanças em sua composição social. Chamamos a atenção para essa questão, pois Poulantzas parece ter ignorado a diferença entre integrar um determinado governo e ser membro da burocracia de Estado. Numa composição governamental ou parlamentar majoritária, as classes e frações lutarão para obter maior espaço e influência sobre os processos decisórios, daí advindo toda a problemática da hierarquia entre os ramos do aparelho de Estado de onde saem as principais deliberações.

Pensar as frentes políticas como parte da cena política se torna pertinente também, porque elas contribuem para a formação de interesses de classe na cena política. Assim, diferente de uma aliança de classe,

⁶ Procurando exemplificar o conceito empregado por Poulantzas, Bihr (2007, p. 25-26) define a classe ou fração reinante como sendo "aquela cujos representantes políticos constituem e dirigem, por exemplo, a coalizão governamental e/ou a coalizão majoritária no plano parlamentar".

que se constitui a partir da definição de programa mínimo comum, uma frente política constitui-se a partir de “objetivos convergentes”, nem sempre claros para as forças sociais envolvidas, sendo geralmente dirigidas por uma classe ou fração de classe e possuindo uma união mais instável e frouxa.⁷ Uma frente política se constitui a partir da direção ideológica de uma classe ou fração de classe sobre um conjunto de classes, frações e camadas sociais. Essa fração dirigente, tendo se constituído como direção de uma coalizão governamental ou parlamentar majoritária, pode ser concebida como fração reinante na cena política. Assim, a classe ou fração reinante pode ser considerada como aquela que exerce a hegemonia ideológica, numa dada conjuntura, sobre o conjunto da formação social.

Num regime político-democrático, os principais critérios adotados para atestar essa hegemonia ideológica seriam o apoio eleitoral dado ao programa de governo representante de determinada classe ou fração de classe e a ideologia orientadora das políticas de governo, difundida pela própria coalizão governamental e/ou pela coalizão parlamentar majoritária. No caso de um regime político ditatorial, é somente a ideologia orientadora das políticas de governo que se impõe como critério. É preciso salientar aqui a diferença de conteúdo que pode vir a existir entre a ideologia governamental e a política econômica e social efetivamente implementada – o que remete respectivamente à distinção entre cena política/fração reinante e bloco no poder/fração hegemônica, ou ainda, à possibilidade de dissociação entre fração reinante/hegemonia ideológica e fração hegemônica/hegemonia política.

Tal dissociação pode estar vinculada à própria capacidade de interpelação ideológica de uma dada classe ou fração de classe dominante, ou aliada ao bloco no poder sobre o conjunto das classes dominadas. Se essa classe ou fração de classe estiver ligada à atividade produtiva estará em melhores condições de exercer a hegemonia

⁷ Empregamos o conceito de frente política elaborado por Armando Boito Jr. (2012).

ideológica.⁸ Por que isso ocorre? Porque as classes e frações pertencentes à atividade improdutiva tendem a ser vistas socialmente como associadas a alguma forma de parasitismo, ou seja, uma forma de acumulação de riquezas que não encontra base na produção. Este é o caso das frações comercial, bancária e financeira, que encontram muita dificuldade de intervir pública e abertamente nos grandes debates nacionais. Já as classes ou frações ligadas à atividade produtiva tendem a empregar com muito mais eficácia o discurso do desenvolvimento econômico e social, do progresso, da nação, da vocação agrária ou industrial de um país, e são elas que geralmente participam mais ativamente do debate público. Nesse sentido, consideramos que tais tendências se organizam e se constituem no plano da disputa ideológica e permitem a ocorrência de defasagens entre as classes e frações que exercem a hegemonia política e as classes e frações que exercem a hegemonia ideológica. Só concebendo a cena política como o terreno em que se organiza e se constrói a dominação ideológica é que estaremos em melhores de aferir ou identificar a classe ou fração reinante nos processos políticos.

Os casos dos governos ditos “progressistas” na América Latina, especialmente dos governos Lula e Dilma, no Brasil, e de Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, são emblemáticos dessa dissociação, uma vez que o modo de acumulação capitalista neoliberal, que assegura a hegemonia política à burguesia associada ao imperialismo, passou por reformas sem ser superado, acomodando frações da burguesia no bloco no poder, mas fundamentalmente provocando um deslocamento da burguesia associada do lugar de fração reinante da cena política, que passa a ser exercida pela burguesia interna. É por isso que se articularam nessas duas formações sociais, neste período, frentes políticas dirigidas pela burguesia interna e amparadas numa visão genérica de desenvolvimentismo ou de “capitalismo sério”, como foi no caso argentino, e que logrou reformar o capitalismo neoliberal,

⁸ Essa questão da dissociação entre hegemonia política e dominação ideológica já foi abordada por Décio Saes (2001).

possibilitando concessões materiais para as classes dominadas e um melhor posicionamento da burguesia interna no bloco no poder, sem com isso colocar em xeque a hegemonia política da burguesia associada e o próprio modo de acumulação neoliberal. Esses dois casos são tipos da emergência de uma fração reinante que não corresponde à fração hegemônica, demonstrando, assim, uma das possibilidades de operacionalização desse conceito, na análise dos processos políticos, e rompendo com certas interpretações desses governos que os caracterizaram como pós-neoliberais e de ruptura com a hegemonia política da burguesia associada. Portanto, não se deve confundir hegemonia política com hegemonia ideológica nem fração hegemônica com fração reinante. A ocorrência de defasagens entre essa dupla função hegemônica não pode ser ignorada, nem sequer ser compreendida como um fenômeno excepcional nas formações sociais capitalistas.

REFERÊNCIAS

BIHR, Alain. Maio-junho de 1968 na França: o epicentro de uma crise de hegemonia (parte I). **Mediações**, v. 12, n. 2, 2007.

BOITO, JR., Armando. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista: a análise de Marx In: **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte In: **Textos** (v. III). São Paulo: Sociais, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste**. Paris: François Maspero, 1968.

_____. **Fascisme et dictature**: La IIIa. Internacional face au fascisme.

Paris: François Maspero, 1970.

_____. Les classes sociales. **L'Homme et la société**, n. 24-25, 1972.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil**. Campinas, Ed. Unicamp, 1985.

_____. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 3, 1994.

_____. Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80
In: **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

6

SOBRE O CONCEITO MARXISTA DE CRISE POLÍTICA¹

Introdução

O debate acerca do tema das crises tem assumido centralidade no momento. Em face da variedade de sentidos que se podem atribuir ao termo crise e das diversas formas de manifestação desse fenômeno, sejam elas a econômica, política, ideológica, optamos por empreender um trabalho de síntese que nos permita entrever a especificidade do conceito marxista de crise política. Para tanto, procuraremos inicialmente observar como dois exemplos de análise não marxista trataram essa questão. Referimo-nos à análise desenvolvida por Michel Dobry (1992) – que tem sua importância pelo fato de se constituir numa das raras tentativas, senão a única, de sistematizar uma sociologia (ou teoria) das crises políticas – e às interpretações pautadas na ideia de governabilidade – as quais, embora enfatizem a ideia de estabilidade política, oferecem um conjunto de noções práticas que se inscrevem na discussão sobre a crise de governabilidade. Julgamos pertinente tomar essas duas interpretações não marxistas como exemplos ilustrativos que permitem ao leitor obser-

¹ Trata-se de versão reformulada em vários pontos de comunicação que apresentamos no 36º. Encontro Anual da Anpocs, realizado em 2012. Já havíamos introduzido parte das reflexões aqui expostas no livro: *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, Ed. CRV, 2013, mas optamos por aprofundar, ampliar e retificar algumas discussões no presente texto publicado.

var, ainda que sumariamente, o contraste teórico com a problemática marxista. Salientamos, assim, que não é nosso objetivo fundamental empreender uma crítica sistemática ao estado da arte das análises não marxistas do conceito de crise política. Isto demandaria a elaboração de um outro capítulo.

Nas seções seguintes, pretendemos observar o acúmulo de discussões teóricas existentes sobre as crises políticas no âmbito da tradição marxista. A passagem de um momento para outro nos permitirá pôr em evidência o contraste existente entre a definição marxista e não marxista de crise política. Já a análise mais detalhada do conceito marxista de crise política nos levará à discussão sobre os desafios e dificuldades enfrentados por essa tradição teórica para empreender a construção de uma definição de crise política que seja simultaneamente rigorosa e flexível para o exame das diferentes conjunturas e formações sociais.

Análise não marxista do fenômeno das crises políticas: dois exemplos ilustrativos

Michel Dobry e a centralidade da mobilização social na explicação da crise política

Em sua obra clássica *Sociologie des crises politiques*, Dobry (1992) faz uma análise enfocando um aspecto principal das crises políticas: a mobilização social.² De início, o autor salienta que não é o seu propósito compreender as crises a partir de suas causas objetivas ou através dos seus resultados. Para ele, a tarefa do analista é a de desvendar as características particulares de uma crise política a partir de seu próprio desenvolvimento, de sua dinâmica interna, porque, nessas conjunturas, o grau de objetivação das relações sociais se estabelece de maneira distinta das conjunturas rotineiras.

² Essa obra foi traduzida recentemente no Brasil pela Editora da Unesp, ver: Dobry (2014).

Esse autor distingue as “conjunturas rotineiras” e as “conjunturas críticas” (também denominadas conjunturas de crise política ou “conjunturas políticas fluidas”), em termos de lógica da dinâmica interna dessas conjunturas. Enquanto as conjunturas rotineiras são caracterizadas pelo predomínio da lógica de mobilizações setoriais – isto é, a atividade tática dos protagonistas volta-se para campos sociais específicos –, as conjunturas críticas pautam-se pela dinâmica de mobilização multisetorial, caracterizada por um campo social de maior abrangência (Ibid.).

Assim, na visão do autor, nas conjunturas críticas, há um redimensionamento da atividade tática, conformada por uma maior interdependência entre os atores, ou seja, as ações e os cálculos políticos dos atores tornam-se mais dependentes uns dos outros – o que significa, na prática, uma ampliação da dimensão estratégica, global, em detrimento das dimensões setoriais, específicas. Ademais, Dobry (1992) salienta que as conjunturas críticas são caracterizadas, ainda, por uma maior rapidez do desenvolvimento dos acontecimentos e, por conseguinte, por mudanças significativas no plano dos cálculos políticos – o que denota que os graus de incerteza e de imprevisibilidade das ações dos atores envolvidos tendem também a se ampliar.

Em linhas gerais, a proposta de Dobry apresenta-se como uma explicação demasiadamente reducionista do fenômeno das crises políticas, uma vez que o autor prioriza apenas um aspecto da crise, a mobilização social, entre as diversas dimensões que a recobrem – o que o leva a uma análise unifatorial do problema em questão –, e que, em decorrência dessa questão inicial, esse estudo tende a se limitar a uma explicação formalista e abstrata das crises – distinguindo as conjunturas em termos de maior ou menor grau de objetivação, de amplitude da atividade tática, de maior ou menor previsibilidade dos cálculos políticos, entre outros aspectos, deixando de lado os elementos objetivos que as caracterizam e as dinamizam, e que estruturam o jogo político. Em outras palavras, trata-se de uma abordagem que se centra

demasiadamente na forma das modalidades de conjuntura e descura de uma reflexão acerca do conteúdo dessas modalidades. Além disso, parece-nos bastante questionável a tese de que as mobilizações multissetoriais seriam a marca distintiva das conjunturas críticas, tendo em vista que se podem configurar situações de crise política resultantes de mobilizações setoriais, como ilustra o caso recente do “paro del campo”, na Argentina, entre março e julho de 2008, marcado pelos protestos dos proprietários rurais contra as taxações sobre as exportação de carne, soja e trigo impostas pelo governo Kirchner.³

Entendemos, assim, que a análise desse autor carece da investigação das condições objetivas que informam a especificidade de uma determinada conjuntura, para que se possa viabilizar uma compreensão mais ampla desse processo. O que queremos ressaltar é que os fatores objetivos tendem a limitar o alcance da atividade tática dos agentes, isto é, tendem a condicionar a própria dinâmica interna de uma conjuntura particular. Isso não quer dizer que o desfecho ou o resultado de uma conjuntura de crise já esteja inscrito no seu início, mas que é possível analisar os fatores objetivos que permitiram a concretização de uma situação de crise e os fatores subjetivos materializados na própria dinâmica dessas crises, os quais acenam, muitas vezes, para resultados até inesperados pelos agentes, dependendo dos desfechos promovidos pela correlação de forças entre eles.

Consideramos, também, que a perspectiva adotada por Dobry revela uma visão cíclica da história, que estaria condenada a meras repetições de fatos – o que dificulta o entendimento dos diversos tipos de crise política e das distintas dinâmicas que se operam em cada formação social concreta. Isto significa que mesmo as mobilizações sociais – em referência ao foco de exposição do autor – apresentam determinadas peculiaridades, não só no próprio dinamismo das distintas conjunturas, tomado como algo abstrato, mas na dependência, sobretudo, de questões mais substantivas, como, por exemplo, a correlação de forças

³ Sobre isso, ver: Ortiz (2010) e Cotarelo (2013).

políticas que se desenvolve numa determinada situação concreta, podendo tal dinamismo ser mais ou menos favorável a mudanças nas estruturas que compõem o todo social.

Em suma, embora, num plano formal, o conceito de crise elaborado por Dobry nos permita identificar a especificidade desta e diferenças em relação aos momentos de estabilidade, tal conceito deixa a desejar quando aplicado à caracterização da natureza das crises, ou seja, à análise do seu conteúdo – o que demanda não apenas observarmos sua dinâmica interna, mas, suas causas e resultados.

A noção prática de crise de governabilidade e o foco no excesso de demandas

A década de 1960 foi um período marcado por uma reviravolta conservadora, decorrente das teorias da modernização ou do desenvolvimento político, a qual colocou em evidência a temática da governabilidade (Fiori, 2011). Um dos expoentes intelectuais desse movimento conservador foi o cientista político estadunidense Samuel Huntington (1975). Para ele, nos anos 1960, a governabilidade estava em risco, uma vez que se desenvolvia um processo de instabilidade política marcado pela ampliação da atividade governamental, resultante de uma “sobrecarga de demandas” e pela redução da autoridade governamental, decorrente do atendimento dessas demandas. Isto o levou a questionar o “impulso da democracia” promovido pela execução de uma política de bem-estar social que, por sua vez, teria sido responsável pelo inchaço da máquina estatal e teria gerado grandes óbices ao orçamento governamental. Nesse sentido, far-se-ia necessário conter as demandas excessivas a fim de se evitarem eventuais crises de governabilidade (Ibid.).

É interessante observar que, a partir de então, o conceito de governabilidade passou a estar ligado à capacidade governamental de atender ou suprimir determinadas demandas. No entanto, como salien-

ta Fiori (2011, p. 5), o conceito de governabilidade, ao longo das décadas seguintes, foi recebendo novas conotações:

Assim, num primeiro momento, nos anos 60, apontou normativamente para a necessidade de restringir as “demandas democráticas excessivas”, num segundo momento, nos anos 80, recomendou que se reduzisse o papel do Estado e se desregulassem os mercados; enquanto, finalmente, nos anos 90 [passou a estar] associado a um programa destinado a assegurar a homogeneização internacional das políticas econômicas de corte liberal-conservador.

Em síntese, as metamorfoses pelas quais o conceito de governabilidade passou, desde a década de 1960, estão fortemente em sintonia com a evolução política do capitalismo internacional – vindo a aparecer como instrumento de crítica do Estado de bem-estar social, depois como terapia para a crise do Estado de bem-estar e, finalmente, como ideologia de Estado. Pode-se notar, assim, que, na conjuntura mais recente, o conceito de governabilidade passou a ter estreita relação com a capacidade de determinado governo de executar a política de Estado – o que significa dizer que os obstáculos existentes para a execução de tal política deveriam ser entendidos como possíveis promotores de crise de governabilidade ou como embriões de ingovernabilidade.

Sobre essa questão, Almeida (2005, p. 46) sustenta que, por ser uma noção situacionista e conservadora, a governabilidade deveria ser entendida como um “esforço para exorcizar a contradição fundamental da sociedade capitalista”. Isto quer dizer que grosso modo os conceitos de governabilidade e de crise de governabilidade são empregados com a finalidade de ocultar as contradições de classe que perpassam a reprodução ampliada do capital e cumprem a função ideológica de caracterizar a implementação da política estatal, como meio fundamental – talvez, único, acreditam seus ideólogos – de assegurar a harmonia social, tendo em vista o seu caráter social supostamente neutro. Na verdade, o conceito de governabilidade,

enquanto ideologia produzida para sustentar os interesses das classes dominantes, transveste-se em ideologia de Estado que, ao encobrir a existência das contradições sociais de classe na sociedade capitalista, serve aos interesses do núcleo hegemônico do bloco no poder, sempre empenhado em apresentar seus interesses particulares como interesses de toda a sociedade.

Procurando refletir sobre o renascimento das teorias conservadoras das crises, entre as quais se enquadra a tese da crise de governabilidade, Offe (1984) salienta que o substrato dessas análises tem como alicerce a metáfora médico-biológica que concebe os problemas estruturais da sociedade a partir do modelo da relação médico-paciente – o que as conduzem a estruturar uma argumentação baseada na lógica do diagnóstico-prognóstico-terapia.⁴

Na análise da crise do Estado de bem-estar social, esse modelo se evidencia da seguinte maneira: em primeiro lugar, é feito um diagnóstico acerca de uma discrepância existente entre o nível de demandas ou exigências e a capacidade de desempenho do sistema político – o que tem como resultado uma hipertrofia do Estado e sua consequente crise –; a seguir, são apresentados os fatores que poderiam agravar a situação de crise, advindos seja de uma polarização interna no sistema partidário, seja de uma polarização entre o sistema partidário e os movimentos sociais não parlamentares, que poderiam ampliar ainda mais o nível e o volume das exigências, tornando o sistema ingovernável; e, por fim, é proposta uma terapia que visa a solucionar os elementos estruturantes do diagnóstico: “Ela visa ou aliviar a sobrecarga do sistema com relação a exigências, expectativas e responsabilidades, ou aumentar sua capacidade de desempenho e direção” (Offe, 1984, p. 240). Vê-se, assim, a construção de uma estrutura argumentativa da análise de conjuntura que está pautada por nítido pragmatismo e que, por isso,

⁴ Habermas (1975, p. 15) também faz alusão ao conceito de crise como elemento da linguagem usual da medicina, o que acaba redundando na caracterização da crise como uma “fase de um processo de enfermidade no qual se decide se as forças de recuperação do organismo conseguirão a saúde”.

tende a apresentar a terapia ou a resolução do problema diagnosticado como um mecanismo socialmente neutro.

Cabe ressaltar, por fim, que a noção de crise de governabilidade não possui o mesmo estatuto teórico do conceito de crise política elaborado por Dobry, ou seja, não é uma noção sistematizada no plano teórico. No entanto, optamos por incluí-la no rol de interpretações não marxistas das crises políticas por se tratar de uma noção que vem sendo aplicada em estado prático por várias análises, resultando numa espécie de legitimação da orientação política geral de determinada política estatal. Ou seja, nesse caso, a noção de crise é utilizada para cumprir certos fins ou propósitos fundamentalmente políticos.

O conceito marxista geral de crise

A análise de Poulantzas (1977) acerca das crises, sejam elas políticas, econômicas ou ideológicas, aponta para a importância de se compreender a especificidade do conceito de crise enquanto “situação particular de condensação de contradições”. Ao mesmo tempo, ela sublinha a necessidade de se evitarem duas armadilhas muito comuns nos estudos sobre as crises: a) conceber a crise como um instante disfuncional de um sistema harmônico; b) entender a crise a partir de uma concepção mecanicista, evolucionista e economicista. No primeiro caso, segundo Poulantzas (1977), as contradições e as lutas de classes inerentes à reprodução social são ignoradas, em nome de uma concepção que caracteriza o desenvolvimento das sociedades como um sistema integrado e autorregulado. No segundo caso, a especificidade do conceito de crise é abolida, e esse fenômeno passa a recobrir todo um estágio ou fase, denotando que uma determinada estrutura de produção encontra-se em “crise permanente e sempre presente”, e contendo, assim, de maneira latente, em sua determinação lógica de desenvolvimento, uma espécie de finalismo redentor.

Poulantzas (1977) discute também a necessidade de se caracteri-

zar a particularidade dos diferentes tipos de crise (econômica, política e ideológica) e se compreenderem suas possíveis correlações, que nem sempre se efetivam, ou, se se efetivam, nem sempre ocorrem num mesmo momento cronológico ou temporal. Dito de outra maneira, pode haver a defasagem temporal entre um e outro tipo de crise, bem como pode suceder que tais tipos de crises não se combinem em determinado momento histórico. Daí advém a caracterização geral do conceito de crise com o qual trabalhamos, designando uma situação particular na qual se condensam contradições que podem afetar ou envolver um ou mais domínios da vida social.

Lênin: a crise revolucionária como crise fundamentalmente política

Entre as análises marxistas das crises, é conhecida a discussão que Lênin faz das condições objetivas de instauração de uma situação (ou crise) revolucionária, na qual se combinam fatores de ordem objetiva e subjetiva. Esse autor indica três sintomas principais de uma crise revolucionária: a) a existência de uma crise na política das classes dominantes, impedindo-as de manterem a dominação de classe como até então vinham fazendo; b) o agravamento exacerbado dos sofrimentos e das necessidades das classes oprimidas; c) a intensificação da atividade de massas, em decorrência dessas duas condições objetivas, de modo que as classes subalternas sejam compelidas a uma “ação histórica independente”. E conclui:

Sem essas mudanças objetivas, que são independentes da vontade, não só de determinados grupos e partidos, mas também da vontade de determinadas classes, uma revolução é, como regra geral, impossível. [...] a revolução não se produz em qualquer situação revolucionária, se produz apenas em uma situação na qual as mudanças objetivas citadas são acompanhadas por uma mudança subjetiva, tais como: a capacidade da *classe* revolucionária de realizar ações revolucionárias de massas suficientemente *fortes* para

destruir (ou deslocar) o velho governo, que nunca, nem mesmo nas épocas de crise, 'cairá' se não o "fizerem cair".
(Lênin, 1977, p. 310).

Partindo dessa caracterização de Lênin acerca da crise revolucionária, Boito Jr. (2007) salienta quatro questões que podem ser aproveitadas para a elaboração de um conceito de crise política: a) num plano mais geral, é possível dizer que há condições objetivas que caracterizam uma revolução que ocorre numa "conjuntura política específica"; b) uma situação revolucionária é caracterizada por um conjunto complexo e articulado de contradições; c) é necessário identificar o caráter da contradição e o tipo de relação das contradições que agem na conjuntura de crise; d) a miséria das massas só contribui para uma divisão na cúpula caso estimule o desenvolvimento das contradições entre os de cima e os de baixo.

A consideração dos elementos acima, com vistas à elaboração de um conceito geral de crise política, implica que se observem os seguintes fatores: a) para que se deflagre uma crise, é necessário que haja condições objetivas que devem se manifestar necessariamente numa dada conjuntura; b) uma crise política é definida por um conjunto articulado e complexo de contradições no domínio político, podendo, por isso, afetar o tipo de Estado, a forma de Estado, a forma de regime, a forma de governo, etc.; c) numa crise política, é preciso refletir sobre o desenvolvimento das contradições, de modo a identificar quais são as contradições principais e secundárias, uma vez que o próprio caráter da crise decorre da relação entre as contradições em processo; d) o agravamento da miséria ou o processo de pauperização e proletarianização das massas é um fator condicionante da deflagração de uma crise política, podendo afetar, em graus variáveis, o sistema de dominação de classe e as alianças de classe estabelecidas em determinado momento histórico.

Ainda sobre a caracterização feita por Lênin da crise revolucionária, é interessante observar o destaque dado por Buci-Glucksmann (1977)

ao papel que a crise na cúpula pode provocar sobre a politização das atividades das massas. Na visão da autora, está presente, em Lênin, a ideia de que a crise das classes dominantes não é só uma das condições objetivas para a derrubada da classe ou fração de classe que se encontra no poder, mas é também uma espécie de elemento ativador da politização das massas: “a forma da crise das classes dirigentes e de seu Estado condiciona a forma da politização das massas” (Buci-Glucksmann, 1977, p. 48). Isso significa que o caráter da crise política tende a condicionar o alcance da politização das massas, podendo criar um espaço mais ou menos aberto para a crítica popular à orientação de classe da política estatal. Essa questão é decisiva, pois se trata de um contra-argumento à tese de caráter mais subjetivista e voluntarista que confunde e inverte as posições das condições subjetivas e objetivas de determinada crise política, vindo a sugerir que não há constrangimentos decorrentes de questões de ordem estrutural ou das próprias circunstâncias históricas de deflagração de uma determinada crise que limitariam o alcance e a radicalidade da politização da ação das massas. Completaríamos esse raciocínio, sustentando a ideia de que, nas situações em que se abre um reduzido espaço para a crítica popular à orientação de classe da política estatal, tende a se configurar uma crise política “positiva” para as classes dominantes, cujos efeitos sobre o plano das relações de poder entre as classes sociais são bastante diminutos.⁵ O que não quer dizer que, em outras circunstâncias, a pressão popular não possa acarretar qualquer impacto sobre a forma de Estado, de regime político e de governo, e nem engendrar a constituição de uma situação de crise política “negativa” para as classes dominantes. É o que Saes (2001a, p. 124) sustenta na seguinte passagem: “nem toda transformação da forma de Estado e do regime político resulta de uma redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder. A rigor, ela pode também resultar da pressão popular.”

⁵ Retiramos de Saes (1998) a noção de crise política “positiva” para as classes dominantes. Na verdade, na análise do sistema presidencialista, esse autor trata da possibilidade do advento de dois tipos de crise de governo “positiva” para as classes dominantes: as crises que exprimem o conflito entre presidência e parlamento e as crises que se revelam através do conflito entre a Burocracia de Estado e a Presidência.

A crise política na reprodução social

Lênin ajuda-nos a entender o conceito de crise política, tendo como referência o processo de transição social no qual pode ocorrer a substituição da velha classe dominante por uma nova. Cabe discutir o conceito de crise política a partir do processo de reprodução social de uma determinada estrutura de produção. Operamos com essa distinção conceitual para pensar a crise política em dois momentos distintos: o da transição social e o da reprodução social.⁶ Isto nos permite compreender, de um ponto de vista metodológico, que, enquanto o primeiro momento faz referência a uma condensação de um conjunto articulado e complexo de contradições, numa conjuntura marcada pela não correspondência entre forças produtivas e relações de produção, podendo se efetivar uma mudança do tipo de Estado; o segundo momento, o da reprodução social de uma estrutura de produção, refere-se às contradições existentes que tendem a condicionar a ocorrência de mudanças no bloco no poder ou nas alianças de classes formadas na cena política, podendo vir a promover alterações, respectivamente, nas formas de Estado, de regime ou de governo.

A relação entre crise econômica e crise política

Quando se trata de abordar as crises políticas no estágio de reprodução ampliada do capital, uma das questões que ganha relevância é a da relação existente entre as condicionantes econômicas e políticas da crise, ou ainda, as articulações possíveis de se concretizarem entre crise econômica e crise política.

Na “Introdução à edição de 1895” da obra *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Karl Marx, Engels (1977) tende a caracterizar

⁶ A distinção entre processos de transição social e processos de reprodução social foi reelaborada por Décio Saes (1994) a partir na análise de Étienne Balibar sobre a transição de um modo de produção a outro, presente na coletânea de artigos organizada por Louis Althusser e intitulada *Lire Le Capital*.

a crise política como um mero epifenômeno, como uma decorrência mecânica das crises econômicas, contradizendo, assim, a própria análise de Marx, que se propõe a entender as crises políticas da conjuntura em questão como resultado de uma teia complexa e articulada de contradições. Se, para Marx (1977), certos acontecimentos econômicos – tais como: a praga das batatas e as más colheitas na França, a crise geral do comércio e da indústria, somada às insatisfações das frações não dominantes da burguesia em relação à aristocracia financeira (que enriquecia às custas da dívida pública), e o apoio dado pelo proletariado à burguesia industrial na luta contra os interesses da aristocracia financeira – são os fatores principais que explicam as revoluções, no final dos anos de 1840; para Engels (1977, p. 95):

a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e março, e [...] a prosperidade industrial, que voltara pouco a pouco, a partir de meados de 1848, e chegara ao seu apogeu em 1849-1850, foi a força vivificante na qual a reação europeia hauriu renovado vigor.

Dessa maneira, é possível entrever a relação entre crise econômica e crise política ou entre a economia e a política como uma via de mão única, uma vez que, quer seja na deflagração da crise política, quer seja na sua superação, é o fator econômico o elemento fundamental que determina e governa todo o processo em questão, cabendo à política um mero papel coadjuvante ou secundário. Eis aqui um flagrante caso de explicação mecanicista e economicista para o entendimento do fenômeno das crises do capitalismo.

A análise de Gramsci pode ser considerada um interessante contraponto à análise de Engels acerca das crises políticas. Gramsci (2000, p. 60) elabora o conceito de “crise de hegemonia” ou “crise do Estado em seu conjunto” para caracterizar uma situação na qual ocorre uma disjunção entre os grupos sociais e seus partidos tradicionais, que deixam de ser “reconhecidos como sua expressão por classe ou fração de classe” – o que determina uma situação de claro contraste

entre representantes e representados. Esse autor salienta que a crise de representação partidária é o sintoma mais visível de uma crise de hegemonia da classe dirigente,

que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (Ibid., p. 60)

Cabe salientar que, em paralelo à formulação do conceito de crise de hegemonia, Gramsci elabora o conceito de crise orgânica, justamente para estabelecer uma relação de correspondência entre as temporalidades da crise econômica e da crise política.

Para Gramsci (2000, p. 44), as crises econômicas imediatas “podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal”. Assim, para esse autor, as crises econômicas podem até condicionar as crises políticas, mas não as determinam unilateralmente, como poderia supor uma análise economicista e catastrofista das crises. Isso significa que a ruptura do equilíbrio entre as forças deve-se aos conflitos políticos entre as classes em luta. Em decorrência disso, não se pode conceber a crise de hegemonia como um vazio de poder, mas como uma multiplicidade de poderes (cf. Bianchi, 2002).

Gramsci define o conceito de crise orgânica como a combinação dos tempos das crises econômica e política. Ou seja, a crise orgânica corresponde à coincidência da crise de acumulação de capital, resultante da queda tendencial da taxa de lucro, com a crise de hegemonia que “afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradi-

ções inerentes à estrutura social” (Gramsci, 2000, p. 36). Isso não quer dizer que o conceito de crise orgânica, que expressa a coincidência dos tempos das crises econômicas e das crises políticas, seja equivalente ao conceito de crise revolucionária, formulado por Lênin, o qual pode designar a situação de duplo poder. Sobre essa questão valem as observações de Buci-Glucksmann (1977, p. 58), para quem

a crise orgânica não é necessariamente uma crise revolucionária, na medida em que a dualidade de poder muda de conteúdo de classe e de efeito estatal. À dualidade de poder do ponto de vista do proletariado, sucede a dualidade de poder do ponto de vista da burguesia.

O que é interessante observar é que ora o conceito de crise orgânica é visto como uma combinação dos tempos das crises econômicas e da crise de hegemonia, ora é confundido, de modo restritivo, com o conceito de crise de hegemonia. Isto aparece com toda força nas análises de Buci-Glucksmann (1977) e Poulantzas (1980), mas não consideramos que se trata de um desvio de interpretação da obra de Gramsci. Antes, acreditamos que seja fruto das oscilações dessa definição em sua obra, bem como de uma certa indeterminação do conceito de crise de hegemonia, perceptível quando se busca compreender a que esfera da vida social esse conceito faz referência. Seria à dimensão política, à dimensão ideológica, à vida social como um todo?

Gramsci (2000) utiliza o conceito de crise orgânica para distingui-lo do conceito de crise de conjuntura, retomando a distinção entre estrutura e conjuntura e, portanto, entre crise estrutural e crise conjuntural. Como assinalamos, o autor se refere também ao conceito de crise orgânica para pensar a coincidência dos tempos da crise econômica e da crise da hegemonia, mas é justamente, nessa segunda definição, que reside a dificuldade de pensar a distinção entre crise orgânica e crise de hegemonia, uma vez que, ao englobar tais conceitos, sob a ideia de que ambos fazem referência ao conjunto das relações sociais, torna-se praticamente inviável entender a crise, seja orgânica

ou de hegemonia, como uma situação particular ou excepcional de condensação ou acúmulo de contradições. O mesmo se diga quanto a formular um conceito de crise política, pois, Gramsci, ao remeter ao conjunto das relações sociais, não explicita a especificidade do domínio político, ou melhor, esse autor não formula claramente a ideia de que “a crise política consiste numa série de traços particulares resultantes dessa condensação de contradições no domínio político, e que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como os aparelhos de Estado” (Poulantzas, 1977, p. 8-9). Corroborando a análise de Poulantzas (1975), faz-se necessário compreender a crise política como um momento histórico de acúmulo de contradições que rompem com o ritmo do processo da luta de classes, e – acrescentamos –, em graus qualitativamente variados, se levarmos em conta os impactos distintos que podem deflagrar os resultados de uma crise política.

Tomando como exemplo as crises políticas revolucionárias, Poulantzas (1975, p. 106) observa que

não são apenas as transições do capitalismo para o socialismo que correspondem às crises políticas das *situações revolucionárias*. As modificações das relações de força, que não atingem, entretanto, esta transformação, geralmente vêm acompanhadas de crises políticas que dão lugar, às vezes, a modificações substanciais do Estado burguês.

O autor distingue, aí, dois aspectos importantes para a análise das crises políticas: o primeiro refere-se ao fato de que se pode discriminar uma variedade de crises políticas particulares que podem se combinar ou não num dado momento histórico; o segundo refere-se à relação de forças que se alteram em cada conjuntura política particular, acenando para novos arranjos no âmbito das relações sociais, de classe, presentes numa formação social concreta. Em ambos os casos, é importante observar que o conceito de crise política não pode deixar de ser situado numa determinada conjuntura histórica, tampouco pode ser dissociado da relação complexa e articulada das contradições em movimento numa mesma conjuntura.

Em suma, Poulantzas procura situar o conceito de crise política nos termos do próprio desenvolvimento da luta de classes, ou ainda, nos termos da condensação de contradições numa dada situação particular. Nesse sentido, dependendo da forma como a luta se concretize, ou melhor, dependendo das características das contradições em jogo, a crise política pode assumir traços distintos – como procuramos diferenciar acima –, particularizando-se como uma crise revolucionária, uma crise da forma de Estado, uma crise de regime ou uma crise de governo, etc.

O último Poulantzas e a (con) fusão dos conceitos de crise política e Estado

Em face de operarmos com a distinção entre processos de transição social e de reprodução social para analisar o fenômeno das crises políticas, faz-se necessário entrever alguns dos limites da abordagem de Poulantzas, especialmente os existentes em sua última obra: *O Estado, o poder, o socialismo*. Para tanto, é preciso observar, primeiro, que os debates realizados por esse autor acerca do conceito de crise política inscrevem-se mais marcadamente em sua produção teórica no período durante o qual está em processo o abandono de sua abordagem estrutural, presente em *Poder político e classes sociais* – que compreendia o Estado como uma estrutura jurídico-política –, e em fase de elaboração a concepção relacional de Estado, entendido como “condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (Poulantzas, 1980, p. 147).⁷ Embora Poulantzas realize um acerto de contas com a sua análise estrutural do Estado, entendemos que esse *tournant* teórico não se dá de uma vez por todas, sendo possível identificar elementos das duas abordagens, a estrutural e a relacional (com nítido predomínio da segunda), em seu último livro publicado em 1978.

Consideramos também que esse *tournant* traz consigo certas

⁷ Como nos lembra Codato (2008), a definição do Estado como “condensação da relação de força entre as classes” já se encontra presente na obra *A crise das ditaduras*, escrita por Poulantzas em 1975.

dificuldades teóricas para a compreensão da especificidade do conceito de crise política. Em sua última obra, Poulantzas (1980) procura tratar de seu novo conceito de Estado e, ao mesmo tempo, reintroduzir o conceito de crise política elaborado em outras obras já mencionadas. No entanto, o autor descarta a fusão conceitual que passa a realizar entre o conceito de crise política, entendido como “situação particular de condensação de contradições”, e o conceito de Estado, concebido como “condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classes” (Ibid., p. 148). Ou seja, ao compreender tais conceitos sob a ideia de condensação material e particular de contradições, Poulantzas acaba sugerindo, mesmo que inconscientemente, que o Estado encontra-se em permanente crise, já que absorve, em sua própria lógica de funcionamento, em sua própria estrutura, as contradições de classes existentes em determinada formação social. É verdade que, em certas passagens da obra *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas (1980, p. 237) faz alusão à tese de que a crise do Estado não se reduz à crise política, uma vez que “o Estado capitalista está mesmo disposto de tal maneira que ele possa absorver as crises políticas sem que elas redundem em verdadeiras crises de Estado”. Ocorre que, ainda assim, o autor não logra superar a contradição presente em sua análise, confundindo os conceitos de crise política e Estado, o que acaba contribuindo para descaracterizar o conceito de crise política como uma “situação particular”, circunscrever a aplicação de seu conceito de Estado capitalista a uma conjuntura histórica específica (a Europa do final dos anos 1970) e aproximar sua análise da visão fatalista e catastrofista das crises que ele tão insistentemente criticou em suas obras anteriores.

Do ponto de vista da construção de uma teoria da história, confundir tais conceitos resulta em defender unilateralmente o conceito de história como mudança ou transição social e em ocultar a sua dimensão reprodutiva, isto é, dissimular a existência dos mecanismos que garantem a preservação de determinada ordem social e que, portanto, asseguram a dominação de uma classe sobre outra. Assim,

se não operarmos com a distinção entre processos de transição social e de reprodução social, não lograremos pensar na distinção entre as diferentes modalidades de crise política, sejam elas negativas ou positivas para as classes dominantes. Além disso, sem trabalhar com essa distinção, não estaremos em condições de determinar a diferença entre Estado, concebido como instância que garante a reprodução das relações sociais de produção dominantes, e crise do Estado, situação na qual o Estado não está mais em condições de garantir a reprodução da dominação dos proprietários sobre os não proprietários dos meios de produção. Isto, no limite, poderia nos levar ao erro de ignorar os obstáculos estruturais existentes, tendencialmente impeditivos da formação de agregados sociais, ou seja, de classes sociais dispostas a destruir o domínio das classes no poder, e a cometer o grave equívoco de conceber a crise política, em especial, a crise revolucionária, como um fenômeno sempre presente.

Essa (con) fusão dos conceitos de crise política e Estado deriva tanto do conceito relacional de Estado quanto da compreensão das classes sociais e das lutas travadas entre elas, já que Poulantzas observa a existência de contradições de classe no interior do Estado e sugere que as classes sociais já estão efetivamente constituídas/formadas, descurando, então, da distinção do que seria a presença das classes sociais na transição social e na reprodução do todo social. Na verdade, Poulantzas passa a ignorar o efeito ideológico de isolamento (ou de individualização) provocado pela incidência do direito burguês (isto é, da igualdade jurídica) sobre as relações econômicas que interpela permanentemente os agentes a se reconhecerem enquanto indivíduos-cidadãos atomizados e a não se virem, dessa maneira, como membros de um agregado social ou de uma classe social. Assim como ele não entrevê o efeito ideológico de unidade a partir do qual o Estado burguês apresenta-se como um ente acima dos interesses particulares de classe e como a própria encarnação da vontade popular, do povoação. Ou ainda, esse autor descarta a análise dos mecanismos estruturais do Estado burguês, discutidos em sua obra *Poder político*

e *classes sociais*, que são fundamentais para conferir unidade política às classes dominantes (isto é, para organizar a dominação de classe) e para neutralizar a constituição de agregados sociais que operam como agentes da transformação social (isto é, para desorganizar politicamente as classes dominadas). Em síntese, é possível chegar à conclusão de que ao (con)fundir os conceitos de crise política e Estado em seus últimos escritos, Poulantzas fundou um novo tipo de análise catastrofista: o catastrofismo eurocomunista (ou “eurocomunista de esquerda”, já que o autor preferia se identificar assim no final de sua vida), na medida que passa a caracterizar o Estado como um Estado em crise, sem que os mecanismos estruturais que asseguram a dominação de uma classe sobre outra tenham sido colocados em xeque. Trata-se de um caso emblemático de exagerado “otimismo da vontade”, para fazermos uso de uma expressão gramsciana.

Em busca da elaboração do conceito marxista de crise política

Se formos consequentes com a distinção proposta entre processos de transição social e de reprodução social, será possível entrevermos ao menos duas possibilidades de pensar as contradições de classe que se condensam numa conjuntura particular e constituem aquilo que estamos denominando crise política.

Sobre essa distinção, Saes (2003) salienta que, nos processos de transição de um modo de produção a outro, a luta de classes deve ser considerada como a forma exclusiva de conflito entre grupos sociais; enquanto que, nos processos de reprodução social, os conflitos determinantes entre os grupos sociais são aqueles existentes entre grupos funcionais para a preservação ou a evolução interna de determinado modo de produção, assumindo, no caso do capitalismo, a feição de um conflito distributivo que envolve luta salarial e concorrência entre os capitalistas. Nota-se que, nesse tipo de análise, esse autor opta pelo

conceito de grupos funcionais, em detrimento do conceito de classes sociais, para compreender os conflitos existentes nos processos de reprodução social. Ocorre que, se levássemos essa tese às últimas consequências, seríamos conduzidos a concluir que não faz sentido analisar o capitalismo a partir dos conflitos de classe – conclusão, aliás, que parece contrastar com o próprio conteúdo dos escritos de Saes sobre o processo político nacional, nos quais o autor procura aplicar e desenvolver de maneira original os conceitos de bloco no poder, fração hegemônica, burguesia interna, classe média, classe operária etc.

Na análise de Boito Jr. (2011), encontramos outro tipo de interpretação dos conflitos/contradições existentes nos processos de mudança social ou reprodução social. Retomando os escritos de Marx, esse autor considera ser possível trabalhar com o conceito de classes sociais em dois sentidos: como “coletivos organizados e em luta pela preservação ou mudança histórica” (momento de revolução social) e como um setor social – com atributos e limites determinados por sua inserção na produção, e gerador de efeitos na conjuntura política, “isto é, um setor social cuja presença deva ser considerada caso se deseje entender as características do processo político nacional” (momento da reprodução social) (Ibid., p. 126-127). Consideramos que esses dois sentidos atribuídos por Boito Jr. ao conceito de classe colocam-nos em melhores condições de operar com uma análise da crise política que não redunde numa problemática funcionalista, como a sugerida pelo emprego do conceito de grupos funcionais, nem nos leve a perder de vista a contribuição do marxismo para a análise das classes nos processos de reprodução social.

Para aprofundar a discussão sobre as crises políticas nos processos de reprodução social, faz-se necessário retomar e fazer avançar na análise da teoria do bloco no poder, elaborada por Poulantzas (1971, 1972a).⁸ É justamente a partir dessa teoria que logramos transcender

⁸ O conceito de bloco no poder foi formulado por Poulantzas (1972a, p. 58) e indica “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista. O bloco no

certo tipo de análise que redundava numa mera descrição formal das modalidades de crise política ou na ideia de excesso de demandas.

Nessa perspectiva, é possível indicar ao menos duas situações de crise política que seriam decorrentes de conflitos entre as frações de classe que integram o bloco no poder, isto é: a) nos conflitos existentes entre as frações dominantes pelo exercício da hegemonia política no bloco no poder – o que pode acarretar numa mudança na forma de Estado; e b) nos conflitos entre as frações menos poderosas e as frações dominantes do bloco no poder – o que pode abrir espaço para a instauração de uma nova hegemonia política, para a acomodação dos interesses das frações menos poderosas no interior do núcleo hegemônico, ou ainda, para uma mudança na hierarquia e/ou divisão social do trabalho dos interesses de classe que compõem o bloco no poder. É necessário dizer que tais contradições podem se combinar, numa dada conjuntura, configurando, então, uma crise na cúpula, e abrir maior espaço para a politização da ação das massas populares.

Sobre a questão da hegemonia política no bloco no poder, observamos, ainda, a possibilidade de ocorrência de dois tipos de situações excepcionais de reprodução do todo social nas quais pode vir a se registrar a defasagem entre o poder político e o poder econômico. O fato de concebermos tais situações não nos coloca de modo algum de acordo com a problemática elitista que tende a dissociar o poder político e o poder econômico e, com isso, negar a tese marxista da correlação entre tais poderes. Diferente disto, acreditamos que entender tais situações como excepcionais permite-nos compreender a complexidade da deflagração de crises políticas, na

poder reporta-se à periodização da formação capitalista em estágios típicos”. Esse conceito permite-nos entrever que, embora a classe dominante, a burguesia, possua um interesse geral comum, a saber, a manutenção da propriedade dos meios de produção e as condições para que a força de trabalho se reproduza como mercadoria, esse interesse geral não anula as diferenças de interesses das frações burguesas diante de uma determinada política econômica e social do Estado burguês. Dessa maneira, o conceito de bloco no poder indica a existência de uma unidade contraditória com dominante. Essa dominância é resguardada para uma das frações que compõem o bloco no poder, a qual Poulantzas denomina “fração hegemônica”.

reprodução do todo social, bem como suas implicações sobre as relações sociais de classe.

A primeira situação emerge nas conjunturas de instauração de uma nova hegemonia política, na qual a nova força hegemônica ainda não detém a preponderância econômica. Nesse caso, essa força hegemônica fará uso de sua hegemonia política para conquistar a prevalência econômica. Numa conjuntura como esta, abre-se a possibilidade de frações menos poderosas da classe dominante exercerem, por um breve tempo, a hegemonia política do bloco no poder (cf. Saes, 2001b).

A segunda situação diz respeito à conjuntura de crise hegemônica, na qual a força social que detém preponderância econômica não dispõe mais de hegemonia política, que passa a ser exercida sob a forma de condomínio entre as várias frações da classe dominante. Configura-se, então, o que poderíamos chamar, de acordo com Poulantzas (1972b), de “instabilidade hegemônica” e, num momento posterior, uma etapa de “incapacidade hegemônica”, em sentido estrito. Ou seja, a situação na qual nenhuma classe ou fração hegemônica economicamente consegue impor sua hegemonia política às outras classes e frações que compõem o bloco no poder.

Tanto a situação de instabilidade hegemônica quanto a de incapacidade hegemônica podem ser designadas pelo conceito de instabilidade política. No entanto, ao operarmos com tal conceito, distanciamos-nos da problemática teórica que define a instabilidade como uma disfunção, enfermidade ou anomalia de um dado sistema político autorregulado. Na verdade, procuramos inscrever esse conceito no processo contraditório de desenvolvimento das relações de classe numa formação social específica.

Tão logo damos esse tratamento ao conceito de instabilidade política, surge uma nova dificuldade: a de estabelecer a distinção desse conceito com o de crise política. Como é possível entrever, ambos fazem alusão a uma situação de condensação de contradições. E aqui se faz necessário colocar em evidência um ponto não sistematizado

pela análise de Poulantzas, a saber: o de oferecer elementos teóricos para se pensar a distinção entre instabilidade e crise política. O que as distingue no plano conceitual é a presença de, numa situação de condensação de contradições, uma força organizada com capacidade de realizar mudanças nas relações de classes vigentes. É justamente o conceito de crise política que designa a existência dessa força social – o que não significa que ela logrará ser bem-sucedida em seu intento, visto que, no processo político, tal força social poderá sofrer reveses. Já o conceito de instabilidade política pode ser empregado para caracterizar uma conjuntura zigzagueante, na qual não se pode observar a presença dessa força social – o que engendra uma situação de inúmeras redefinições da hegemonia, das alianças de classe e das relações de poder em geral.

É preciso ainda fazer um último apontamento sobre a relação entre pressão popular, politização das massas e crise política nos processos de reprodução social, isto é, nos processos nos quais a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os trabalhadores expropriados não é colocada em xeque.

Já mencionamos que a crise na cúpula tende a propiciar a politização das massas, uma vez que a própria instauração de um conflito no seio das classes dominantes é um forte indício de que os mecanismos de reprodução da dominação de classe e de neutralização da ação organizada e coletiva das classes dominadas estão operando com muito menor intensidade do que nos períodos de estabilidade política. Nessa perspectiva, é possível sustentar que a crise na cúpula é um aspecto decisivo, mas não exclusivo, da instauração da mudança social, mesmo que no interior de uma dada estrutura de produção. Ocorre que, no terreno do capitalismo, os conflitos intraburgueses não podem ser pensados como derivados apenas da concorrência capitalista, quando são alimentados também pelas pressões populares que se manifestam em suas mais variadas formas de luta contra a exploração do trabalho e contra outras formas de opressão, mesmo que tais lutas não questionem o fundamento da relação capital/trabalho. Em

função da impossibilidade de haver uma repartição igualitária da mais-valia global entre os capitalistas e da dificuldade do bloco no poder de oferecer contrapartidas materiais e efetivas às classes dominadas, constituem-se relações políticas instáveis que podem desaguar em crises políticas, as quais podem ser ou não absorvidas pela ordem social vigente. Assim sendo, é preciso observar que, para além do apoio ou das alianças constituídas entre as classes dominadas e o bloco no poder, há toda uma gama de segmentos da classe dominada, excluída de tais relações, e que tendem a ter seus interesses materiais frustrados. Tal contexto pode abrir espaço para a crítica ao caráter de classe do Estado e, portanto, para a politização das massas populares e radicalizar o processo de crise política, que deixa de se manifestar como uma crise positiva para as classes dominantes e passa a colocar em risco sua continuidade no poder.

Conclusão

Para concluir, gostaríamos de realizar uma síntese das ideias e teses aqui formuladas acerca do conceito marxista de crise política. Em primeiro lugar, é preciso destacar que para o marxismo, no sentido mais geral, uma crise não se caracteriza como um fenômeno sempre presente, mas fundamentalmente com uma situação particular de acúmulo ou condensação de contradições que podem afetar um ou mais domínios sociais. Além disso, observamos que pode haver correspondência cronológica entre as diferentes formas de manifestação de uma crise, seja ela econômica, política ou ideológica. Isso significa que a emergência simultânea de uma crise em todos esses domínios sociais não é um dado da realidade, ou seja, não há relação de necessidade entre os diferentes tipos de crise: uma crise política pode não se combinar cronologicamente com uma crise econômica, por exemplo.

Na perspectiva de elaborar um conceito específico de crise política, é necessário extrair das reflexões de Lênin a ideia de que, numa situ-

ação de crise revolucionária, emerge uma força social com capacidade de realizar mudanças nas relações de classes vigentes para transpô-la para um sentido mais amplo e geral, o que nos permite aplicar a ideia de crise política não somente aos processos de transição social, mas também aos processos de reprodução social. Assim sendo, o conceito de crise política num sentido mais geral pode ser empregado para caracterizar tanto a situação de duplo poder, na qual uma nova classe emerge como força social com capacidade de substituir a velha classe dominante, podendo vir a engendrar uma mudança do tipo de Estado (fenômeno que caracteriza a crise política no processo de transição social), quanto para caracterizar as crises políticas “positivas” para as classes dominantes, processos nos quais uma determinada classe ou fração de classe constitui-se como força social, mas possui capacidade restrita para realizar mudanças nas relações de classe existentes, ou seja, a existência desta força pode provocar no limite mudanças: na hierarquia interna do bloco no poder, nas alianças de classes constituídas entre setores (ou mesmo o conjunto) das frações que integram o bloco no poder e parcelas (ou mesmo o conjunto) das classes dominadas, nas relações políticas estabelecidas no âmbito da cena política que abrange os partidos e os grupos de interesse etc. Nesses casos, o processo de crise política não logra colocar em questão o tipo de Estado, como nos processos de transição social, mas pode provocar alterações na forma de Estado, na forma de regime político ou na forma de governo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio. Exorcismo ideológico e abuso das noções de “globalização” e “governabilidade”. **Lutas Sociais**, v. 13/14, p. 43-56 2005.

BIANCHI, Alvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. **Novos Rumos**, ano 17, n. 36, 2000, pp. 28-37.

BOITO JR., Armando. A nova fase do capitalismo neoliberal no Brasil e a sua inserção no quadro político da América Latina In: ALIAGA,

Luciana et al. (Org.) **Marxismo**: teoria, história e política. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. O conceito de crise revolucionária: a França de 1789 In: **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Unesp, 2007.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Sobre o conceito de crise do Estado e sua história In: POULANTZAS, Nicos (Org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista**, n. 27, 2008, p. 65-85.

COTARELO, María Celia. Fuerzas sociales en confrontación en Argentina: los enfrentamientos sociales de 2001 y de 2008. **História & Luta de Classes**, n. 16, 2013.

DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas**: a dinâmica das mobilizações multissetoriais. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. **Sociologie des crises politiques**: La dynamique des mobilisations multisectorielles. 2. ed. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1992.

ENGELS, Friedrich. Introdução à edição inglesa de 1895 da obra As lutas de classes na França de 1848 a 1850 In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos** (v. III). São Paulo: Sociais, 1977.

FIORI, José Luís. **A governabilidade democrática na nova ordem econômica**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/fiorigovernabilidade.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel In: **Cadernos do Cárcere** (v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975.

HUNTINGTON, Samuel. The United States In: CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel.; WATANUKI, Joji. (Org.). **The Crises of Democracy**: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission. New York: New York University Press, 1975.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. La bancarrota de la II Internacional In: **Obras completas**, v. XXII, Madri: Akal, 1977.

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850 In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos** (v. III). São Paulo: Sociais, 1977.

OFFE, Claus. "A ingovernabilidade": sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ORTIZ, Sebastián. **La patria terrateniente**. Nueva burguesía agroindustrial y formación del Partido del Campo. Buenos Aires: Peña Lillo, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado In: POULANTZAS, Nicos. (Org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **La crise des dictatures**: Portugal, Grèce, Espagne. Paris: François Maspero, 1975.

_____. **Pouvoir politique et classes sociales** (v. I). Paris: Librairie François Maspero, 1972a.

_____. **Fascismo e ditadura**: a III Internacional face ao fascismo (v. 1). Porto: Portucalense, 1972b.

_____. **Pouvoir politique et classes sociales** (v. II). Paris: Librairie François Maspero, 1971.

SAES, Décio. Considerações sobre a análise dos sistemas de classes In: BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo, Xamã, 2003.

_____. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectiva In: **República do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001a.

_____.o. Estado e classe dominante. **Crítica Marxista**, n. 12, p. 156-164, 2001b.

_____. A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês In: **Estado e democracia**: ensaios teóricos (2. ed.). Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.

_____. Marxismo e história. **Crítica Marxista**, n. 1, 1994, p. 39-59.

Outros lançamentos de 2018

*Trabalho e capital na
virada do milênio*

Paulo Sergio Tumolo

*Uma caixa de Pandora: crítica
à expansão do ensino superior
catarinense no período 1960-2010*

Maurício José Siewerdt

*A caminhada de luta dos
trabalhadores das
empresas recuperadas*

Maria Alejandra Paulucci

*“Terra, trabalho e teto”: Ocupação
Amarildo de Souza e a luta por
Reforma Agrária Popular na
Grande Florianópolis*

Fernando Calheiros

*A Carta Aberta de E. P. Thompson
a L. Kolakowski e outros ensaios*

Ricardo Gaspar Müller e
Mario Duayer (Org.)

Danilo Enrico Martuscelli

Graduado em Ciências Sociais, é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Fez pós-doutorado na Universidad de Buenos Aires (UBA). Editor do blog *marxismo 21* e professor de Ciência Política do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Campus Chapecó e do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas do Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Autor do livro *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil* (CRV, 2015).

E-mail: daniloenrico@gmail.com

As contribuições para a teoria das classes sociais fornecidas pelo marxismo estrutural de matriz althusseriana, em especial os trabalhos de Nicos Poulantzas, unem os 6 capítulos que compõem este livro. Essa coesão teórico-metodológica atravessa uma gama de subtemas inseridos na temática geral das classes dominantes, tais como: as disputas e problematizações concernentes às apropriações dos conceitos de elite e classe dominante; o debate sobre a existência ou não de uma classe capitalista unificada mundialmente; a validade analítica do conceito de “burguesia interna” para a análise do capitalismo contemporâneo; os critérios utilizados para aferir hegemonia política e hegemonia ideológica e, por fim, a contribuição do marxismo para a análise das crises políticas na reprodução do capitalismo, momentos nos quais tendem a sobressair os conflitos internos ao bloco no poder burguês.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-45535-23-2



9 788545 535232

